



Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Antropologia da UFRJ

ISSN 1678-1813

ENFOQUES – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ

### **Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Reitor: Aloísio Teixeira

Vice-Reitora: Sylvia da Silveira Mello Vargas

### **CFCH/IFCS**

Diretor: Jessie Jane Vieira de Sousa

Vice-Diretor: Glaucia Kruse Villas Bôas

### **PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia**

Coordenadora: Marco Aurélio Santana

Vice-Coordenador: Marco Antônio Gonçalves

### **ENFOQUES – ONLINE**

Editores:

Diego Alves

Diego Madih

Fabiano Dias Monteiro

Janayna Alencar Lui

Ludmila Freitas

Luisa Barbosa

Marina de Carvalho Cordeiro

Nilton Rodrigues Júnior

Raphael Lima

Thais Schettino

### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Amir Geiger (UERJ)  
Prof. Dr. André Botelho (UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Bila Sorj (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof. Dr. Carlos Antonio da Costa Ribeiro (UERJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Elisa Pereira Reis (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa (UFSC)  
Prof. Dr. Frederico Guilherme Neiburg (Museu Nacional/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Giralda Seyferth (Museu Nacional/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Gláucia Villas Boas (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof. Dr. José Maurício Domingues (IUPERJ/UCAM)  
Prof. Dr. José Reginaldo Gonçalves (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof. Dr. José Ricardo Pereira Ramalho (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Laura Moutinho (PUC-RIO)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Laura Segatto (ICS/DAN/UNB)  
Prof. Dr. Leopoldo Waizbort (USP)  
Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lygia Sigaud (Museu Nacional)  
Prof. Dr. Marcílio Dias dos Santos (CFH/GCSO/UFSC)  
Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UNI-RIO)  
Prof.<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup>. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof. Dr. Michel Misse (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Mirian Goldenberg (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Patrícia Birman (UERJ)  
Prof. Dr. Paulo Tumolo (UFSC)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Patrícia de Farias (Universidade Cândido Mendes)  
Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira (CFH/PPGSP/UFSC)  
Prof. Dr. Peter Fry (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof. Dr. Renan Springer de Freitas (UFMG)  
Prof. Dr. Roque de Barros Laraia (ICS/DAN/UNB)  
Prof. Dr. Ruben George Oliven (UFRGS)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Vera Teles (USP)

ENFOQUES – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ

**Enfoques On-Line** – revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro é uma publicação coordenada e editada pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Organização:**

Diego Alves  
Diego Madih  
Fabiano Dias Monteiro  
Janayna Alencar Lui  
Ludmila Freitas  
Luisa Barbosa  
Marina de Carvalho Cordeiro  
Nilton Rodrigues Júnior  
Raphael Lima  
Thais Schettino

Revisão de textos: Malu Resende

(Catalogação na fonte pela Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

ENFOQUES on-line: Revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. - V.8, n.1 (junho, 2009). - Rio de Janeiro: PPGSA, 2009.

ISSN 1678-1813

ENFOQUES – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ

1. Sociologia. 2. Antropologia. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

**Endereço para correspondência e assinatura:  
Mailing address subscriptions**

Revista dos alunos do PPGSA – Comissão Editorial  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia  
Largo de São Francisco, nº 1, sala 420.  
Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20051-070  
e-mail: enfoques@ifcs.ufrj.br  
ENFOQUES – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ

## Sumário

APRESENTAÇÃO	<b>1</b>
NARRATIVAS DE VIDA, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES PROFISSIONAIS NO JORNALISMO	<b>8</b>
GERAÇÕES DE TRABALHADORES NO TRABALHO BANCÁRIO ESTATAL: UMA DISPUTA PELA DOMINAÇÃO DO ESPAÇO	<b>28</b>
ATÉ QUE AS “CORES” OS SEPAREM: DISCRIMINAÇÃO RACIAL E CONFLITO EM RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS NO RIO DE JANEIRO	<b>46</b>
NEM POR BELEZA, NEM POR VAIDADE: DISCURSOS SOBRE MASCULINIDADE E DEPILAÇÃO MASCULINA	<b>68</b>
NAS ASAS DA MEMÓRIA: A COLEÇÃO BIBLIOTECA IRMÃOS BERNSMÜLLER	<b>82</b>
RESENHA: O MONSTRO BATE À NOSSA PORTA: A AMEAÇA GLOBAL DA GRIPE AVIÁRIA	<b>102</b>

Edição - v. 8, n. 1, junho 2009

Apresentação

### **Passado, presente e futuro**

Caros leitores,

A Revista Enfoques reúne neste número um conjunto particularmente diverso de reflexões empreendidas por colegas pós-graduandos. Com isso, procuramos apostar numa característica que vem sendo renovada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ através de seus alunos - a aproximação e o intercâmbio de diferentes enfoques.

Mesmo considerando a diversidade temática e estilística desta edição, o “tempo” parece figurar como um elemento sutil de ligação entre os trabalhos. Os artigos trazem desenvolvimentos peculiares sobre o significado de acontecimentos passados, suas implicações no presente e para o futuro, a partir de questões sobre raça, gênero, trabalho e patrimônio. A resenha, por sua vez, oportunamente lembra um caso semelhante ao da gripe Influenza A (R1N1) e nos estimula a pensar os desafios internacionais diante das fragilidades do corpo humano.

Boa leitura!

**Fernanda Rios Petrarca** analisa as relações entre narrativas biográficas, representações sociais e identidades profissionais no jornalismo. Parte-se do princípio de que as representações do universo profissional são produzidas através do processo de inserção dos indivíduos em múltiplos espaços sociais e pela forma como eles constroem percepções e ajustes entre tais espaços.

**Ricardo Gonçalves de Oliveira**, a partir de pesquisa realizada junto a trabalhadores de um importante banco público federal, trata das distintas gerações de trabalhadores oriundas do processo de reestruturação do sistema bancário nacional e, no caso dos bancos estatais, da reforma do Estado levada a cabo a partir dos anos 1990.

**Fabiano Dias Monteiro** aborda a questão da discriminação racial e sexual através de denúncias enviadas ao serviço Disque-Racismo entre 2000 e 2004. Este serviço foi o principal esteio do Centro de Referência Nazareth Cerqueira (CERENA) nos primeiros anos da presente década.

**Ludmila Fernandes de Freitas**, no artigo, tem como objetivo compreender as representações sobre masculinidade e os usos do corpo entre homens que frequentam clínicas ou centros de depilação, espaços que oferecem serviços até recentemente destinados apenas às mulheres. Foram realizadas entrevistas com homens que buscam os serviços oferecidos por uma clínica de depilação localizada Rio de Janeiro.

**Alejandra Saladino** se debruça sobre as ações e relações estabelecidas por guardiãs da memória que contribuem para o desenvolvimento dos processos de reconstrução de memórias e afirmação de identidades. A coleção de livros, documentos e objetos, criada a partir do entusiasmo de dois irmãos adolescentes pela aviação, está sob os cuidados do mais velho, que publica artigos e promove encontros entre ex-aviadores e colecionadores.

**Messias Basques** elabora uma resenha sobre o livro O Monstro Bate à Nossa Porta: a Ameaça Global da Gripe Aviária, de Mike Davis.

Boa leitura!

ENFOQUES – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ

**NARRATIVAS DE VIDA, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES PROFISSIONAIS NO JORNALISMO**

Fernanda Rios Petrarca

**GERAÇÕES DE TRABALHADORES NO TRABALHO BANCÁRIO ESTATAL: UMA DISPUTA PELA DOMINAÇÃO DO ESPAÇO**

Ricardo Gonçalves de Oliveira

**ATÉ QUE AS “CORES” OS SEPAREM: DISCRIMINAÇÃO RACIAL E CONFLITO EM RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS NO RIO DE JANEIRO**

Fabiano Dias Monteiro

**NEM POR BELEZA, NEM POR VAIDADE: DISCURSOS SOBRE MASCULINIDADE E DEPILAÇÃO MASCULINA**

Ludmila Fernandes de Freitas

**NAS ASAS DA MEMÓRIA: A COLEÇÃO BIBLIOTECA IRMÃOS BERNSMÜLLER**

Alejandra Saladino

**O MONSTRO BATE À NOSSA PORTA: A AMEAÇA GLOBAL DA GRIPE AVIÁRIA**

**Resenha:** Messias Basques

**Narrativas de vida, representações e identidades profissionais no jornalismo**

Fernanda Rios Petrarca<sup>1</sup>

**Resumo**

Esse artigo analisa as relações entre narrativas biográficas, representações sociais e identidades profissionais no jornalismo. Parte-se do princípio de que as representações do universo profissional são produzidas através do processo de inserção dos indivíduos em múltiplos espaços sociais e pela forma como eles constroem percepções e ajustes entre tais espaços. A metodologia adotada consistiu na realização de entrevistas biográficas com jornalistas que ocupam posições de chefia em diferentes espaços de atuação do jornalismo no Rio Grande do Sul. Este estudo demonstra que os principais espaços sociais que contribuíram para a carreira profissional e para a identificação com a profissão, foram a família, a redação jornalística, os partidos políticos e as organizações sociais.

Palavras-chave: narrativas biográficas, representações sociais, identidades profissionais, jornalismo, recursos sociais.

**Abstract**

This article analyzes the relations between the biographical narratives, social representations and professional identities in the journalism. The analytical principle that guided this work is of that the representations of the professional universe are produced through the process of insertion of the individuals in multiple social spaces and for the form as they construct to perceptions and adjustments between such spaces. The adopted methodology consisted of biographical interviews with journalists who occupy position of command in different spaces of performance of the journalism in the Rio Grande do Sul. This study it allows to show that the main social spaces that had contributed for the professional career and the identification with the profession had been the family, the periodicals and the political parties and social organizations.

Key-words: biographical narratives, social representations, professional identities, social journalism, resources.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela UFRGS e professora pós-doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. E-mail: [f.petrarca@uol.com.br](mailto:f.petrarca@uol.com.br).



## Introdução

Este artigo analisa as relações entre relatos de vida, narrativas biográficas e identidades profissionais no jornalismo. Parte-se do princípio de que as identidades profissionais e as representações do universo profissional são produzidas através do processo de inserção dos indivíduos em múltiplos espaços sociais (família, escola, profissão, partidos políticos etc.) e pela forma como eles constroem percepções e ajustes entre tais espaços. Nesse sentido, os indivíduos desempenham papéis específicos em cada um desses espaços, e a forma como eles ajustam esses papéis permite estruturar sua identidade profissional (Dubar, 1998b; Passy, 2005).

O artigo faz parte de uma pesquisa mais geral<sup>1</sup> que teve como objetivo analisar o processo de inserção e ascensão profissional no jornalismo, buscando apreender os recursos sociais que pesam na carreira jornalística e de que forma determinados recursos também contribuem para certas representações profissionais. Assim, nesta pesquisa, o universo profissional é percebido como um espaço de disputa visando definir os recursos legítimos para entrada e crescimento na hierarquia da profissão. Nessas disputas, os agentes comprometem os recursos que acumularam durante seu trajeto social e profissional e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade (Boiegol & Dezalay, 1997; Bourdieu, 1984).

Para analisar o processo de inserção e ascensão profissional dos jornalistas, é preciso incluir uma investigação das esferas sociais nas quais eles se inserem e como tais inserções permitem, por um lado, adquirir um conjunto de recursos que podem contribuir para o seu crescimento na hierarquia interna do jornalismo e, por outro, de que forma concorrem para determinados princípios de identificação com a profissão e para a definição do papel do jornalista.

Dentre essas esferas, destacam-se a do trabalho, a da família ou afetiva, a do engajamento (político, militante) e a escolar. Uma esfera de vida é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva, pois pode tanto ser considerada como um conjunto de interações concretas, contatos e laços que os indivíduos estabelecem, como pode corresponder a uma estrutura de sentido. Essas esferas estão em constante interação e não ocupam o mesmo lugar na vida dos sujeitos. Assim sendo, percebe-se que as percepções e as tomadas de posição dependem do passado do indivíduo, de suas inserções e de suas experiências adquiridas (Passy, 2005).

Uma das maneiras de dar conta empiricamente desse conjunto de questões é através da análise biográfica. Por meio dela, é possível apreender os diferentes espaços sociais em que os jornalistas estão inseridos e as múltiplas histórias de vida utilizadas para dar um sentido à sua ação profissional, e também confrontar as

visões de jornalismo de que são portadores. Nesse sentido, o método biográfico permite recorrer às biografias individuais ou coletivas, construídas segundo modalidades muito diferentes e presentes em pesquisas com objetivos e problemas diversos (Pudal, 1994; Peneff, 1994). Nesta pesquisa, as narrativas biográficas e os relatos de vida tornaram-se as fontes principais dos dados, contando-se ainda com um conjunto de livros e materiais divulgados na internet sobre a biografia de tais jornalistas. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram na realização de entrevistas biográficas com jornalistas que ocupam posições de chefia (chefes de redação, diretores de jornalismo, diretores de redação) em diferentes espaços de atuação desta profissão.

A análise dos relatos biográficos permite articular dois aspectos do processo biográfico. De um lado, eles são reveladores de uma sequência de posições (sociais, familiares, escolares, profissionais, políticas) ocupadas pelo indivíduo durante a vida em espaços sociais e profissionais diversificados, e dos laços que ele estabelece, os quais permitem a acumulação de recursos variados. De outro, eles expressam reconstruções do passado e revelam visões de si e do mundo, remetendo a diversos mundos sociais e formas identitárias (Dubar & Tripier, 1998a).

Desse modo, é possível compreender os princípios de identificação e as concepções de profissão em jogo através da análise de ambos os aspectos que envolvem uma trajetória individual, considerando tanto as posições objetivas, como as formas utilizadas pelos indivíduos para falarem sobre si mesmos e seu passado durante uma entrevista. Contudo, não se pode ignorar que tais apresentações de si estão diretamente associadas a um trabalho de gestão da memória. Como mostra Pollak (1989, 1992), a memória constitui um fator fundamental do “sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa em sua reconstrução de si”. Portanto, seja ela individual ou coletiva, representa um trabalho de organização e interpretação do passado constitutivo do sentimento de identidade.

Estas questões tornaram-se uma maneira peculiar de analisar os processos identitários, permitindo considerá-los como resultado da inserção dos indivíduos, ao mesmo tempo, em vários espaços sociais, e como um trabalho de organização da vida indissociável dos processos de interpretação do passado. As mudanças institucionais, históricas e os “acidentes biográficos” nos diferentes espaços constituem uma divisão em que se redistribuem os papéis e as identidades se modificam (Fillieulle, 2005; Dubar, 1998b, 1998c). A investigação a respeito das trajetórias de vida dos jornalistas fornece, assim, indícios concernentes aos processos de formação de identidades.

A diferenciação entre os itinerários biográficos é o resultado das escolhas individuais, mas tais escolhas possuem determinantes e bases sociais que precisam ser consideradas, como as origens sociais, a atuação em múltiplas esferas de sociabilidade e a própria inserção profissional. Trata-se de considerar aquilo que muitos autores chamam de “contingências” ou “circunstâncias de carreira” (Goffman, 1996), ou seja, as situações ou as determinações sociais que permitiram o desenvolvimento e o encaminhamento de determinadas carreiras, tais como origens sociais, *status* socioeconômico, tipo de empresa em que se insere um jornalista. Dito de outro modo, são as circunstâncias que fazem com que o jornalista invista em determinado tipo de carreira jornalística e não em outro. Elas podem estar associadas aos espaços sociais e às esferas de vida em que os indivíduos estão inseridos e que correspondem a espaços de sociabilidade (Passy, 2005; Fillieulle, 2001).

A investigação permite articular a contribuição da chamada “sociologia das profissões”, sobretudo as considerações da escola interacionista e de seus precursores, e aquelas da “sociologia francesa” de Pierre Bourdieu. As contribuições implicam considerar a socialização primária e a importância dos laços familiares enfatizados por Bourdieu; a socialização profissional e a constituição de significados, tão abordada pela escola interacionista; e o caráter peculiar que assumem os laços primários e aqueles obtidos por outras formas de socialização na construção das profissões em sociedades como a brasileira. Este estudo possibilita revelar que as diferentes modalidades de ascensão no jornalismo estão relacionadas à multiplicidade de espaços sociais nos quais os jornalistas estão inseridos, o que contribui para diferentes percepções a respeito do seu papel e da sua identificação com a profissão. Dentre esses espaços destacaram-se o universo familiar, as redações dos jornais e o espaço da militância política. Para demonstrar tais questões, este texto tomará alguns casos como ilustrativos.

#### Modalidades de investimentos no jornalismo e percepções da profissão

Nas narrativas de vida profissional no conjunto dos jornalistas considerados, certas “qualidades pessoais” são apresentadas como justificativas para a ascensão profissional, legitimando a atual posição ocupada no jornalismo. Além disso, as definições dessas qualidades remetem às mais diversas esferas (universidade, sindicato, partidos políticos, redação jornalística, família) e recursos sociais (competência profissional, militância estudantil e partidária, formação cultural). Este tópico analisa como tais “qualidades” e recursos sociais são utilizados para a inserção profissional, e como isto corresponde a padrões de associações e a reconversões diversas, contribuindo para formar concepções distintas de sociedade

e jornalismo. Nesse sentido, é preciso chamar a atenção para a dimensão relacional dos recursos; portanto, o maior ou o menor valor de um recurso depende dos espaços sociais dentro dos quais os atores os ativam.

O problema da reconversão dos recursos para a atuação profissional remete à questão mais geral desta pesquisa, que implica considerar em que medida certos recursos se constituem em recursos profissionais e quais são as possibilidades do seu uso para a inserção profissional e a atuação no jornalismo. Desta forma, não se trata de afirmar que qualquer recurso – obtido na família, na militância, na escola ou nas redações jornalísticas – possa ser explicitamente relevante para a inserção profissional, mas interessa compreender quais são as condições de sua reconversão e os significados que ele pode adquirir no decorrer da profissão. Do mesmo modo, é preciso considerar qual a combinação entre os diferentes recursos e que esferas de sociabilidade, além da escolar, são acionadas. Nenhum desses recursos é tomado isoladamente, uma vez que eles só adquirem importância se associados com outros.

No total, somaram-se 46 entrevistas e foram definidos três grandes padrões de associação e reconversão de recursos diversos em posições profissionais. O primeiro deles diz respeito aos jornalistas que têm como principal base de recursos os de origem social elevada, correspondendo a 11 casos dos 46. Os principais postos ocupados são, sobretudo, os de editores, chefes e diretores de redação. O segundo consiste na combinação dos recursos obtidos através do intenso investimento nas redações jornalísticas e aqueles proporcionados pelo espaço escolar, correspondendo a 15 casos. Destacam-se, neste caso, postos em assessoria de imprensa e redações jornalísticas. O terceiro está ligado à modalidade que representa os jornalistas que têm como principal base de recursos aqueles obtidos através da militância política e partidária, correspondendo a 20 casos. As principais posições ocupadas por tais jornalistas estão mais diretamente relacionadas à universidade, às entidades de classe, às assessorias de imprensa públicas e aos movimentos sociais.

Origens sociais e redes de relações: a importância da “cultura trazida de casa”

O primeiro tipo de modalidade de investimento no jornalismo, definido neste trabalho, é característico daqueles que fizeram carreira em redações jornalísticas, seja em rádio, em televisão, em jornal ou em revista, crescendo na hierarquia interna das redações: repórter, redator, editor, editor-chefe, chefe de redação, diretor de redação. Seus trajetos profissionais consistem numa sucessão de

posições no interior das redações. Apesar das diferenças inerentes ao jornalismo de rádio, de televisão, de revista e o jornalismo impresso, é possível agrupar esses jornalistas, uma vez que, nessa modalidade, podemos encontrar recursos acumulados que se aproximam e que estão relacionados com o exercício do jornalismo em redação de diferentes tipos.

Por um lado, em muitos desses casos, as origens elevadas possibilitaram um primeiro contato com o universo jornalístico, servindo como um recurso de acesso ao meio. Por outro lado, as percepções que se tem, de maneira geral, desse tipo de origem e a valorização atribuída a alguém que estudou em escolas particulares de prestígio, ou que fez intercâmbio e viagens ao exterior revelam a valorização de certos recursos que podem ser obtidos principalmente em função de uma posição elevada de nascimento. A transmissão da herança familiar ocorre mediante diversos tipos de capital, como o econômico, através do patrimônio e dos bens materiais; cultural, possibilitando acesso a escolas de prestígio e consumo de bens culturais (cinema, teatro, livros, revistas, jornais); simbólico, através do prestígio e da consagração social, possibilitados pela posição de origem e também pelo capital social advindos de uma rede de relações com pessoas de prestígio (Bourdieu, 1984).

Um dos casos mais ilustrativos do conjunto dos analisados para demonstrar de que forma as origens sociais elevadas tornam-se trunfos no acesso ao jornalismo e favorecem a ascensão profissional é o de um dos diretores de uma das maiores empresas de comunicação da América Latina, e a maior do ramo no Rio Grande do Sul. Seu itinerário permite vislumbrar a relação entre origens sociais, formação escolar e inserção profissional. Nascido na capital do estado, este jornalista vem de uma família, no interior do Rio Grande do Sul, de fazendeiros, médicos, militares, empresários e alguns políticos. Do lado materno, avós e tios fazendeiros e médicos. Seu avô materno era médico e seu bisavô, fazendeiro, segundo ele, um fazendeiro que falava quatro línguas, o que já de início demonstra acesso das gerações mais antigas da família à cultura. Do lado paterno, militares, empresários, alguns tios políticos, que conquistaram, inclusive, o posto de ministros de Estado. Com nove anos de idade já havia viajado para fora do país e conhecido a Disneyland World. Sua formação escolar ocorreu em uma escola apenas: Nossa Senhora do Rosário, escola marista da capital, onde haviam estudado seu pai, seu avô e seu bisavô.

Cursou a graduação em jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC) concomitante ao curso de direito na Universidade Luterana do Brasil, este último não concluído. Nos dois primeiros anos do curso de jornalismo, participou das atividades do diretório acadêmico na qualidade de dirigente e de coordenador, momento em que também exerceu militância político-partidária. O

abandono de tal militância aparece associado, em seus relatos, à entrada no mercado jornalístico e ao exercício da profissão, afirmando que militância política e jornalismo são duas atividades incompatíveis. Em uma de suas exposições, ele conta que, quando começou a exercer o jornalismo, “abriu os olhos”, e percebeu que ele deveria ser posto em prática sem filiação e vinculação partidária.

A percepção da militância necessitou não só de um novo redirecionamento, como de ser repensada, a partir do momento em que se inseriu no mercado de trabalho jornalístico e se distanciou do movimento estudantil. Tal redirecionamento levou-o a negar o próprio pertencimento à esfera da militância político-partidária e a dar uma nova definição ao trabalho jornalístico, que incluía isenção, objetividade e nenhum tipo de inserção político-partidária, nem mesmo as formas diversificadas que podem conduzir ao associativismo. Caso essas práticas político-partidárias fossem exercidas, precisariam ser ocultadas, o que por si só poderia gerar um perigo para aqueles que ocupam cargos de direção, como é o seu caso.

É preciso considerar, contudo, que as experiências passadas são interpretadas à luz da situação atual em que se encontra o ator social, visto que nunca se volta a uma situação vivida (Passy, 2005). Isto significa dizer que a atual posição ocupada no jornalismo (diretor) exige certas atitudes que predispõem a reconstruir o sentido do engajamento estudantil e partidário. Torna-se importante considerar ainda que o afastamento do centro acadêmico e do partido político no momento da entrada no mercado do trabalho o fez buscar novos contatos no interior das redações e desativar os antigos, deixando o engajamento estudantil e partidário de ocupar um lugar de destaque na sua vida. Sua atividade militante durou apenas o período da graduação, não sendo retomada ao longo da sua carreira profissional. Mas é fundamental relacionar estes fatos com a visão de “militância” que, no caso deste jornalista, está diretamente associada à filiação a partidos políticos. O rompimento com a militância é o resultado da distância do partido político ao qual estava filiado, o que se faz compreensível, uma vez que a sua fala revela uma percepção da militância diretamente associada à inserção em partidos políticos.

Além disso, não se pode esquecer o contexto social e político que este jornalista vivenciou na universidade e no centro acadêmico. Trata-se do período de abertura política do Brasil e da transição democrática, final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que levou muitos estudantes a aderirem ao movimento estudantil e político como uma maneira de atuar na redemocratização do país. As manifestações pela democratização do país, nessa época, fizeram com que o movimento estudantil, que era um lócus da atividade cultural e política na década de 1960, reaparecesse no cenário nacional (Mische, 1997).

Este profissional entrou no mercado jornalístico durante a graduação como estagiário não-remunerado na TV Educativa (TVE). Depois de tal estágio, aproximando-se o final da sua faculdade, decidiu trancar o semestre para viajar pela Europa, onde ficou durante seis meses com um grupo de amigos. Quando retornou, terminou a faculdade e conseguiu em seguida uma oferta de emprego na Rede Brasil Sul de Televisão (RBS), no ano de 1985. A RBS contava então com muitos jornalistas que eram da TVE e que haviam sido seus colegas durante seu estágio. Começou como assistente de edição, por convite do diretor de redação que era amigo do seu pai e que havia trabalhado na TVE. Em seguida, foi promovido a editor-chefe e começou a dar aulas no curso de jornalismo da PUC, esta última função conquistada por meio de um convite do diretor da faculdade de comunicação da referida universidade. Na empresa jornalística, foi promovido a chefe de reportagem, editou todos os jornais da casa e elaborou e editou projetos especiais. Em 1991, organizou uma viagem aos Estados Unidos com seus próprios recursos.

Esta viagem rendeu-lhe uma posição diferenciada dentro da empresa, possibilitando o acesso a certas atividades mais destacadas. Ao retornar, começou a participar de projetos na empresa, representando-a em diversos eventos internacionais e, em 1995, foi convidado para montar o projeto do “Canal Rural”, cabendo-lhe a programação e a equipe. Uma das suas fontes para este projeto foi um fazendeiro, na época presidente da Associação Rural Brasileira, chamado Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura durante o governo Lula. Roberto Rodrigues, inicialmente uma fonte, passou a integrar a equipe do “Canal Rural”, ajudando a elaborar o projeto e, como afirma o jornalista, a “abrir muitas portas”, uma vez que como ministro possuía uma ampla rede de contatos. Depois desse projeto foi convidado para a direção de jornalismo na empresa. Como diretor, fez um mestrado profissionalizante para administração de empresas, denominado MBA.

Com 42 anos de idade e ocupando o posto mais alto que um jornalista pode chegar dentro de uma redação desde os 32, este jornalista atribui seu crescimento a duas questões principais: a primeira referente ao investimento interno na empresa, colocando-se à disposição para realizar todo o tipo de tarefa, aproveitando as oportunidades que apareciam, como a viagem que fez com seus recursos para os Estados Unidos. Para ele, esta viagem lhe rendeu ali uma posição destacada porque, além de se colocar à disposição para fazer um relatório dos jornais americanos, o fez sem necessitar da empresa. A segunda refere-se à formação diferenciada possibilitada pela sua família. Ele considera o seu ambiente familiar “um ambiente de elite”, o que lhe proporcionou escolher jornalismo e ser “diferenciado”. Durante a entrevista biográfica, as memórias da sua infância remeteram a um passado de investimentos familiares na formação dos filhos.

Eu me lembro muito, eu sempre uso muito isso. Na minha casa, nunca faltou jornal e tudo que fosse cultura. Eu me lembro do meu avô. O meu avô era um alemão e como todo alemão ele cultuava muito essa coisa da cultura, da informação. Eu nunca esqueço uma frase do meu avô que me marcou a vida inteira. O vô dizia assim: “para os meus filhos e para os meus netos pode faltar roupa nova, pode faltar o carro novo, pode faltar o dinheiro para ir numa festa, para comprar o refrigerante; só não pode faltar dinheiro para bons colégios e bons livros”. E eu acho que isso é regra, entendeu? Eu acho que isso é uma coisa que tu cria dentro de casa.

O acesso à cultura, à formação, à informação, proporcionado pela posição familiar privilegiada, faz com que ele acredite que a escolha do jornalismo foi uma acontecimento natural, uma vez que, na sua visão, esta atividade exige uma formação cultural que se adquire pelo acesso a bens culturais, como “boas escolas”, livros, cinema, teatro. A cultura geral incluiu um conhecimento de história, economia, política, além do domínio da língua oficial, expresso por saber escrever bem e ter acesso a livros.

Um aspecto importante a ser trabalhado na análise das carreiras está relacionado à interpretação que a pessoa constrói quando olha retrospectivamente para seu progresso. Nessa modalidade – neste caso mais especificamente – há uma relação entre alguns padrões de investimento no jornalismo, em que a posição de origem e a inserção profissional permitiram certo itinerário, e as visões e as percepções do passado que tem este jornalista. A questão remete aos processos de reconstrução do passado pelos atores sociais, tendo em vista que a pessoa elabora ao longo da vida uma imagem que permite uma percepção de si mesmo capaz de ser usada de maneira útil nas situações cotidianas (Goffman, 1996).

Assim, se o jornalista entrevistado consegue fazer uma interpretação de sua situação presente – no caso, como chegou a tal posto no jornalismo – que mostre qualidades pessoais favoráveis no passado, pode se afirmar que a sua história é de triunfo. Isto significa dizer que a história de triunfo, apresentada pelo caso analisado acima, remete a uma interpretação das origens elevadas como condição para o progresso profissional. A questão importante a ser destacada diz respeito às qualidades que foram mencionadas como relevantes para ascender profissionalmente, e que estão diretamente vinculadas a qualidades associadas às origens sociais privilegiadas. A vitória profissional liga-se a características que se obtêm em função de uma determinada posição de origem, acesso à cultura (por meio de livros, jornais), “boas escolas” etc. Há uma forte vinculação com as origens sociais elevadas e, conseqüentemente, com os esquemas através dos quais elas são interpretadas.

Além de afirmar que sua ascensão ocorreu em função da sua formação familiar, ele assegura que o que conta para crescer na hierarquia interna das redações é ser



diferenciado, ter uma qualificação a mais, informação, liderança, disponibilidade para exercer qualquer atividade dentro da empresa. Um crescimento que necessita de uma associação entre “competência profissional” e investimento nas redações e a “cultura trazida de casa”. Este jornalista representa um dos casos em que o que foi significativo para a entrada e o crescimento na hierarquia do jornalismo se deveu à combinação das suas origens sociais altas com investimento no jornalismo. Este último se consolida no espaço das redações, das empresas de comunicação, mas também através de fontes que podem render uma boa matéria ou um bom projeto e que são externas ao jornalismo, como foi o contato com Roberto Rodrigues para a elaboração do projeto do Canal Rural.

Nesse projeto, é possível perceber a reunião de sua origem, pois seu conhecimento do universo rural é herança de seus avós e pais, ambos fazendeiros, com um investimento forte nos projetos da empresa, manifestado pelos contatos com a direção. O sucesso desta combinação rendeu-lhe não só o posto de diretor de jornalismo da empresa, mas uma ampla rede de relações. Em função dos investimentos anteriores e do próprio cargo que ocupa atualmente na empresa, seus contatos diversificaram-se e adquiriram nova importância, tendo em vista que estar em um posto de direção implica estabelecer vínculos com pessoas em posições elevadas na hierarquia social, tais como empresários, ministros, governadores, presidentes de associações etc.

Essa ampla rede de relações e contatos faz com que ele acredite não correr o risco de ficar desempregado, pois como ele mesmo afirma, “tenho um *network* muito grande em função do meu trabalho e já recebi várias propostas”. Tais propostas não se limitam ao espaço das redações, mas extrapolam o jornalismo, podendo alcançar assessorias e consultorias a empresas diversas. A qualquer momento ele pode acionar esses contatos para diversificar e ampliar os espaços de atuação profissional.

Esse itinerário, que se caracteriza pela combinação da elevada posição social com o investimento no jornalismo, permite ressaltar duas questões principais. A primeira delas refere-se aos usos das origens sociais para ingressar no jornalismo e conquistar novos espaços de atuação. Já a segunda delas configura as tomadas de posição e as visões sobre o próprio passado e sobre o jornalismo, que reforçam a importância do seu pertencimento familiar para adquirir uma posição de destaque na profissão. Estas questões implicam considerar que a origem social elevada não representa apenas uma posição no espaço social e uma condição culturalmente dominante, mas que ela permite o acesso a um conjunto de recursos, contatos e aproximações com pessoas que podem ser acionadas durante o trajeto profissional. Trata-se de prestar atenção nas esferas de atuação em que se inserem os

jornalistas, muitas vezes possibilitadas pela sua origem privilegiada, e nos esquemas através dos quais elas são interpretadas.

O *network* das redações: a experiência prática da profissão

Um outro padrão de carreira tem como principal base de recursos as redações jornalísticas, e se caracteriza pelo investimento no jornalismo diário e de revista. Um dos casos mais ilustrativos é o do diretor de redação de duas revistas da capital, pertencentes a um mesmo grupo, mas de áreas distintas: uma de gestão, economia e negócios e a outra de cultura. De origem “modesta e humilde”, conforme suas próprias palavras, e proveniente da cidade de Cachoeira do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul, este profissional começou sua carreira no jornalismo diário. Somente depois de uma carreira construída em jornais, ele passou a investir no jornalismo de revista. A família, composta por sete filhos, vivia do comércio do pai: um “boteco”. Seu pai tinha o primeiro grau incompleto e sua mãe sabia apenas ler e escrever. De todos os filhos, só ele concluiu o curso superior.

A escola e a redação dos jornais tornaram-se espaços importantes para descobrir seu “talento” para o jornalismo e entrar, efetivamente, no mercado de trabalho. Após terminar o segundo grau, com muitas dúvidas a respeito da profissão que deveria seguir e diante da necessidade imediata de um emprego, contou com o apoio de sua professora de português, que o estimulou a escolher o jornalismo em função de suas habilidades com a palavra escrita. Ela lhe conseguiu um trabalho em um jornal da cidade através de um amigo, proprietário e diretor do jornal, que se tornou uma figura-chave na carreira deste jornalista. No jornal, teve várias funções e cumpriu tarefas diversas: realizou reportagens, editou e foi fotógrafo.

Um passo significativo dado pelo jornalista, que merece destaque neste caso, foi a socialização no interior das redações, o que lhe permitiu a descoberta da vocação e a aprendizagem. O exercício de várias funções nos jornais assume importância fundamental para a conquista de conhecimentos e a formação jornalística. Nesse sentido, a redação torna-se a escola para a aquisição das habilidades próprias ao ofício e para que a vocação seja despertada. No referido jornal, ele permaneceu de 1979 até 1982, quando decidiu se mudar para Porto Alegre e cursar a faculdade de jornalismo. Em sua cidade natal, já havia iniciado o curso de Letras, mas não encontrou motivação suficiente para continuá-lo, pois pretendia fazer jornalismo. Durante o período em que cursou Letras, participou das atividades do centro acadêmico desse curso e concorreu à sua presidência, porém sem sucesso.

Ao chegar a Porto Alegre, desenvolveu diversas atividades para poder se manter economicamente, dentre elas a de auxiliar de escritório e de assessor de um deputado de sua cidade natal. Durante o curso de jornalismo na PUC participou das atividades do centro acadêmico, colaborando com textos. Por meio do vice-presidente desse centro acadêmico, conseguiu um emprego de editor numa produtora de vídeo. Nesse período, colaborou em diversos jornais de bairro da capital, trabalhos que conquistou por meio de anúncios de jornal.

Depois de formado, conseguiu um emprego no *Correio do Povo* como pauteiro. Tal cargo foi conquistado por indicação do diretor do jornal de Cachoeira do Sul, onde havia trabalhado, e que era então editor de economia do *Correio do Povo*. Trabalhou ali de 1987 a 1990 como pauteiro, subchefe de reportagem e chefe de reportagem. Sua saída ocorreu em função de um convite para atuar, na qualidade de repórter especial, em um outro jornal que estava sendo criado. Seis meses depois, pediu demissão e voltou ao *Correio do Povo* como repórter especial. Seu retorno se deu em função de um convite do diretor de redação que já o conhecia por seu trabalho anterior ali. Mais tarde, foi promovido a editor de política, cargo que ocupou por quase três anos e, em seguida, editor de economia.

Naquela época já trabalhava, na qualidade de editor executivo, na revista em que atualmente é diretor de redação. O convite para atuar nessa revista partiu de um dos sócios, colega seu de longa data: o mesmo jornalista diretor de redação do jornal de Cachoeira do Sul. Acumulando as funções de editor de economia do *Correio do Povo* e de editor-executivo da revista por dois anos, em 1993 pediu demissão do jornal para dedicar-se integralmente à revista e ao cargo que desempenhava. Nessa revista, foi promovido a diretor de redação em 1996, cargo que desempenha até hoje. Mais tarde assumiu a direção da revista de cultura criada pelo mesmo grupo. Do início da sua carreira como repórter até chegar à função atual de diretor de redação de duas revistas pertencentes ao mesmo grupo, cargo que ocupa há 10 anos, foram 17 anos construindo uma rede de relações, mudando de função e de veículo. Isto revela que, até atingir o cargo máximo almejado no interior das redações, foi preciso um longo investimento.

Um dos fatores que possibilitaram a este jornalista conquistar posições no jornalismo e subir na hierarquia de postos de cargos foi o investimento intenso nas redações de jornais e revistas. A escola e a universidade tornaram-se importantes espaços de socialização e de estabelecimentos de contatos, resultando em possíveis indicações para empregos, assim como as redações. Foram os contatos feitos no interior das redações que lhe permitiram novas possibilidades de emprego, convites para atuar em outros veículos e crescimento na hierarquia do jornalismo. A imagem

que este jornalista constrói de sua vida profissional valoriza tais contatos e aqueles feitos na escola, todos eles importantes em sua carreira.

Ao contrário de um dos casos, descrito na modalidade anterior, em que as origens sociais são extremamente consideradas, valorizadas e apresentadas como essenciais na identificação profissional, este jornalista, ao falar do seu passado e apresentar uma visão coerente em relação à sua posição atual no jornalismo, tende a dar aos vínculos estabelecidos nas redações um valor determinante. A sua história de triunfo profissional está calcada nos contatos internos estabelecidos no jornalismo, uma vez que as origens sociais o distanciam dele, fazendo com que o investimento no jornalismo tenha sido o elemento principal que lhe permitiu conquistar e atingir uma posição destacada na hierarquia da profissão.

Nessa modalidade de carreira, a redação desempenha um papel fundamental, pois ela é apresentada como um espaço importante para a descoberta da vocação e para a aprendizagem das habilidades necessárias ao ofício do jornalismo. Nas narrativas e nas reconstruções feitas pelo entrevistado sobre o passado, a redação assume esta importância e é apresentada como um local significativo para vida profissional. Além disso, ela é essencial para o estabelecimento de contatos e a construção de relações, que podem resultar em novas ofertas de emprego, em novas oportunidades de trabalho e em ascensão interna.

#### Militância política e partidária: o jornalista “em defesa da sociedade”

O terceiro padrão de ascensão profissional diz respeito a um conjunto de jornalistas que associam recursos obtidos nas redações com militância sindical e político-partidária para a ocupação de cargos diversos, seja nas assessorias de imprensa, na universidade, seja em cargos políticos, como secretarias de governos. Essa modalidade consiste em um conjunto de trajetórias que se caracterizam por posições ocupadas na militância estudantil, partidária e corporativa e que combinam o exercício do jornalismo (em assessoria, na universidade, no jornalismo diário) com outras atividades, como sindicalismo, militância estudantil, liderança estudantil, militância partidária. O jornalismo, nesse caso, representa uma maneira de articular atividade profissional com engajamento político e reconverter recursos militantes para atuar no jornalismo.

Na tentativa de demonstrar como as múltiplas inserções permitem a formação de um capital de relações variadas, tomar-se-á um dos casos como exemplar do padrão de trajetória profissional de jornalista e sua vinculação com a esfera política. É o caso do secretário geral da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), também coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), professor universitário, membro da diretoria do Fórum Nacional de Professores de

Jornalismo (FNPJ), membro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e representante da categoria profissional dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social. A relação entre o exercício profissional do jornalismo e o da política, neste caso, é intensa, o que lhe permitiu chegar a secretário de Comunicação e a candidato a deputado federal.

Sua participação política teve início em grupos e movimentos estudantis, com intensa atividade em um grupo chamado LIBELU (Liberdade e Luta). No centro acadêmico do curso de arquitetura, primeira faculdade iniciada, disputou com sucesso a sua presidência, representando o “Movimento Camponês, Operário, Estudantil” da LIBELU, concorrendo com outras duas chapas, uma delas do Partido Comunista e a outra da UDS. Nessa época, a LIBELU disputava o controle de diversos diretórios acadêmicos no país. Sua entrada nesse grupo ocorreu por intermédio de um colega do movimento estudantil na Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde cursava arquitetura. Na LIBELU afirma ter lido livros clássicos do comunismo e do trotskismo. Nesses grupos, estabeleceu relações com colegas que seriam futuros companheiros de militância partidária e de carreira política. A academia foi o primeiro espaço a aparecer ligado às suas preocupações políticas, conectando assim o engajamento político à vida estudantil. Mais tarde, é a sua vida profissional que aparecerá vinculada à militância política.

Ao mesmo tempo em que investia na militância e fazia o curso de arquitetura, começava a atuar em jornais diários da capital fazendo charge e na Cooperativa dos Jornalistas (COOJORNAL) como ilustrador. Depois de já estar inserido nas redações de jornais, decidiu fazer o curso de jornalismo, iniciado em 1978 e concluído em 1982. Na faculdade de jornalismo da PUC, também atuou no diretório acadêmico na qualidade de presidente e intensificou contatos com professores e colegas que estavam trabalhando nas redações de jornais. Tais contatos renderam-lhe algumas ofertas de emprego. Uma delas ocorreu por intermédio de um colega que o indicou para uma vaga de diagramador no *Correio do Povo*. Nessa época, já fazia algumas charges para este jornal, o que lhe possibilitou acumular ali duas funções. Logo depois da falência da empresa Caldas Júnior, que publicava este jornal, e da mudança de proprietários, foi contratado como chargista, abandonando a função de diagramador.

A outra oferta de emprego ocorreu por intermédio de um professor da faculdade, também colega de redação no *Correio do Povo*, que o convidou para dar aulas na PUC, função que desempenha até hoje. Acumulava então a função de chargista e de professor universitário, além da intensa atividade política e sindical. Esta última, iniciada desde a época em que entrara para as redações de jornais, intensificou-se quando foi escolhido delegado sindical da redação do *Correio do*

*Povo*. Conquistou em seguida o cargo de vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

A entrada no sindicato e a militância partidária ocorreram simultaneamente, mas os investimentos em cada um desses espaços, como ocupação de cargos e a ampliação da atuação, se deram em momentos diferentes da carreira. Quando passou a ocupar cargos dentro do sindicato já tinha um longo percurso no Partido dos Trabalhadores (PT). Sua primeira presidência no sindicato ocorreu em 1989, quando o PT venceu as eleições municipais e toda a diretoria do sindicato dos jornalistas foi convocada para organizar a assessoria de comunicação da prefeitura. Passou então de vice-presidente à função de presidente, cargo que conquistou por três gestões.

O ingresso em um curso de graduação em jornalismo ocorreu no mesmo período em que rompeu com a LIBELU para entrar no PT, quando este partido foi criado em Porto Alegre, abandonando definitivamente a faculdade de arquitetura. A divergência interna na LIBELU sobre a possibilidade de integrar um novo partido o fez romper com o grupo e aderir a um “verdadeiro partido operário”, como ele mesmo definiu em entrevista. Apesar de continuar na direção de centros acadêmicos, é possível perceber uma passagem quase imediata da militância estudantil para a partidária. Este jornalista começou na militância estudantil, passou a investir no partido e, aos poucos, o movimento estudantil foi substituído pelo movimento sindical.

A sua vida acadêmica, na graduação ou na pós-graduação, teve um sentido de militância permanente. Alguns anos após a conclusão do curso de graduação, em 1984, ingressou no mestrado de sociologia, curso que não concluiu em função da intensa atividade partidária, sindical e profissional nos jornais da capital. A entrada no mestrado foi motivada por um conjunto de amigos, muitos deles do PT, que lá estavam, e porque na sua visão era um lugar em que se fazia uma leitura sistemática da teoria, possibilitando organizar e sistematizar um debate que estabelecia ideologicamente na militância. Mais tarde iniciou o mestrado em comunicação, ainda não concluído.

A experiência militante deste jornalista estimulou não só a sua vida acadêmica, como toda a sua vida profissional. A entrada no curso de graduação em jornalismo, segundo ele, representou uma extensão de sua militância. Em função de já estar atuando em jornais e politicamente, afirma ter optado pelo curso de jornalismo para “transformar o país e reformar o mundo”, razão pela qual também continua na política e no jornalismo. Ele declara ter encontrado as motivações necessárias para a entrada no jornalismo na militância estudantil, a qual permitiu desenvolver de forma organizada uma “crítica social” já manifestada na infância e na juventude. A

apresentação dos motivos que o levaram a escolher o jornalismo torna-se um meio apropriado para integrar seus interesses políticos em sua futura vida profissional. A escolha aparece elaborada em ligação com sua sensibilidade política, o que contribui para reforçar ainda mais o seu engajamento.

Além disso, na sua visão, o papel do jornalismo e do jornalista é intensificar a “esfera pública”, proporcionar as populações excluídas e de baixa renda as mesmas informações que são destinadas a outros grupos sociais e não propor jornais especializados, jornais que seriam, em suas palavras, “de classe, segmentados”. Assim, o jornalista estaria cumprindo o seu papel de contar a história cotidiana a todos os segmentos sociais, selecionando o que é de “interesse público” nessa história. Isto demonstra uma definição militante das próprias competências jornalísticas e a reconversão de saberes incorporados pela experiência política em um saber fazer jornalístico.

Porém, os significados atribuídos ao passado e ao próprio exercício do jornalismo dependeram da interseção das esferas às quais estava vinculado. Deste modo, a inserção na militância estudantil, partidária e sindical criou as condições para tal percepção, além de possibilitar a conquista de novas posições e de cargos, ampliando, assim, as esferas de atuação. O militantismo – neste caso, estudantil, partidário e sindical – contribuiu não só para formação de uma rede de relações, que puderam ser mobilizadas em diversas situações, mas também para uma visão de mundo militante (Gaxie & Offerlé, 1985; Coradini, 2001). Assim, ele orientou subjetivamente as “esferas” de sua “vida” através de seus engajamentos.

Este caso representa uma modalidade de narrativa biográfica que tem como base a associação de recursos partidários, sindicais e profissionais. O investimento nestas esferas ocorre simultaneamente aos investimentos no jornalismo, possibilitando uma interferência entre esses espaços. Os exemplos de tais interferências podem ser encontrados nas diversas greves da categoria, das quais participou, nos cargos políticos que ocupou na qualidade de jornalista e na participação na Cooperativa dos Jornalistas, compondo a última chapa (petista) vencedora das eleições na década de 1980. No que diz respeito aos cargos políticos que ocupou, este jornalista foi secretário de Comunicação do governo do estado de 1995 até 1998 pelo PT. Além deste cargo, nas eleições de 1994 candidatou-se a deputado federal também pelo PT, convertendo assim os recursos políticos em recursos eleitorais. Mas como não se elegeu, o partido convidou-o para administrar a pasta de Comunicação do estado. Nessa mesma época, compôs as “executiva” e “executivinha” do partido, como foram chamadas, que consistem em grupos de cinco pessoas definidas para dirigir o partido e que recebem salário para ocupar tal função.

Atualmente, além de professor, este jornalista atua na secretaria da FENAJ, na diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, coordena o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, compõe a diretoria do FNPJ e representa os jornalistas no Conselho de Comunicação Social. A sucessiva ocupação de posições de lideranças e de cargos em organizações sindicais, associativas e políticas ocorre simultaneamente ao investimento na carreira acadêmica. Estes postos adquirem um duplo sentido, na medida em que este jornalista os apresenta constantemente como uma atuação profissional e política.

Em síntese, este trajeto caracteriza-se por um conjunto de investimentos simultâneos no jornalismo, na militância estudantil, no Partido dos Trabalhadores e no Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Os contatos proporcionados por tais investimentos renderam-lhe uma candidatura e o cargo de secretário estadual de comunicação, além de lhe possibilitarem a liderança sindical. A inserção militante, partidária e sindical permite acumular um conjunto de recursos que podem ser usados para diversificar os espaços jornalísticos de atuação.

A ligação entre a esfera profissional e aquela do engajamento aparece claramente tanto no que diz respeito aos recursos que são convertidos para ampliar os espaços de atuação profissional, como nos aspectos subjetivos que permitem estabelecer uma conexão entre esses espaços. Ao longo da entrevista realizada para este estudo, ele não cessou de colocar que o trabalho e o engajamento político fazem parte de um todo e que não estão separados, apesar de seu constante esforço para controlar as interferências que possam ocorrer entre o jornalismo e a política. Assim, a imbricação desses espaços dá à sua ação um sentido. Este jornalista procura apresentar coerência em seus relatos no que se refere à sua atuação profissional e à sua atuação política. Esta preocupação é central para ligar subjetivamente as duas esferas que, à primeira vista, não têm laços comuns.

Assim, percebe-se que entre a posição social de origem e o momento de ingresso no jornalismo mesclam-se relações e vínculos com âmbitos sociais diversos. De todas elas, a esfera político-partidária assume importância fundamental, pois a proximidade com o universo político-partidário e militante gera, para o jornalista, um capital de relações sociais que pode ser reconvertido em capital político. Isto se manifesta na filiação a partidos e na ocupação de cargos políticos (assessor, diretor de emissora pública), mas pode também ser reconvertido para possibilitar a atuação dentro do jornalismo.

Estes dados permitem indicar ainda que há um uso simultâneo de recursos acumulados no campo da militância estudantil e no da político-partidária, assim como daqueles adquiridos nas universidades através da formação em cursos na área de jornalismo (mestrado e doutorado). O que respalda uma determinada



concepção acerca da profissão de jornalista é a diversidade de recursos reunidos e a intensa proximidade com o universo da política, uma vez que a defesa do jornalismo como uma forma de intervenção social não está separada dos usos que os jornalistas fazem dos meios acumulados.

#### Conclusões

Este artigo demonstra que os relatos biográficos sobre a trajetória social e profissional traduzem associações diversas entre recursos sociais e os seus usos diferenciados para a entrada e o crescimento no jornalismo. Por meio de tais relatos foi possível perceber a diversidade de bases sociais e de esferas de atividades acionadas para a inserção e para a ascensão profissional. Além disso, foi possível mostrar que as concepções de jornalismo e os sentidos atribuídos à atividade são inerentes ao processo de combinação de recursos diversos que conduzem à ocupação de posições dominantes na hierarquia jornalística e o acesso aos cargos mais cobiçados, sejam eles no interior das redações, nas assessorias de imprensa ou na universidade.

Destacaram-se, neste estudo, os usos de relações estabelecidas em esferas sociais como a família, a escola, as redações de jornais, os partidos políticos e os movimentos sociais para o exercício do jornalismo e para a ascensão profissional. Por um lado, há as redes de relações decorrentes dos contatos proporcionados pela origem social elevada. Neste caso, não só as relações advindas da família são relevantes e se tornam recursos básicos, como também a posição social e culturalmente dominante. Tal posição constitui-se em um título ostentado muitas vezes como positivo para o exercício do jornalismo. Este fato traz como consequência fortes afinidades com as atividades de comando e de chefia no interior das redações de jornais.

Por outro lado, demonstra-se a importância, além da esfera familiar, das relações provenientes da militância política e partidária para a ocupação de posições no jornalismo. A acumulação de capital aparece associada às atividades de representação categorial, como militância sindical ou algum outro tipo de associativismo ligado a partidos políticos. O resultado desses recursos é uma proximidade muito grande com postos ocupados nas universidades e nas assessorias públicas.

Do mesmo modo, é possível explicitar que os vínculos estabelecidos no interior das redações são essenciais para o crescimento na hierarquia jornalística, possibilitando indicações e acesso a certos postos. Tal esfera de atividade apresenta-se como fundamental em momentos de redirecionamento da carreira ou

de investimentos em outras áreas de atuação, como na mudança de empresa jornalística ou no ingresso em assessorias de imprensa.

As relações proporcionadas pela universidade também se destacaram, uma vez que a academia, mais do que um espaço de aprendizagem dos conhecimentos básicos do jornalismo, tem importância pelas relações que proporciona através de colegas ou professores que estejam atuando no chamado “mercado jornalístico”, possibilitando o acesso ao espaço das redações. Entre aqueles que não dispõem de recursos de origem social elevada, nem recursos proporcionados pela militância, a escola se torna um importante local de socialização e acesso a certos meios que não poderiam ser obtidos de outra forma.

Os pontos de vista sobre o jornalismo e as concepções de excelência profissional correspondem também a certos padrões de acúmulo de recursos sociais. A própria apresentação profissional tem como base a acumulação deles obtidos em outros domínios, remetendo assim a diferentes princípios que legitimam a posição profissional e que não estão associados estritamente ao meritocratismo. Isto pode ser percebido nos relatos em que a competência profissional aparece associada a um capital de origem, sobretudo cultural, ou ainda associada a um exercício militante.

Contudo, a reconversão de recursos de posição de origem ou obtidos pela participação político-partidária nunca ocorre de maneira direta, uma vez que entre eles perpassam o espaço das redações e o universo acadêmico. Praticamente todos os jornalistas entrevistados lançam mão de mais de uma base de recursos e de esferas sociais, de acordo com o seu trajeto e sua inserção social e profissional. O acionamento desses recursos ocorre em situações muito diversas, como as de entrada no mercado ou em momentos de reconversões, nos quais é preciso reorientar os investimentos a fim de ingressar numa nova situação social (postos da burocracia, assessoria de imprensa, trabalhos de *free lancer*).

#### Referências bibliográficas

BOIGEOL, A. & DEZALAY, I. "De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel". *Genèses*, n.27, p.49-68, Paris, 1997.

BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Paris: Editions de Minuit, 1984.

CORADINI, O. L. Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUBAR, C. *La Socialisation*. Paris: Armand Colin, 1998b.

\_\_\_\_\_. "Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos". *Educ. Soc.* [online], v.19, n.62, p.13-20, Campinas,

abr. 1998c. Disponível na World Wide Web: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 10/12/2006.

DUBAR, C. & TRIPIER, Pierre. *Sociologie des Professions*. Paris: Armand Colin, 1998a.

GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. "Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital Social Collectif et Carrière Politique". In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élités Socialistes au Pouvoir – 1980-1985*. Paris: Press Universitaires de France, 1985. p.105-138.

FILLIEULE, O. "Propositions pour une Analyse Processuelle de L'engagement Individuel". *Revue Française de Science Politique*, Paris, février-avril, 2001, v.51, n.1-2, p.199-215, Paris, février-avril, 2001.

GOFFMAN, E. "A Carreira Moral do Doente Mental". In: \_\_\_\_\_. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996. p.111-143.

MISCHE, A. "De estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política". *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p.134-150, Rio de Janeiro, 1997.

PASSY, F. "Interactions Sociales et Imbrications des Sphères de Vie". In: FILLIEULE, O. (org.). *Le Desengagement Militant*. Paris: Edition Belin, 2005. p.111-130.

PENEFF, Jean. "Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française". *Politix*, n.27, p.25-31, Paris, 1994.

PETRARCA, F. *O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no RS*. Tese de doutorado em sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, 2007.

POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*, v.5, n.10, p.200-212, Rio de Janeiro, 1992.

PUDAL, B. "Du biographique entre 'sciences' et 'fiction'. Quelques remarques programmatiques". *Politix*, n.27, p.5-24, Paris, 1994.

---

<sup>1</sup> Tal pesquisa resultou em uma tese de doutorado denominada *O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no RS* (Petarca, 2007), defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

**GERAÇÕES DE TRABALHADORES NO TRABALHO BANCÁRIO ESTATAL: UMA DISPUTA PELA DOMINAÇÃO DO ESPAÇO**

Ricardo Gonçalves de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo**

A partir de pesquisa realizada junto a trabalhadores de um importante banco público federal, este trabalho trata das distintas gerações de trabalhadores oriundas do processo de reestruturação do sistema bancário nacional e, no caso dos bancos estatais, da reforma do Estado levada a cabo a partir dos anos 1990. Diferentes grupos ou gerações de trabalhadores executando as mesmas tarefas no mesmo ambiente de trabalho resultam, normalmente, em uma disputa pela dominação do espaço, ainda que seja esta uma disputa latente. Ao contrário da relação entre os grupos, que aparentemente é cordial, esta disputa é travada de forma implícita, observa-se nos discursos dos trabalhadores entrevistados uma distinção explícita entre as gerações.

Palavras-chave: gerações de trabalhadores, sistema bancário, reestruturação, técnico bancário, escriturário.

**GENERATIONS OF WORKERS IN THE STATE BANK SECTOR: A SPACE DOMINATION DISPUTE**

**Abstract**

Based on research done together with workers of an important Brazilian federal public bank, this article deals with different generations of workers arising from the national bank restructuring process and, in what concerns state banks, from the state reforms put forward since the nineties. Different groups or generations of workers accomplishing the same tasks in a common working place, result, ordinarily, in a dispute for space domination, even though it can be a latent one. Contrarily to the group relation, that shows itself apparently cordial and in an implicit form of dispute, it can be observed, throughout the workers discourses collected during interviews, that there is an explicit distinction among generations.

Key-words: generations of workers, bank system, restructuring; bank technician, clerk.

---

<sup>1</sup> Graduado em ciências sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma instituição

## **Introdução**

A discussão proposta neste artigo aborda as distintas gerações de trabalhadores que resultaram do processo de reestruturação pelo qual passou, e vem passando, um importante banco público federal. Gerações de trabalhadores, no entanto, assim como as relações que se estabelecem entre elas, não se definem por classes de idades diferentes, mas pelo contexto das transformações institucionais e estruturais que afetam um setor (Pessanha & Morel, 1991:70), como a introdução de novas tecnologias e novos modelos de gerenciamento. Dessas transformações resultaram as diferentes gerações de trabalhadores que encontramos no banco, quais sejam, os escriturários e os técnicos bancários.

Os dados utilizados no presente trabalho são o resultado parcial de pesquisa para dissertação de mestrado, e foram coletados através de entrevistas realizadas com trabalhadores concursados de diferentes setores da instituição bancária na cidade do Rio de Janeiro e com representantes do Sindicato dos Bancários da mesma cidade, além de pesquisa bibliográfica. As identidades dos colaboradores e o nome banco serão preservados devido ao fato de não ter sido concedida autorização para que a pesquisa fosse realizada no ambiente interno da instituição.

A partir de outros trabalhos que analisam as relações entre gerações de trabalhadores, como os de Grün (1986), Ramalho (1989), Pessanha e Morel (1991), Ferreira e Misse (2007), e apoiado na teoria de Bourdieu (2006; 2007) – segundo o qual o mundo social pode ser representado como um espaço construído por princípios de diferenciação ou mesmo de distribuição, constituído pelo conjunto das propriedades que nele atuam e que conferem força ou poder àqueles que as detêm, e onde os agentes ou grupos de agentes são definidos pelas posições relativas que nele ocupam – identifico a existência de um conflito latente<sup>2</sup> entre as diferentes gerações de trabalhadores do banco estatal pesquisado.

Estas gerações vêm se definindo desde os anos 1990, a partir do advento e da reestruturação do sistema bancário nacional e da reforma do Estado brasileiro, ou seja, há uma disputa pela dominação do espaço social entre os grupos de trabalhadores formados por escriturários e técnicos bancários. Estes dois grupos, apesar de trabalharem na mesma instituição, dividindo o mesmo espaço físico e executando as mesmas funções, formam distintas gerações de trabalhadores devido à mudança de paradigma na organização do trabalho ocorrida a partir da

---

<sup>2</sup> Bourdieu credita o sentido da posição ocupada no espaço social menos a uma “consciência de classe” do que a um “inconsciente de classe” (2006: 140). Segundo o autor, os esquemas do *habitus* devem sua eficácia própria ao fato de funcionarem fora da consciência e do discurso, ou seja, fora do controle voluntário (2007: 434).

década de 1970. A reestruturação produtiva substituiu o modelo taylorista/fordista pelo modelo japonês, e são estes modelos de organização do trabalho que definem as diferenças entre os grupos pesquisados. Contudo, é importante destacar que o processo de reestruturação por que passou o sistema bancário brasileiro não dividiu os trabalhadores em grupos distintos. O referido processo criou as condições para que um novo grupo de trabalhadores fosse forjado na nova realidade das relações de trabalho. Enquanto um grupo foi formado no momento em que a organização do trabalho era orientada pelo taylorismo/fordismo, o outro é moldado sob as condições do modelo japonês ou toyotismo. Resultaram daí as diferenças fundamentais que dividem os grupos estudados.

O processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro, além de possibilitar a formação de diferentes gerações de trabalhadores, criou uma dificuldade a mais para aqueles que ingressaram no trabalho bancário quando este era organizado pelo modelo taylorista/fordista. Tal dificuldade consiste em se adaptarem ao novo modelo, o que nem sempre é um processo sem traumas.

As subjetividades, segundo Grisci (2002:5), são modos de existência ou estilos de vida e estes, de acordo com a autora, resultam de determinações coletivas sociais, econômicas e tecnológicas, isto é, a subjetividade é social, podendo ser assumida e vivida pelos sujeitos particularmente. Desse modo, as mudanças introduzidas pela reestruturação do trabalho, principalmente aquelas oriundas da expansão tecnológica, atuam sobre o tempo e, instituindo novos regimes temporais, afetam a subjetividade. Tal fenômeno ocorre através de um movimento de “desterritorialização” e “reterritorialização”: “a *desterritorialização* arranca os sujeitos de modos de trabalhar, experimentar o tempo e viver que lhes são familiares, a *reterritorialização* captura-os, novamente moldados às necessidades colocadas pelo sistema capitalista” (Guattari *apud* Grisci, 2002:5).

As mudanças “desterritorializantes” são, portanto, produtoras de transformações compreendidas pelos sujeitos como introduzidas à força, caracterizadas pela inevitabilidade, a instantaneidade e a intensidade, provocando insegurança tanto nos sujeitos ocupantes dos postos de gestão, quanto nos ocupantes dos postos de execução. Significa dizer que, normalmente, mudanças causam tensão, estresse e sofrimento aos sujeitos e, se considerarmos as mudanças “desterritorializantes”, não é descabido afirmar que uma forte sensação de perda se instala no ambiente dos trabalhadores bancários envolvidos no processo de reestruturação do sistema bancário (Grisci, *ibidem*:9).

As palavras de uma funcionária do banco pesquisado são sintomáticas:

Poxa, o que eu fiz com esses anos todos da minha vida? Eu pastei. Eu pastei tendo aqueles conhecimentos que, de repente, já não servem mais para

nada, porque já houve uma mudança com a entrada dos sistemas novos [do banco], e nada do que a gente sabia serviu pra alguma coisa (Escriturária, há 24 anos no banco).

O que se observa no processo de reestruturação do trabalho bancário é o que Grisci (*op. cit.*) define como o abandono do passado, uma espécie de “presentificação”, de “obsoletização” das trajetórias de trabalho e de vida, ou seja, o legado do passado não serve para o futuro, e

quanto mais arraigados às referências identitárias se encontrarem os sujeitos, mais exacerbado será o sofrimento a ser experimentado diante da reestruturação que toma o tempo enquanto modo de subjetivação a produzir novas subjetividades capitalísticas, num processo de individuação (Grisci, *op. cit.*: 9).

Nos anos 1970, quando foram introduzidos a organização taylorista/fordista e os ambientes informatizados no trabalho bancário (Grün, 1986), observou-se tanto a formação de distintas gerações de trabalhadores que travaram implicitamente uma disputa pela hegemonia no ambiente bancário, bem como a dificuldade de adaptação dos “antigos” profissionais ao novo modelo de organização do trabalho. Outro exemplo de disputa entre gerações, desta vez explícita, foi a observada entre os trabalhadores terceirizados contratados pela Caixa Econômica Federal para executarem funções consideradas bancárias e os bancários concursados, como mostram Ferreira e Misse (2007), e que resultou em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho perante a 8ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, após denúncias de diversos sindicatos desta classe.

Nesse sentido, o processo parece ter se repetido no sistema bancário estatal a partir da reestruturação do setor ocorrido na década de 1990, já que houve uma nova disputa pela hegemonia no espaço social, travada implicitamente entre distintas gerações de trabalhadores concursados do banco público federal estudado, representados por escriturários e técnicos bancários. Repetiu-se também o processo de adaptação pelo qual têm que passar os “antigos” trabalhadores para se adaptarem ao novo modelo de organização do trabalho, o que Guattari chamou de movimento de “desterritorialização” e “reterritorialização” (Guattari *apud* Grisci, 2002).

### **O sistema bancário brasileiro: mudanças e trabalhadores**

No setor de serviços, ao longo das últimas duas décadas, o sistema bancário tem enfrentado profundas transformações que atingiram “a natureza dos produtos, dos mercados e da organização de suas atividades internas e que estão

relacionadas à reestruturação do capitalismo internacional, pautada pela ‘globalização’ e ‘financeirização’ do sistema” (Larangeira, 2001:112). Disto decorre a intensificação do processo de informatização das atividades bancárias, acarretando importantes mudanças na situação dos trabalhadores do setor (idem). O sistema bancário brasileiro deu início ao seu processo de automação em fins dos anos 1960, introduzindo os Centros de Processamento de Dados, alterando assim a rotina dos serviços de retaguarda dos bancos (Araújo *et alii*, 2001:89). Esse processo teve prosseguimento nos anos 1970, e alcançou o atendimento ao público na década de 1980, primeiro nos bancos privados e, ao final da década, também nos bancos estatais (Blass *apud* Araújo *et alii*, 2001:89).

Entretanto, se as referidas mudanças podem ser identificadas como a gênese da reestruturação do setor bancário no Brasil, as mais significativas tiveram início em fins dos anos 1980 e se acentuaram a partir de meados da década de 1990. Tais alterações, “ainda que associadas às mudanças em nível mundial, expressas pela globalização e pela ‘financeirização’ do sistema econômico” (Larangeira, *ibidem*), podem ser analisadas por suas particularidades inerentes ao contexto brasileiro, no qual se destacam:

a) o processo inflacionário que dominou a economia brasileira desde o final dos anos 1970 até meados dos 1990;

b) a desregulamentação do mercado financeiro interno, instituída pela Constituição de 1988, que deu origem aos chamados bancos múltiplos e acirrou a competição no setor;

c) a introdução do Plano Real, em 1994, cujo principal objetivo era o reordenamento da economia através, sobretudo, do controle da inflação (idem);

d) a aceleração do processo de centralização-concentração bancária no período, que acarretou a redução do número de instituições que controlavam as operações financeiras no país; este fato pode ser observado pelos dados do Banco Central que mostram que, em 2005, 83,29% das operações de crédito e arrendamento mercantil de todo o sistema financeiro nacional estavam nas mãos de 13 bancos (três federais e dez privados);

e) a abertura financeira, aumentando a presença de instituições financeiras internacionais no país;

f) o processo de privatização dos bancos estaduais;

g) a reestruturação do trabalho bancário (Minella, 2007:108-9).

A atividade bancária foi profundamente modificada com a introdução de inovações tecnológicas, e o sistema bancário brasileiro fez grandes investimentos em equipamentos e programas de informática e telecomunicações, tornando-se próximo à situação dos bancos dos países altamente industrializados. Esses



investimentos alcançaram US\$ 3,8 bilhões em 1993 e US\$ 4 bilhões em 1994. Ainda que a partir de 1995 os investimentos dos bancos em Novas Tecnologias da Informação (NTI)<sup>3</sup> tenham diminuído, permaneceram altos se comparados com outros setores da economia, pois continuaram destinando, anualmente, cerca de 8,5% do patrimônio para este tipo de investimento, contra 3,8% da média nacional (Larangeira, *opus cit.*:113). Entre 2000 e 2002, os bancos brasileiros investiram mais de R\$ 8,5 bilhões em equipamentos de informática e comunicação e em programas de computador (Becker *et alii*, 2003:72).

O computador vem exercendo um forte impacto sobre as operações bancárias e o setor bancário é hoje altamente informatizado, assumindo posição destacada entre as atividades que mais absorvem novas tecnologias (Drucker *apud* Becker *et alii*, 2003:72). Até a década de 1990, segundo Segnini (1998:20), o sistema financeiro brasileiro podia ser considerado uma “ilha” setorial de modernidade, pois, além de ter se modernizado tecnologicamente, em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, pressionou o desenvolvimento da indústria nacional de informática tanto no que se refere à criação de demanda por equipamentos e sistemas, como na viabilização do financiamento desse desenvolvimento.

No embalo da reestruturação produtiva, o sistema bancário brasileiro também passa a pautar sua organização pelo receituário japonês. O toyotismo é adaptado para o trabalho no escritório como forma de alterar as relações entre o trabalhador e o seu trabalho, que deixa de ser parcelado, impondo àquele um caráter polivalente, além do uso intensivo de Novas Tecnologias da Informação (Netz, 2005). As NTI colocaram o trabalhador bancário diante de inúmeras dificuldades, no entanto, uma pode ser considerada central:

a pressão constante para se adequar e se adaptar às novas exigências de uma informatização galopante em que, [...] [em muitos casos], não há qualquer treinamento e preparação dos funcionários, mas uma ameaça surda que diz: se não se adaptarem e não se reciclarem, estarão **fora do sistema** (Druck *et al.*, 2002:230).

Assim, o trabalhador bancário enfrenta, neste momento, muitos medos decorrentes dos riscos a que está exposto e que se multiplicam, bem como a incerteza de sua condição. “Cada vez a pessoa vai valer menos, se qualificar mais e ser pior remunerada” (Trabalhador Bancário *apud* Grisci, 2002:13). Esta é uma situação aparentemente paradoxal, na medida em que consideramos a importância

---

<sup>3</sup> Tal como Netz (2005), usarei a terminologia Novas Tecnologias da Informação (NTI) para me referir à automação, automatização e termos correlatos, por entender que as NTI englobam as inovações tecnológicas de forma abrangente.

que assume a “lógica financeira” e o papel que desempenham os bancos e as instituições financeiras na economia globalizada (Druck *et al.*, *op. cit.*: 231).

A trajetória de mudanças nas relações de trabalho no sistema bancário brasileiro pode ser dividida em três momentos distintos no que diz respeito à organização do trabalho e suas implicações na execução das atividades bancárias: o do “capital-confiança”, o do taylorismo/fordismo e o do toyotismo.

No primeiro, antes da introdução da informática no sistema bancário no Brasil, os trabalhadores do setor formavam um grupo profissional com qualificação técnica relativamente baixa, normalmente encerravam a sua escolaridade formal no segundo grau e deveriam ter conhecimentos de contabilidade e português (Grün, 1986; Netz, 2005). A verdadeira qualificação profissional dessa categoria de trabalhadores tinha origem em sua trajetória de “vida organizacional”, na medida em que aquilo que os qualificava era o reconhecimento de serem eles “[fiéis] depositário[s] [...] da riqueza alheia que é gerida pelo banco” (Grün, *ibidem*), ou seja, tinham de ser merecedores de confiança e destacarem-se por sua honestidade (Netz, *ibidem*). Era menos uma qualificação profissional e mais um tipo de capital simbólico, ou “capital-confiança”.

O aprendizado profissional baseava-se na disseminação do conhecimento organizacional, o qual não dispunha de uma instância que o codificasse ou reproduzisse. Os conhecimentos específicos das tarefas cotidianas do trabalho eram adquiridos através da observação dos trabalhadores mais antigos, quando também se assimilavam os comportamentos pessoais destes. Significa dizer que o aprendizado do trabalho bancário era adquirir seu *habitus* (Grün, *ibidem*). Devido ao tipo de sua formação profissional, Grün (*ibidem*) chamou os trabalhadores bancários daquele período de “autodidatas”.

No segundo, a partir da implantação dos Centros de Processamento de Dados, o trabalho bancário organiza-se baseado no sistema taylorista/fordista, fragmentando-se e sistematizando em manuais os conhecimentos técnicos dos trabalhadores (Netz, *ibidem*). O uso do computador marcou o início de um processo sistemático com o objetivo de desestabilizar o grupo profissional até então hegemônico nas atividades bancárias, reconhecido pela confiança adquirida ao longo da trajetória de vida no trabalho, e possibilitou o surgimento de um novo grupo de profissionais em seu interior. Eram agentes que chegavam

dispondo de importantes títulos universitários que [referendavam] uma qualificação genérica, imposta do exterior para a empresa [o que representava] uma novidade completa para os antigos padrões, onde o banco, seus critérios internos de avaliação eram a medida para todas as coisas (Grün, *ibidem*).

O “saber do *métier*” bancário foi apropriado pela direção dos bancos e gradativamente esvaziado de conteúdo (Grün, 1986; Segnini, 1998:71).

Finalmente, no terceiro, com a reestruturação do sistema, o trabalho bancário passou a ser organizado com base no modelo japonês, no qual se destacam a redução de pessoal, o uso intensivo de novas tecnologias, a polivalência dos trabalhadores e a exigência de altos índices de produtividade. O perfil do novo profissional bancário é agora caracterizado pela especialização em vendas e por conhecimentos acerca de mercado financeiro, utilização de *software* e matemática financeira, além da polivalência, na medida em que tem suas funções ampliadas (Larangeira, 1997, 2001). Precisa ainda “lidar com tarefas não prescritas e com limites pouco definidos, contrariando a exigência anterior, quando as atividades eram claramente delimitadas pelo manual de tarefas” (idem, 1997:118). Significa dizer que

da ideia de linearidade/previsibilidade à ideia de rizoma/bifurcações, encontra-se, então, um sujeito a indicar uma trama complexa que envolve a passagem de regimes temporais das estabilidades e das certezas para regimes temporais das instabilidades e das incertezas (Grisci, 2002:13).

Percebe-se, ao longo da trajetória de mudanças por que passou e vem passando a organização do trabalho bancário, o fato de que seus impactos mais significativos atingem diretamente a relação dos trabalhadores do setor com o seu trabalho. Geralmente esses impactos são sentidos negativamente pelos trabalhadores. Se, por um lado, perderam autonomia na execução das tarefas, como ocorreu no momento em que o trabalho foi fragmentado e sintetizado em manuais, e quando todos os procedimentos do trabalho bancário passaram a ser realizados por *softwares*, bastando ao bancário saber utilizá-los, por outro, a exigência de maior produtividade e o aumento do tempo dedicado ao trabalho tornaram-se cada vez maiores. Essas mudanças estruturais nas relações de trabalho criaram grupos, ou gerações, de trabalhadores distintos atuando no mesmo ambiente de trabalho; a formação dessas diferentes gerações, ocorrida na passagem do segundo para o terceiro momento da trajetória de mudanças nas relações de trabalho no sistema bancário, é o objeto desta pesquisa e será tratada a seguir.

### As gerações de trabalhadores

Devido às profundas alterações por que passou o sistema bancário brasileiro ao longo das últimas décadas (principalmente a última), verificaram-se

significativas mudanças nas relações capital-trabalho e mesmo naquelas entre os próprios trabalhadores. A execução do trabalho bancário foi profundamente afetada pelas transformações organizacionais do setor, por um lado, obrigando os trabalhadores que já estavam no banco no momento da mudança a se adaptarem à nova organização do trabalho e, por outro, introduzindo na organização agentes moldados à nova maneira de trabalhar.

Como resultado das mudanças na organização e na forma de executar o trabalho bancário, podemos observar, no interior de uma importante instituição bancária estatal, a divisão dos trabalhadores em distintas gerações, ou grupos, ocupando o mesmo espaço no interior do banco e executando as mesmas tarefas.

O banco pesquisado, por ser uma instituição pública, contrata seus trabalhadores por meio de concursos públicos. Entretanto, com a reestruturação do sistema bancário brasileiro e a reforma do Estado levadas a cabo na década de 1990, além de terceirizar diversos setores do trabalho no interior das agências, o banco em questão alterou também os cargos e as carreiras dos trabalhadores aprovados em concursos públicos a partir de 1998. Estabeleceram-se, então, distintas carreiras para trabalhadores deste banco, que executam as mesmas funções, dividindo iguais espaços no ambiente de trabalho. Eles passaram a ser divididos em escriturários e técnicos bancários, sendo que estes últimos acabaram por ser chamados de “genéricos”, de acordo com o depoimento de uma sindicalista, por realizarem os mesmos trabalhos que os escriturários, porém, sem gozarem os mesmos benefícios. De acordo com outro sindicalista, a mudança nas carreiras dos trabalhadores deste banco tinha como principal objetivo prepará-lo para uma possível privatização, daí a retirada de benefícios dos trabalhadores contratados a partir de 1998.<sup>4</sup>

As principais diferenças entre escriturários e técnicos bancários são referentes a cargos e a salários das respectivas carreiras. A dos primeiros é dividida em 78 níveis de referências, alcançados automaticamente a cada dois anos, além de promoções por merecimento, e seu teto salarial é de R\$ 3.700 (nenhum escriturário recebe mais o piso salarial da categoria), já os segundos têm sua carreira dividida em 15 níveis de referências, alcançados automaticamente a cada dois anos, tendo como piso salarial R\$ 1.244 e como teto R\$ 1.606. Outra diferença entre escriturários e técnicos bancários é que aqueles têm direito a 18 dias de licença prêmio por ano, que podem ser gozados ou convertidos em dinheiro, ao passo que os segundos não têm tal benefício.

---

<sup>4</sup> Boa parte dos trabalhadores entrevistados acredita que por trás das mudanças pelas quais passou o banco principalmente durante a década de 1990, havia a intenção por parte do governo de então de privatizar a instituição.

Podemos citar ainda outras diferenças surgidas quanto aos técnicos bancários no referido banco, como benefícios aos quais os escriturários tinham direito e que foram negados aos técnicos bancários, mas que, ao longo do tempo, acabaram incorporados aos seus salários graças à atuação do sindicato. Tais diferenças referiam-se à participação diferenciada no plano de saúde, ao parcelamento das férias em 10 vezes sem juros e ao direito de cinco APIPs (Ausência Permitida para Tratar de Interesse Particular) por ano, que podem ser convertidas em dinheiro (cada APIP equivale a um dia útil do salário na função ocupada pelo bancário).

Na época em que o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro foi ouvido para esta pesquisa, havia uma negociação em andamento para que as carreiras de escriturários e técnicos bancários fossem unificadas. O Plano de Cargos e Salários negociado entre o banco e o sindicato visando unificar as carreiras dos funcionários da instituição foi aprovado em julho de 2008, e sua adesão é individual e voluntária. As carreiras de escriturários e técnicos bancários passaram a ter 48 níveis de referências, que podem ser alcançados automaticamente a cada dois anos e por merecimento. O teto salarial de ambos passou a ser de R\$ 3.700. Os 18 dias de licença prêmio a que têm direito os escriturários, de acordo com o sindicato, foram “estrategicamente” deixados de lado, para que não atrapalhassem as negociações da unificação das carreiras.

Contudo, ainda que as diferenças de cargos e salários tenham relevante significação, não reside aí a base principal para a análise dos trabalhadores do banco. O que define, a meu ver, as diferentes gerações de trabalhadores no interior da instituição bancária estudada são a formação e a trajetória de cada grupo. De um lado, temos um grupo que foi forjado em uma organização empresarial orientada pelo sistema taylorista/fordista, com suas tarefas clara e rigidamente definidas por manuais; de outro, um grupo que se constituiu como força de trabalho em um período em que a flexibilidade é a ordem vigente, quando a exigência é a de que o trabalhador seja polivalente e pró-ativo, além da incessante imposição de metas, normalmente inatingíveis. É nesse paradigma empresarial que, ao contrário dos escriturários, os técnicos bancários são inseridos no banco estatal pesquisado, o que faz, no entanto, com que os escriturários sejam forçados a se adaptarem à nova realidade das relações de trabalho. Ocorre que tal adaptação nem sempre se dá de maneira tranquila ou de forma completa. Esta diferença de gerações pode ser observada no depoimento de um técnico bancário:

[...] de uma forma geral, a percepção deles [dos escriturários], a ideia que eles têm de empresa, é curioso, parece que eles não se sentem como atuantes naquela empresa, é curioso, parece que eles não se sentem como atuantes naquela empresa, que eles participam de alguma coisa da empresa. É como se fosse, quase, um cargo público, eles 'tão ali e só querem os

benefícios [...] eles 'tão ali pra ter os benefícios, entrar na Justiça contra. Eles não observam o resultado da empresa, eles não sabem que fim vai ter o trabalho que eles 'tão exercendo no momento, é sempre uma briga por cargos e funções, intrigas, discussões aqui e acolá, [...], eles não se sentem parte de uma empresa [...] [O] técnico bancário já tem uma visão mais profissional, geralmente passou por uma faculdade, é uma geração que já tem acesso a informações de uma forma mais dinâmica [...] tem noção do mercado financeiro, busca aprender [...] Eles [os escriturários] 'tão ali de uma maneira acomodada, uma visão antiga ainda de funcionário público padrão que se tem, estereotipada em programas de comédia e sátiras e tal [...] [O] técnico bancário [...] é mais ágil, tem uma visão de negócio, sabe sua participação na empresa (Técnico bancário, há oito anos no banco).

O mesmo técnico bancário, quando fala da reestruturação do banco e suas consequências, observa:

A princípio, numa visão geral, só teve [aspectos] negativos, uma cobrança maior etc. e tal. Mas teve um positivo, no meu ponto de vista, como recém-integrante da empresa. Foi a questão de tirar alguns empregados da zona de conforto. [...] [O banco] não tinha postura de atendimento, qualidade no atendimento, não se tinha código de defesa do consumidor, direitos não eram atendidos. Realmente, o atendimento era péssimo, tanto é que a fama da empresa é de péssimo atendimento até hoje; tirar essa marca [do banco] é complicado. Então, isso tirou alguns empregados mais acomodados da zona de conforto. A cobrança aposentou alguns, que não aguentaram a pressão. Foi um momento de expurgo, como instituição, até saudável.

Na mesma direção, uma técnica bancária, ao falar do ingresso dos técnicos bancários na instituição, diz:

[...] a turma nova que entra hoje [no banco], primeiro, a grande maioria tem nível superior, [...] tem uma vontade de crescimento profissional lá dentro, muitos têm vontade de crescer lá dentro e muitos querem tirar aquela pecha de empresa pública [...] Então, o funcionário que entra hoje, ele entra querendo quebrar esse paradigma, ele não quer ser visto como um funcionário público. Ele quer ser visto como um funcionário de uma empresa que tá ali pra prestar atendimento (Técnica bancária, há sete anos no banco).

E continua:

Existe, hoje, muito funcionário antigo [escriturário] que tem aquela coisa... quero mais é esperar minha aposentadoria. Não quero mais trabalhar, não. Essa empresa aqui tira o meu coró [...] Agora, esses estão acabando, porque eles estão se aposentando, então, 'tão sendo renovados, e a turma que entra pra renovar, ela entra com outro foco.

Esta técnica bancária faz a mesma avaliação que o técnico bancário citado anteriormente quanto ao mau atendimento que o banco prestava aos seus clientes e, assim como ele, identifica um avanço significativo no que se refere a tal aspecto. Este é o resultado dos pesados investimentos feitos pela instituição no intuito de mudar a imagem do banco no tocante a esta questão, sendo que, para a entrevistada, um desses investimentos é a substituição de escriturários por técnicos

bancários nas agências. Quando indagada sobre a contribuição de tal substituição para o avanço do banco no que diz respeito à qualidade no atendimento ao cliente, ela esclarece:

Particularmente falando, eu acho que contribui. Não vou te dizer que todos, óbvio, porque eu conheço alguns escriturários, eu trabalho com alguns escriturários, hoje, que vestem a camisa e que 'tão ali e ralam mesmo. Agora, tem muito escriturário pedindo pra aposentar, esperando pra aposentar e eu acho que é um benefício a troca pelos técnicos bancários.

O discurso da técnica bancária deixa clara a distinção entre os grupos no que se refere às suas formações e trajetórias, como referi anteriormente. Ela incorpora o paradigma empresarial do atual momento das relações de trabalho, o que pode ser observado nestas palavras:

A grande maioria [dos escriturários] são funcionários que querem mais é... na verdade eles querem um emprego, não um trabalho, é mais ou menos por aí. Então, sempre quiseram um emprego e nunca um trabalho. E, com isso, eles atendem? Atendem. Eles trabalham, cumprem o horário, as obrigações perfeitamente, mas aquilo e somente aquilo. Hoje, o funcionário não pode ser aquela coisa bitolada, que me mandou botar isso aqui, então vou botar aqui. Mas aqui ela tá atrapalhando, então por que a gente não bota aqui? Eu vejo os TBs [técnicos bancários] que entram com essa percepção um pouco maior. Claro que não são todos, eu conheço muito TB também que entrou [no banco] a fim de arrumar um cabide, arrumar um empreguinho ali pra ficar encostadinho, um montão. Mas a grande maioria entra com essa mentalidade, e a grande maioria dos escriturários que eu vejo, hoje ainda [no banco], está pedindo pra ir embora.

É evidente, nos discursos dos técnicos bancários citados, a afirmação da identidade de um grupo de trabalhadores forjada em uma realidade completamente distinta daquela do grupo oposto. O grupo formado por técnicos bancários reflete e, mais do que isso, incorpora em seu discurso as exigências de um mundo do trabalho caracterizado pela flexibilização e pela imposição de altos índices de produtividade. Assumem e, ao menos no discurso, legitimam as exigências impostas aos novos trabalhadores bancários, como a polivalência e a necessidade de lidar com tarefas não prescritas e com limites pouco definidos, ao contrário da exigência anterior, quando as atividades eram claramente delimitadas, como já foi assinalado antes.

Esta postura é recompensada pelo banco com a rápida ascensão desses profissionais na instituição, se comparados aos escriturários quando de seu ingresso no banco, como veremos mais adiante no depoimento de uma escriturária. É o que Bourdieu chama de "espaços de relações", onde "as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e, sobretudo, em tempo" (2006:137); ali, a questão do espaço é formulada no próprio espaço e os pontos de vista que os

agentes têm acerca dele são condicionados pela posição que nele ocupam e, a partir dessa posição, manifesta-se a vontade de transformá-lo ou conservá-lo (idem, 2007).

Referindo-se aos motivos que o levaram a trocar o trabalho na agência, onde ocupava o cargo de gerente do setor empresarial, pela área administrativa, interna, mesmo com perda significativa de salário, o técnico bancário anteriormente citado alegou a busca por uma melhor qualidade de vida, “além de ser uma raridade um técnico bancário – ou seja, pós-concurso de 1998 são todos técnicos bancários – entrar nessa área administrativa. **Aqui é como se fosse um feudo dos escriturários** (grifo meu) [...] Aí eu vi como uma oportunidade”. Este fato demonstra a disputa travada, ainda que de forma latente, entre os grupos geracionais pela dominação do espaço e pela imposição de um sobre o outro no interior do banco, pois é na diferença que a identidade social se define e se afirma, segundo Bourdieu, e

a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação que *assimile* aquilo que é diferente encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra (2006:129).

Confirmando a dicotomia de gerações, uma escriturária, já citada anteriormente, ao relatar seu ingresso na instituição através da incorporação da empresa em que trabalhava pelo banco em questão, diz: “houve tudo quanto é preconceito e não tínhamos direito a nada [...] Os TBs [técnicos bancários] hoje reclamam, mas nós éramos muito pior, éramos muito pior”. Outro escriturário, que ingressou no banco pelo mesmo processo, ao se referir à forma como foram recebidos pelos trabalhadores concursados do banco naquele momento, afirma: “é o que está acontecendo com os TBs hoje”.

Quando a escriturária se refere diretamente aos técnicos bancários, ela coloca:

Acho que eles já vêm com um objetivo, ganhar melhor. Nada contra isso, não, veja bem. Ganhar melhor, e de que forma pode ganhar melhor? É tendo uma função, sendo gerente. Então, o TB, ele não passa por tudo aquilo que nós passamos, aquela via *crucis* que a gente viveu, aqueles anos todos. Então, vai aqui até uma ponta de inveja mesmo de quem ficou anos e anos pelejando, indo de um lugar pro outro, pegando determinados conhecimentos. E, de repente, os TBs chegam, talvez até com a própria informática, que hoje tem os manuais normativos, hoje é muito mais rápido. Naquela época era muito mais difícil de aprender. Então, a gente levou muito tempo para subir. O TB, de repente, ele chega e em um ano ele já vira gerente, em dois já tá como gerente geral. Então, é invejoso isso. [...] Então, eu vejo o técnico bancário muito mais esperto, muito mais interessado na função, e ele pena menos por isso.



Além da disputa pela dominação do espaço travada entre os escriturários e os técnicos bancários, a reestruturação do sistema bancário brasileiro desencadeou outro problema: o da “desterritorialização” e “reterritorialização” dos trabalhadores “antigos”. Este fato pode ser observado no depoimento de um escriturário há 28 anos no banco. Ele ingressou na instituição no período em que a organização do trabalho era orientada pelo taylorismo/fordismo, vivenciou o processo de transição, e hoje trabalha no banco seguindo o receituário japonês, ou toyotismo que, conforme assinalado anteriormente, foi adaptado ao trabalho do escritório. Nesse depoimento, a mudança parece não ser encarada como algo muito traumático, ao contrário da escriturária citada no início deste artigo, no entanto, nos dá um bom panorama acerca das mudanças no trabalho bancário e, conseqüentemente, da adaptação exigida dos “antigos” trabalhadores.

Diz o escriturário:

Hoje em dia [o trabalho] é segmentado [...] um gerente ou um técnico bancário é generalista, então, ele tem que saber fazer praticamente tudo. Na época [em que ingressou no banco], a gente só fazia aquilo, era mais especialista. Eu trabalhava com um tipo de atendimento, trabalhava com fechamento, então, eu só fazia aquilo, era um trabalho repetitivo, era todo dia a mesma coisa, tinha uma ou outra coisa diferente, mas só fazia aquilo. Aí, depois que você aprendia a fazer aquilo, você ia trabalhar em outro setor, por exemplo, você ia trabalhar com empréstimo, [e] você só fazia empréstimo, outra pessoa trabalhava com cheque especial, ele só fazia cheque especial, não fazia outra coisa, então, era mais fácil de aprender. E não tinha [no banco], na época, a quantidade de produtos que tem hoje.

O mesmo escriturário, mais adiante, toca num ponto importante sobre os modos de trabalhar no segundo e no terceiro momentos da trajetória de mudanças nas relações de trabalho no setor bancário tratados aqui. O depoimento evidencia o que foi dito anteriormente, que ao profissional bancário, hoje, basta saber usar os *softwares* utilizados pelo banco, ao contrário do período anterior, quando era necessário saber executar a tarefa. Nesse sentido, o escriturário afirma:

Agora, tinha uma coisa também, o trabalho era mais manual, não era como hoje, que tudo é informatizado; na época era manual mesmo. Aí você tinha que ter muito mais conhecimento, as coisas você tinha que saber. Hoje eu tive que fazer um negócio aqui, que há uns vinte anos eu não fazia, mas ainda consegui me lembrar como fazia há vinte anos atrás, porque passou a ser tudo informatizado e a gente não precisava se lembrar.

Outro escriturário também aborda a questão das mudanças no modo de trabalhar no setor bancário. Contudo, este escriturário pode ser classificado como um trabalhador “reconvertido” (Grün, 1986), aquele que se adequou às mudanças do trabalho sem maiores problemas e hoje exerce função de gestor no banco. Seu processo de “reconversão” foi tão profundo que ele se refere aos escriturários, ou aos “mais antigos”, como um grupo ao qual ele não pertence. É interessante notar

como na percepção do entrevistado a adequação às mudanças depende tão somente do interesse do trabalhador em buscar novos conhecimentos a partir do que oferece a empresa. Vejamos então o que ele nos traz:

Quando eu entrei [no banco], tinha uma máquina de escrever pra cada um, hoje tem um computador pra cada um. E até hoje eu tenho gente com dificuldade de trabalhar com computador. O que eu fiz quando na época eu precisei da informática? Eu fui fazer cursinho, fui buscar o conhecimento, me desenvolver. E teve gente que continuou com aquela síndrome de Gabriela: eu nasci assim, eu sou sempre assim, eu não vou mudar. Não buscou o conhecimento, ele não se atualizou. E, hoje, uma das competências pra você exercer qualquer cargo em qualquer empresa é gestão da informação e do conhecimento. São duas coisas díspares. Informação da empresa a gente tem demais, em excesso. Conhecimento é o que você tira desse excesso de informação para o que você precisa, aquilo que você precisa saber. Isso eu preciso saber pra exercer bem o que eu faço. E eu não vejo as pessoas, primeiro, valorizando isso e buscando isso. [No banco], hoje, tudo que você precisa fazer tá normatizado, tem um manual normativo. Os empregados, principalmente os mais antigos, não leem, têm preguiça, não leem.

Fica explícita a distinção, nos discursos ouvidos, entre as diferentes gerações de trabalhadores do banco pesquisado. Contudo, é importante ressaltar que estamos lidando com discursos e estes nem sempre condizem com a prática. Por isso a afirmação, no início deste artigo, de que a disputa entre os referidos grupos, na prática, é latente, ainda que se expresse de forma clara nas falas dos profissionais entrevistados. Embora a pesquisa não tenha sido realizada no ambiente interno do banco, a partir da relação do pesquisador com os trabalhadores que dele fazem parte, foi possível constatar que nas atividades cotidianas o convívio dos dois grupos não é conflituoso como transparece nos discursos.

A questão da adaptação dos “antigos” trabalhadores ao novo modelo de organização do trabalho, ou o processo de “desterritorialização” e “reterritorialização”, parece não atingir igualmente todos os profissionais que atuam no banco. Tal processo afeta mais diretamente uns do que outros e, em alguns casos, não os afeta, como se nota na fala do último trabalhador citado, o que não significa que isto seja reflexo de maior ou menor interesse em “buscar o conhecimento” e desenvolver-se, como ele sugere.

### **Considerações finais**

Como mostram Grün (1986), Ramalho (1989) e Pessanha e Morel (1991), mudanças na estrutura organizacional de uma empresa, e mesmo a adoção de novas tecnologias em um determinado setor, resultam geralmente na formação de

diferentes gerações de trabalhadores no mesmo ambiente de trabalho e, conseqüentemente, ocasiona uma provável relação conflituosa entre elas. Sendo assim, é possível identificar tal divisão no banco estudado, pois temos dois grupos distintos, como mostrei acima, convivendo no mesmo ambiente de trabalho e executando as mesmas funções. Segundo Bourdieu (2006), falar em espaço social é o mesmo que afirmar a impossibilidade de se juntar indivíduos diferentes desconsiderando suas diferenças fundamentais.

Mais do que as diferenças objetivas de remuneração e benefícios entre os grupos, são sua formação e trajetória que verdadeiramente os distinguem. São grupos que se formaram profissionalmente em momentos distintos das relações de trabalho e que carregam consigo essas marcas.

É importante destacar que essa disputa se dá, ao menos nos setores do banco analisados por esta pesquisa, apenas nos discursos. Não há um confronto aberto em função da imposição de um grupo sobre o outro. O que fica explícito nos discursos de ambos é uma inconformidade com a presença do grupo oposto, levando-se em consideração seus aspectos fundamentais. De um lado, os técnicos bancários veem os escriturários como um grupo profissional que não está em sintonia com as novas formas de atuação no trabalho bancário, de como deve ser a relação banco-trabalhador-cliente, para que todas as partes possam maximizar seus ganhos. Do outro lado, os escriturários identificam nos técnicos bancários agentes que ingressam na organização para substituí-los, mais do que isto, agentes que alcançam posições de chefia no banco sem ter que percorrer o longo caminho que eles, os escriturários, percorreram antes de ascender na hierarquia da instituição.

É significativo o alcance que mudanças na estrutura da organização de um setor têm. No caso desta pesquisa, pudemos notar que a reestruturação do sistema bancário afetou não apenas o modo de atuar no setor, mas possibilitou o surgimento de uma nova geração de profissionais, introduzida no trabalho bancário sem que a geração anterior fosse descartada, o que não significou, no entanto, que esta tenha podido conservar suas características principais na execução das tarefas. A “antiga” geração teve que se adaptar à nova realidade da organização do trabalho, e esse processo de adaptação, em alguns casos, foi traumático. Em outros, nem tanto, mas não necessariamente tranquilo. Tais transformações nas relações de trabalho afetaram o modo de vida desses profissionais, na medida em que precisaram dedicar mais tempo de suas vidas ao trabalho, além de conviverem com um tipo de pressão que não existia anteriormente.

A “nova” geração, ao contrário, é o resultado de uma outra forma de organização do trabalho e, dessa maneira, naturalizou esse tipo de relação com o

trabalho, além de, ao menos no discurso, legitimarem-na. Como consequência última desse processo, temos a disputa pela dominação do espaço, a luta pela imposição de um grupo sobre o outro. Neste ponto, observamos outro aspecto interessante na relação entre os diferentes grupos: por que a disputa entre as distintas gerações de trabalhadores do banco pesquisado fica circunscrita ao âmbito dos discursos? Esta é uma questão interessante e que pode ensejar uma nova pesquisa no intuito de compreender a diferença entre discurso e comportamento dos trabalhadores bancários no que se refere às diferenças geracionais.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Angela Maria *et alii*. "Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.16, n.45, 2001.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4332.pdf>. Acesso em: 14/05/2007.

BECKER, João Luiz *et alii*. "Análise de eficiência dos Bancos Brasileiros: um enfoque nos investimentos realizados em Tecnologia de Informação (TI)". *Revista Produção*, São Paulo, v.13, n.2, p.70-81, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

DRUCK, Graça *et al*. "BANCÁRIO: um emprego de múltiplos riscos". *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p.217-233, jul./dez. 2002.

FERREIRA, Rafael & MISSE, Daniel. "Terceirização e seus impactos na organização sindical: o caso da Caixa Econômica Federal". 31º Encontro Anual da ANPOCS. ST 34: Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea, 2007. Disponível em:

[http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/15\\_10\\_2007\\_10\\_10\\_49.pdf](http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/15_10_2007_10_10_49.pdf). Acesso em: 04/11/2007.

GRISCI, Carmem. "TEMPOS MODERNOS, TEMPOS MUTANTES: produção de subjetividade na reestruturação do trabalho bancário". *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, n.3, 2002. Disponível em:

<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp302.pdf>. Acesso em: 22/04/2008.

GRÜN, Roberto. "Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.2, 1986. Disponível em:

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_02.htm). Acesso em: 17/07/2007.

LARANGEIRA, Sônia. "Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90". *Educação & Sociedade*, Campinas, n.61, 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n61/4701.pdf>. Acesso em: 14/09/2007.

\_\_\_\_\_. "Reestruturação em bancos e telecomunicações no Brasil: excluídos e beneficiados". *Trabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur*, 2001. Disponível em: [http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/gen\\_sur/pdf/larang.pdf](http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/gen_sur/pdf/larang.pdf). Acesso em: 14/09/2007.

MINELLA, Ary Cesar. "Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sócio político", *Sociologias*, Porto Alegre, n.18, p.100-125, jul./dez. 2007.

NETZ, Sônia Rosane. "Novas tecnologias da informação: suas influências no trabalho bancário". SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia, GT19: Sociedade de Informação, 2005. Disponível em: [www.ecosol.org.br/txt/netz.doc](http://www.ecosol.org.br/txt/netz.doc). Acesso em: 18/05/2007.

PESSANHA, Elina & MOREL, Regina. "Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.17, p.68-83, out. 1991.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SEGNINI, Liliansa. *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Edusp, 1998.

**Até que as “cores” os separem: discriminação racial e conflito em relações afetivo-sexuais no Rio de Janeiro**

Fabiano Dias Monteiro<sup>1</sup>

**Resumo**

Este artigo aborda a questão da discriminação racial e sexual através de denúncias enviadas ao serviço Disque-Racismo entre 2000 e 2004. Este serviço foi o principal esteio do Centro de Referência Nazareth Cerqueira (CERENA) nos primeiros anos da presente década. Enquanto a análise dos números do serviço aponta que saídas extrajudiciais e sedimentadas no campo do direito civil têm demonstrado ser armas poderosas no combate à discriminação racial e sexual, por outro turno, percebemos que noções como “amor” e “amizade” permeiam as relações entre agredidos (majoritariamente mulheres negras) e agressores (majoritariamente homens brancos) nos casos afetivo-sexuais estudados.

Palavras-chave: discriminação racial e sexual, racismo, sexismo, afetividade e relações inter-raciais.

**Until the “colors” separate them. Racial discrimination and conflict in affective-sexual contexts in Rio de Janeiro**

**Abstract**

This article approaches the sexual and racial discrimination problem through of denunciation sent to Dial Racism service (2000-2004). This service was the main activity of Nazareth Cerqueira Center against the Racism and Anti-Semitism (CERENA) in the earliest years of 2000s. While the analysis of the Dial Racism’s numbers indicates that extra judicial or prosecution under civil law have proven to be powerful tools in the combat of sexual and racial discrimination, on other hand, we can perceive that notions as “love” and “friendship” enters in the relation between attacked (usually black women) and aggressors (usually white men) in the affective-sexual studied cases.

Key-words: sexual and racial discrimination, racism, sexism, affectivity, inter-racial relations.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) - UFRJ

## **Introdução**

O presente artigo tem como finalidade constituir-se numa breve revisita ao tema das relações afetivo-sexuais inter-raciais brasileiras, sendo, entretanto, uma análise norteada pelo enfoque específico de casos de ruptura e conflito conjugal, nos quais o tema "raça" (re)aparece inserido em situações de acirramento de tensão. Serão analisadas denúncias encaminhadas ao "Disque-Racismo", serviço de atendimento de vítimas de discriminação racial, inaugurado no ano 2000, que teve suas atividades desenvolvidas, até dezembro de 2006, na Secretaria de Estado de Justiça do Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Algumas abordagens relacionadas ao tema das relações afetivas inter-raciais já se tornaram paradigmáticas, como aquelas que exploram a teoria do embranquecimento, segundo a qual os grupos socialmente desprivilegiados tentariam ascender pela integração matrimonial com aqueles mais bem situados, ou mesmo as análises demográficas, que indicam uma menor interdição à miscigenação no Brasil em face de países como África do Sul e EUA (Azevedo, 1975; Telles, 2003).

Sem deixar de travar contato com as abordagens mais usuais, este artigo concentra-se em casos em que a cor da pele foi definida como causa principal ou fator de precipitação de cismas conjugais de casais heterocrômicos, sobretudo em uniões do tipo homem mais claro/mulher mais escura.

Embora haja um universo amplo de produções que versam sobre as motivações e os obstáculos na formação de pares amorosos constituídos no Brasil por integrantes de grupos "raciais" diferentes, gostaria de colocar em discussão um outro aspecto: as crises, os dilemas e as rupturas de uniões inter-raciais já existentes, abrindo espaço para uma breve incursão nas noções de individualidade, igualitarismo, autonomia e independência que parecem indispensáveis ao estudo das conjugalidades contemporâneas<sup>3</sup> (Salém, 1989; Singly, 2000).

### **As relações inter-raciais em números**

Uma expressiva parcela da produção das ciências sociais brasileiras devotou-

---

<sup>2</sup> O serviço "Disque-Racismo" foi criado no seio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, no ano de 2000, sendo transferido para a Secretaria de Justiça em meados do ano de 2003. *Hotlines* de atendimento a vítimas de discriminação racial, contudo, existem no estado do Rio de Janeiro desde os anos 1980, sendo geralmente iniciativas promovidas pelas ONGs ligadas aos movimentos pró-negro.

<sup>3</sup> Vale ressaltar que os casos analisados correspondem a denúncias feitas ao serviço "Disque-Racismo", em período que vai de junho de 2000 a outubro de 2004. Mais adiante, retomaremos de forma mais detalhada a incidência de casos de conflitos domésticos, conjugais e intrafamiliares no universo total das denúncias feitas a este centro, bem como o tratamento dispensado a essas querelas no campo judiciário.

se à nossa excepcionalidade em relação às linhas de separação racial. Muitas vezes frisaram-se a flexibilidade, a permeabilidade ou a não-existência destas linhas, principalmente ao exercitar-se a comparação com países que tiveram experiências segregacionistas (Costa Pinto, 1998; Nogueira, 1985; Freyre, 1982). Nesta perspectiva analítica, a questão da mestiçagem se sobressai, bem como seu núcleo de reprodução: o "encontro" entre branco europeu e negra escravizada.

Desta forma, a miscigenação brasileira tem na representação do casal homem branco/mulher negra sua maior expressão, ficando os homens negros (e mestiços) e as mulheres brancas afastados das representações de construção do Brasil miscigenado. Os primeiros, enquanto sujeitos quase exclusivos do mundo trabalho, e as segundas, enquanto guardiãs da pureza branca, teriam ficado de fora do processo de "mistura" e do jogo de erotização que marcam o encontro entre os "libidinosos brancos" e as "lascivas negras" (Moutinho, 2003)

Estabelecida esta breve passagem acerca das representações sobre as uniões inter-raciais brasileiras, podemos partir para a contribuição de obras que se utilizam, de forma incisiva, dos números desses encontros. Estabeleço contato mais direto com *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*, de Nélson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg (1992), em função das dimensões estatísticas e demográficas presentes neste livro. O trabalho de Silva e Hasenbalg faz uma forte alusão às distâncias socioeconômicas entre os grupos de cor no Brasil. Assim, o grupo branco apareceria – a partir de índices como renda média mensal e anos de escolaridade – distanciado dos grupos pardo e preto, estes últimos mais aproximados. Chama a atenção o fato de pretos e brancos, em termos demográficos, estarem mais próximos por sua tendência de aumento populacional proporcional ao aumento da idade, sendo observável um comportamento inverso no grupo pardo.

Apesar do reconhecimento das uniões afetivo-sexuais endogâmicas como uma regra geral para os grupos raciais, os autores identificam um decréscimo, no decorrer do tempo, na proporção de brancos e pretos e um aumento no grupo pardo. Isto sugeriria "um aumento na frequência do contato sexual inter-racial, com o possível abrandamento destas tendências endogâmicas nos grupos extremos, isto é, entre brancos e pretos" (Silva & Hasenbalg, 1992:20). Duas variáveis seriam cabais em uma tentativa de explicação deste comportamento. A primeira reside no próprio campo demográfico e a segunda, no campo das estratégias de ascensão social.

O fator demográfico agregado à discussão é o da chamada "razão masculina", ou seja, a relação entre o número de homens e mulheres em um mesmo "grupo racial". Seria então constatável um déficit de homens no grupo branco e um excesso de homens, nas faixas etárias de propensão ao casamento,



nos grupos preto e pardo. Contrariando as representações de miscigenação, através do casal homem branco/mulher negra, as uniões inter-raciais brasileiras estariam mais representadas pelo encontro entre homens mais escuros e mulheres mais claras.

A segunda variável estaria ligada à procura por mulheres brancas por parte dos homens não-brancos. Esta procura representaria o desejo destes em colocar sua prole em melhor situação de sociabilidade em função do caráter matripolar da família brasileira, na qual os filhos tendem a se aproximar mais da família da mãe que, neste caso, estaria melhor “situada” em uma escala de prestígio social (Azevedo, 1975).

No que diz respeito à possibilidade de melhoria das condições sociais dos descendentes, através da escolha de mulheres mais claras por parte dos homens pretos e pardos, encontramos em *Raça, “Cor” e Desejo*, de Laura Moutinho (2003), uma problematização importante. Moutinho destaca o lugar “passivo” atribuído às mulheres na análise de diversos autores que contribuíram para o desenvolvimento do tema, uma vez que o exercício de optar por uma união com mulheres deste ou daquele grupo ficaria restrito aos homens. A autora demonstra o quanto os apontamentos de Elza Berquó (1988) são importantes ao colocar também as mulheres na condição de agentes de escolha. Desta maneira, Berquó não estaria apenas preocupada com o porquê de os homens pretos e pardos optarem por mulheres mais claras, mas também com o porquê de as mulheres “brancas” estarem optando por eles (Moutinho, *ibidem*).

Ao perceber as mulheres como “agentes de escolha” no mercado matrimonial, Berquó destaca uma maior tendência ao celibato das mulheres pretas: “13,4% de solteiras com 50 anos. Um índice maior que o correspondente às brancas (7,7%) e pardas (8,0%)”. Quando focamos o percentual de mulheres casadas em cada “grupo racial”, observamos que as mulheres pretas são as mais preteridas. Os números de mulheres por “cor”, na condição de casadas, são os seguintes: 57,4% das brancas, 54,1% das pardas e 47,1% das pretas (Berquó, 1988 *apud* Moutinho, 2003: 41).

A contribuição destas autoras em nada contraria as possibilidades analíticas que apontam na direção de uma pressão demográfica pelas uniões inter-raciais dos grupos extremos (brancos e pretos). Contudo, sua análise sublinha também um maior sucesso das mulheres brancas na disputa por este “excedente”. Logo, a contribuição de Berquó à discussão seria exatamente dar ênfase ao poder de escolha das mulheres no mercado matrimonial e, por conseguinte, à “vantagem” que as mulheres brancas levam sobre as demais, sobretudo em relação às mulheres pretas, que terminam por constituir a maioria das solteiras, sendo

também as que se casam mais tardiamente. Caberia então verificar, a partir do que foi mencionado, o lugar dos desníveis socioeconômicos na “disputa” pelas uniões matrimoniais.

Admitindo a diferenciação dos lugares ocupados por brancos e não-brancos nas representações de *status* e prestígio vivenciadas na sociedade brasileira, seria bastante relevante questionarmos se há algum padrão de desnível, seja socioeconômico, seja de *status*, dos agentes envolvidos nas uniões inter-raciais. Na verdade, o objetivo deste questionamento é levar a discussão a uma pergunta específica. Mulheres e homens não-brancos estariam mais próximos de uniões com pessoas brancas ocupando um *status* social mais elevado do que aquele geralmente atribuído ao seu grupo de origem?

A resposta não poderia deixar de remeter, por extensão, ao discurso muito sedimentado no imaginário social brasileiro sobre a suposta preferência afetivo-sexual que os homens negros “bem-sucedidos” teriam pelas mulheres brancas. Já por volta dos anos 1950, a questão fincara pés na dramaturgia e na literatura brasileira, através de textos teatrais, como *Sortilégio*, de Abdias Nascimento, e *Anjo Negro*, de Néelson Rodrigues (Birman, 1991).

A contribuição do sociólogo americano Edward Telles (2003) ao tema merece nossa atenção no que diz respeito à “troca de *status*”, que parece orbitar em torno das uniões inter-raciais. O autor cita o trabalho *Intermarriage in Caste Societies*, de Davis e Merton (1941), para recuperar a discussão de como os membros de um grupo menos privilegiado em termos de *status* podem utilizar-se de atributos positivos para “compensar” sua interação com um membro de um grupo melhor situado. Os autores teriam, assim, realizado uma analogia entre a sociedade de castas indiana e os grupos raciais estadunidenses. “Davis e Merton acreditavam que [os] homens negros trocavam sua posição de classe alta, mas de casta inferior, pela casta mais alta, mas de classe inferior e menor *status* das mulheres brancas” (Telles, 2003: 154).

A perspectiva é de fato muito atraente também para a análise das relações afetivo-sexuais inter-raciais brasileiras. Porém, uma revisita à contribuição de Silva e Hasenbalg (*opus cit.*) sugere cuidados na adoção deste modelo “compensatório” enquanto regra. Os autores elaboram um cruzamento de dados educacionais com as uniões matrimoniais separadas pelo quesito cor dos cônjuges. Nestes termos, observam uma grande predominância de casais com nível educacional equilibrado. Segundo a teoria câmbio de *status*, deveríamos encontrar não-brancos mais escolarizados unidos a não-negros menos escolarizados, sendo o nível educacional observado como atributo de compensação.

Todavia, o que se constata é uma paridade escolar forte entre os cônjuges,

a despeito de sua classificação racial, e uma alta incidência de homens mais escolarizados que as mulheres para todos os grupos de cor. É bem verdade que, nas uniões com mulheres brancas, os homens pretos são os que lideram o *ranking* dos mais escolarizados que as esposas, 24,4%, seguidos de perto pelos brancos (22,3%) e, por fim, pelos pardos (21,8%). Ainda assim, os autores não sustentam a emergência de um “padrão compensatório”.

Edward Telles (*opus cit.*), utilizando-se de dados do Censo de 1991 para o exame da mesma questão, demonstra estar um pouco mais inclinado à confirmação da teoria da “troca de *status*” pela via educacional, mas não parece chegar a resultados significativos para a comparação do comportamento entre “pretos” e “não-pretos”.

Os parceiros mais escuros em maior vantagem educacional em relação ao seu par seriam as mulheres pretas casadas com homens pardos. Nos pares homem pardo/mulher preta, eles seriam mais escolarizados que elas em 24,1% das ocorrências. Elas seriam mais escolarizadas que eles em 28,1%. Vantagem, portanto, de 4 pontos percentuais. Os esposos pretos teriam vantagem educacional proporcional nas uniões com mulheres pardas e brancas. Registra-se 3,7% de vantagem educacional em ambas as situações. Quando os homens pardos se unem às mulheres brancas, demonstram ser menos escolarizados, contrariando assim a expectativa do “padrão compensatório”. Elas detêm uma vantagem escolar de 2,3 pontos percentuais.

Tivemos, até agora, a confluência de contribuições de obras mais distantes no tempo, como Davis e Merton (1941), e de trabalhos bem mais recentes, como os de Berquó (1998), Moutinho (2003) e Telles (2003). A linha analítica usada até o momento nos permite pensar as relações matrimoniais inter-raciais em termos de “razão prática”, nas quais a questão fundamental é o cálculo da ascensão social, a maximização de possibilidades de acesso a um determinado bem (prestígio social) (Sahlins, 2003). A análise dos casos de acirramento de tensões entre casais inter-raciais que se segue, por outro lado, propõe um enfoque no desmoronamento de afetos heterocrômicos em contextos de violência e discriminação racial.

Esta inversão de ponto de vista procura tirar o centro da discussão das estratégias de ascensão social para descortinar o lugar que os atos domésticos de discriminação racial têm na sedimentação das hierarquias de masculino/feminino, branco/negro; e também para demarcar como estes terminam por constituir-se em um ritual de autoritarismo e de negação da igualdade em termos de gênero e de “raça”.

Apesar de pesquisas recentes indicarem um discurso positivo em torno da miscigenação (Telles, 2003) na sociedade brasileira, a premissa adotada neste

trabalho segue os passos do antropólogo baiano Tales Azevedo (1975), que percebeu que, apesar da maior propensão nacional à miscigenação, o encontro entre parceiros amorosos de grupos raciais distintos (em particular, em casais formados por homens claros/mulheres escuras) tende a maiores turbulências e a níveis de conflito.

Destarte, admitindo que pessoas de “cores diferentes” possam se casar no Brasil e que isto ocorra mais comumente com homens mais escuros que se unem a mulheres mais claras, o autor adverte que o contrário (mulheres mais escuras unidas a homens mais claros) é mais raro e produziria muito mais *tensão*.

Mesmo considerando que o encontro amoroso inter-racial no Brasil não seja visto como motivo para anátema, os casos levados ao “Disque-Racismo” revelam, na superposição do racismo ao sexismo, que estigmas e preconceitos existentes na sociedade como um todo podem migrar para o universo conjugal e colocar em xeque a afetividade outrora construída.

### **“Disque-Racismo”**

Em junho de 2000, foi inaugurado, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública (SSP/RJ), do Rio de Janeiro, o serviço “Disque-Racismo”, tendo como objetivo principal a oferta, na esfera estadual, de auxílio jurídico, psicológico e social<sup>4</sup> gratuito a vítimas de discriminação racial e racismo.

Tal serviço, logo após sua inauguração, passou a constituir a principal atividade do Centro de Referência Nazareth Cerqueira contra o Racismo e o Anti-Semitismo, a saber, um dos cinco Centros de Referência da Cidadania da SSP/RJ. Tais Centros funcionavam como pontos de aproximação da sociedade civil com os órgãos de polícia do estado. Por definição, estavam ligados a cinco diferentes temáticas: 1. combate ao racismo e ao antissemitismo; 2. combate à intolerância religiosa; 3. combate à homofobia; 4. repressão de crimes ambientais; 5. defesa da cidadania em áreas de baixa renda (Soares, 2000).

Nos primeiros quatro anos e meio de funcionamento (de junho de 2000 a outubro de 2004, período recortado por este artigo), o serviço recebeu mais de 1.940 ligações, destas, 1.177 de denúncias de discriminação racial propriamente ditas.

---

<sup>4</sup> Muitas vezes não é de fácil compreensão o que venha a ser “auxílio social” às vítimas de discriminação racial. Tentemos esclarecer. Entende-se por auxílio social um conjunto de medidas que reparem de forma “não-jurídica” o prejuízo imprimido a alguém discriminado. Assim, por exemplo, se alguém é discriminado no local de trabalho e esta situação deságua numa demissão, o Centro de Referência passa a se dedicar à busca de um novo emprego para aquela pessoa, utilizando-se de parcerias com ONGs e com outros órgãos governamentais ligados à questão do trabalho/renda, como os postos estaduais de reinserção no mercado de trabalho.

Ainda que haja o auxílio jurídico gratuito às vítimas de discriminação como esteio de suas atividades, a verdade é que menos de 10% das denúncias encaminhadas ao “Disque-Racismo” chegaram a se transformar em processos judiciais pautados pela legislação antidiscriminação brasileira. Destarte, desde sua inauguração, a despeito de sua “vocação jurídica”, o serviço teve que ser potencializado como um espaço de mediação de conflitos que, ao longo do tempo, buscou ferramentas extrajudiciais para a resolução dos impasses que ali chegavam (Monteiro, 2003).

Um dos fatores que explicam este número insipiente de casos enviados à justiça é a relação preexistente experimentada entre vítimas e agressores. Não raramente, discriminador e discriminado são pessoas que gozam de uma relação de proximidade e, até mesmo, de afinidade. Os atos discriminatórios emergem então como o clímax de um conflito cuja origem quase nunca tinha a ver com cor, “raça”, origem, procedência nacional etc. Assim, podemos encontrar nos arquivos do serviço situações como a da sra. S.A.G. (DR) 1701/04:

A comunicante informa que acolheu a agressora em sua casa, quando [esta] estava doente e precisava de cuidados. Quando a mesma melhorou, as duas começaram a se desentender e houve agressões físicas. A agressora começou a chamá-la de “Negra suja, safada, macaca”.

Observemos também o caso da senhora M.I.P, negra, aposentada, 52 anos de idade. Diz o registro (DR) 1339/02:

A discriminadora estava cobrando uma dívida e mandava recado por várias pessoas, até que um dia a mesma foi até a porta de sua casa falando que ela era “Crioula safada, ladra, que preto só serve para roubar [...] [chamando-a de] putinha, vagabunda, mendiga etc.”.

Casos como estes são abundantes nos arquivos do “Disque-Racismo”. Obviamente, não se trata de querer estimar até que ponto as agressoras são “racistas”, tecnicamente falando, ou seja, até que ponto acreditam na existência de “raças” humanas e no diferencial qualitativo entre elas. O fato é que ambas transgrediram a legislação antidiscriminação brasileira ao injuriar as vítimas, usando atributos relativos à sua cor ou “raça”. Tornaram-se, desta forma, algozes em um caso de discriminação, expressando o que alguns autores qualificam como demonstração do logro da democracia racial brasileira (Hanchard, 1996, 2001).

A discriminação – vista como ato de externalização de um preconceito – demarcaria, assim, a cisão racial de um país que se desejaria amistoso, harmônico e cordial em termos raciais (Kauffmann, 2007). Mas há de se notar também que

algozes e vítimas parecem ter desenvolvido uma relação de grande afinidade e proximidade ao longo de suas vidas, uma vez que em um caso a agressora foi “acolhida” na casa da agredida e, no outro, a agressora emprestou dinheiro para a vítima.

A partir do exame dos casos do “Disque-Racismo”, observa-se que esta característica da relação discriminado/discriminador parece inibir a constituição dos processos judiciais por racismo, uma vez que as sanções penais previstas por lei muitas vezes são vistas como “exageradas” quando perpetradas contra “conhecidos”, mesmo após a experiência do ato discriminatório.<sup>5</sup>

Se, por um lado, a maior parte dos atos de discriminação se dá no espaço público (ou em espaços sociais não especificados pelo registro do serviço: 25,3%), por outro, os números demonstram uma grande concentração no universo dos conhecidos. Sabemos que os atos de discriminação ocorridos na vizinhança perfazem 18,7% do total de denúncias; discriminação no local de trabalho: 13,0%; discriminação no espaço escolar: 8,1%; discriminação intrafamiliar ou entre cônjuges: 7,6%.

É bem verdade que o percentual dos casos de discriminação no espaço intrafamiliar ou conjugal parece diminuto para ocupar nossa atenção. Entretanto, vale destacar que a ocorrência de discriminação “doméstica” supera algumas modalidades discriminatórias profundamente denunciadas pelos movimentos sociais que lutam pelos direitos dos negros. As denúncias de discriminação em agências bancárias ocupam 5,3% do total. Aquelas que se fazem presentes em processos de seleção de emprego, por exemplo, perfazem 4,1% do mesmo, enquanto as que estão ligadas à ação policial (que marcaram a gênese do próprio serviço) somam menos de 2,5% dos casos denunciados.

Através destes números, podemos compreender que as denúncias de discriminação intrafamiliares e conjugais não chegam de fato a ser a modalidade discriminatória mais recorrente no “Disque-Racismo”. Compreendemos, porém, que elas superam modalidades historicamente reconhecidas como limitadoras dos direitos dos negros, como é o caso das ações policiais e dos processos de seleção de empregos (Silva, 1998; Hanchard, 2001).

Caberia observarmos, então, as especificidades dos casos de discriminação em relações afetivo-sexuais inter-raciais, esperando apreender desta aproximação novas nuances das uniões “heterocrômicas” e das relações de poder que as

---

<sup>5</sup> Ainda no ano de 2004, tive a oportunidade de acompanhar o caso de uma senhora que se sentiu “aliviada” por ter se esgotado o prazo para o ingresso de uma ação penal que ela poderia mover contra sua vizinha, que quase diariamente a xingava e aos seus filhos de “macacos”. A senhora confessou-se preocupada em colocar na cadeia uma chefe de família. Um dado interessante no “Disque-Racismo” é o fato de mais de 60% dos usuários do serviço tentarem “contornar” seu “conflito racial” de forma não-institucional antes de procurarem o “Disque-Racismo” e/ou a polícia.

cercam.

A grande parte dos casos de discriminação racial “doméstica” trazidos ao “Disque-Racismo” segue o padrão das demais modalidades discriminatórias registradas, ou seja, correspondem a ultrajes verbais,<sup>6</sup> nos quais a questão racial aparece como norteadora.

Temos casos como o do sr. R.S.R., negro, auxiliar judiciário, 33 anos, que registrou denúncia por ser chamado de “crioulo safado e macaco” por sua ex-namorada. Caso análogo ao de P.C.P., negra, 22 anos, estudante, que denuncia o marido por chamá-la de “negra” em tom pejorativo. R.C.X., em outubro de 2003, ligou para o “Disque-Racismo”, denunciando o próprio marido por tê-la chamado de “macaca”. F.C.S., negra, disse sentir-se “a última das pessoas” ao ser “proibida” de passar pela rua de seu amante, que teria dado “preferência” à sua nova mulher, branca. Os exemplos poderiam se suceder *ad nauseum*.

Há de se observar que os casos de discriminação racial ocorridos no espaço intrafamiliar/conjugal incidem com mais frequência sobre as mulheres negras. Na verdade, os casos referentes a esta modalidade, em que as mulheres aparecem como vítimas, são cerca 83% da discriminação racial “doméstica”.

Tentemos perceber as motivações dos atos de discriminação racial ocorridos entre pessoas que se envolveram amorosamente em dado momento, ultrapassando as “barreiras” raciais, e que, em outro, protagonizaram um ato discriminatório. Os serviços de combate à discriminação e a legislação antirracismo, além de promoverem o acesso a direitos para grupos estigmatizados, promoveriam a aparição do “racista” enquanto agente de discriminação, em termos jurídico-institucionais. Na lógica do universo antidiscriminação brasileiro, cada vez mais fica sedimentada a ideia de que é racista aquele que burla a legislação antidiscriminação, ou seja, que manifesta de forma explícita seu preconceito (Monteiro & Bauer, 2007).

Em meados do século XX, a crença de que a sociedade brasileira fosse dotada de tolerância peculiar à convivência entre as diferentes “raças”, aliada ao trauma mundial em relação ao racismo alemão, que culminara no holocausto e na 2ª Grande Guerra, estimulou a realização do Projeto Unesco, que reuniu antropólogos e sociólogos, nacionais e estrangeiros, em torno de uma agenda de pesquisas acerca das relações raciais brasileiras (Maio, 1997).

Longe de ratificar unanimemente as premissas iniciais do “paraíso racial brasileiro”, a pesquisa deu novo fôlego às discussões sobre a questão racial no

---

<sup>6</sup> Novamente recorrendo aos números da primeira gestão do serviço, observamos uma incidência da ordem de mais de 95% de atos discriminatórios definidos como ultrajes verbais e xingamentos. Os demais casos corresponderiam quase em sua totalidade a situações vistas como restrição da permanência ou da presença de um cidadão negro em um espaço público.

Brasil, estabelecendo uma nova série de debates, sobretudo em relação à situação social dos negros em centros urbanos, como Rio e São Paulo (Costa Pinto, 1998; Fernandes, 1965). Dentre as muitas discussões levantadas, uma é de particular valia para a exposição em curso e envolve as conclusões da pesquisa do sociólogo L. A. Costa Pinto (1998), realizada no Rio de Janeiro.

Diferentemente de Florestan Fernandes (1965), que acreditava que a subalternidade social negra poderia ser explicada pela sobrevivência do modelo político e econômico de perfil patrimonialista, que tenderia a ruir com o advento da urbanização e da industrialização, Costa Pinto (1998) acreditava – seguindo o modelo analítico de Marvin Harris e Donald Pierson no estudo da sociedade norte-americana – que o processo de disputa social propiciado pela transição brasileira rumo à industrialização e à urbanização acirraria a tensão entre brancos e negros. Os atos discriminatórios, criminalizados já no ano de 1951 pela Lei Federal 1.390/51, seriam a expressão empírica da obliteração à integração social dos negros à sociedade brasileira em sua fase urbano-industrial. O preconceito racial seria, neste sentido, a negação da distribuição igualitária de prestígio social, acesso a serviços, bens materiais etc.

A análise mais ampla dos casos encaminhados ao "Disque-Racismo", na virada do século XX para o XXI, possibilita a observação dos atos discriminatórios não apenas como um ritual de negação de bens materiais e simbólicos, mas também como um ritual de negação da igualdade de direitos – um ritual de negação da cidadania.

Em minha dissertação de mestrado, realizada em 2003, foi possível analisar cerca de 1.200 contatos endereçados ao "Disque-Racismo". Na ocasião, procurei me debruçar sobre os casos que foram encaminhados ao judiciário e também sobre aqueles que tiveram uma solução extrajudicial.

A despeito do desfecho constatado, o "Disque-Racismo" revelou nas ocorrências um padrão dos ritos discriminatórios. Em primeiro lugar, a motivação inicial para o conflito nunca aparenta ter origem propriamente racial. Em segundo lugar, os atos discriminatórios parecem eclodir, sistematicamente, em situações nas quais dois indivíduos disputam, a princípio em igualdade de condições, a legitimidade por determinado bem, serviço ou direito.

Estas situações podem ser ilustradas por casos como o estabelecido no Processo 01/58277-0, encaminhado ao XI Juizado Especial Cível, em que uma vizinha quebrou o carro dos vizinhos, xingando-os de "macacos", pelo fato de eles usarem uma vaga na garagem que a mesma julgava (ou desejava?) ser de uso exclusivamente seu.

Uma ocorrência similar ocorreu na cidade de Duque de Caxias, onde duas



irmãs foram xingadas e agredidas fisicamente por uma vendedora de uma loja de roupas. Os autos do Processo 2000.806.006353-3 revelam que as agressões ocorreram após a solicitação de troca de uma blusa. A vendedora não achou a solicitação pertinente e negou-se a realizar a substituição da peça. Após as duas irmãs insistirem, alegando possuírem direitos enquanto consumidoras, iniciaram-se as agressões.

Neste sentido, a proposta do corrente artigo é compreender as rupturas conjugais dos casos analisados como exemplos de negação da igualdade na esfera doméstica, sendo os atos discriminatórios observados como resultado da incorporação, por parte das vítimas, de aspectos do discurso da individualidade e da igualdade na vida a dois. Não se trata de definir as vítimas de discriminação (e violência em alguns casos) como portadoras permanentes de um discurso igualitário em contextos conjugais hierarquizados. Por outro turno, não é pretensão da argumentação em curso definir os casais analisados como pares igualitários fracassados, nem tampouco afirmar que em contextos conjugais reconhecidamente hierarquizados a discriminação não ocorra, o que só poderia ser feito através da comparação de pares heterocrômicos definidos (ou definíveis) como igualitários e não-igualitários.

As pretensões da corrente análise são bem mais modestas. O que se deseja é observar como o universo conjugal inter-racial, apesar da carga de afetividade que, por definição, o permeia, pode também ser trespessado por rituais discriminatórios, sobretudo quando elementos do ideário individualista-igualitário são externados.<sup>8</sup>

Os estudos sobre conjugalidades em sociedades complexas parecem indicar uma constante oposição entre hierarquia e respeito à individualidade, freqüentemente apresentado como um valor cada vez mais solidificado. Esta sedimentação marcaria o surgimento de um novo paradigma de conjugalidade e de família (Vaitsman, 1994). Esta mudança de paradigma teria sido possível a partir da emergência daquilo que Charles Taylor chamou de “aparição do indivíduo-individualizado”, como explica François Singly (2000). Isto significaria a substituição do indivíduo enquanto uma representação unitária da humanidade – a ideia de que “todos os homens são iguais” – por um indivíduo que hipervaloriza a sua singularidade enquanto expressão da humanidade – a ideia-base seria “todos os homens são diferentes e valorizam suas peculiaridades pessoais”.

Assim, as conjugalidades contemporâneas seriam marcadas por uma busca por maior simetria entre os integrantes dos pares amorosos, colocando em xeque a

---

<sup>8</sup> De um total de 92 denúncias classificadas como discriminação intrafamiliar ou conjugal, 77 (83%) correspondiam a casais inter-raciais do tipo homem branco/mulher negra.

supremacia masculina estabelecida com a família patriarcal e exigindo uma prática permanente de negociação de interesses.

### **Violência doméstica e discriminação nos casos do "Disque-Racismo"**

A sistematização das impressões que as psicólogas e as assistentes sociais fizeram das entrevistas com as vítimas de discriminação racial e violência doméstica foi crucial para o desenvolvimento de um projeto de extensão do "Disque-Racismo", batizado de *Começar de Novo*. O objetivo principal do projeto, conforme sugere o próprio nome, era possibilitar às mulheres vítimas de discriminação e/ou violência doméstica um novo padrão de convivência com seus companheiros, sendo este pautado, sobretudo, pelo respeito mútuo (leia-se "respeito à individualidade do outro") e pela superação da violência. Dotado de uma ambição talvez maior do que as possibilidades estruturais pudessem alcançar, o projeto desenvolveu-se, durante o ano de 2005, em parceria com uma organização não-governamental situada no bairro do Lins de Vasconcelos,

O gerenciamento das atividades, que englobavam acompanhamento psicológico, oficinas de valorização da autoestima e oficinas de artesanato para a geração de renda, era feito pelas psicólogas e as assistentes sociais do próprio "Disque-Racismo", que tinham como princípio trabalhar com as questões colocadas pelas vítimas durante o ato de denúncia da discriminação sofrida. Neste sentido, um reposicionamento dos maridos diante de seus atos usuais foi identificado pela equipe como um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo projeto. Esse reposicionamento não se restringia à superação dos ultrajes verbais e das agressões físicas, mas uma mudança no cotidiano da relação.

Iniciemos, então, um exame de experiências conjugais que terminaram em denúncias encaminhadas ao "Disque-Racismo". Tomemos três casos, relatados por senhoras aqui batizadas de Sofia, Thereza e Marlene. Estes casos foram os que exigiram maior intervenção da equipe de atendimento do "Disque-Racismo", sobretudo das psicólogas, sendo aqui classificados como situações exemplares ou casos emblemáticos que incentivaram a incorporação da questão de gênero pela equipe do serviço.

#### **1. A separação de Sofia: traição, discriminação e violência doméstica**

Sofia trabalhava como vendedora de salgados em um ponto final de ônibus, no bairro da Pavuna, na cidade do Rio de Janeiro. Ela relatou ter se envolvido amorosamente com um trocador de ônibus, que estava prestes a se casar, mas que

por ocasião do casamento teria desistido do compromisso para viver com ela. Viveram juntos cinco anos. O rapaz teve dificuldades financeiras, ficou desempregado e, durante um bom tempo, a casa teria sido “sustentada” pela moça. Recentemente, o rapaz foi embora. Na verdade, ele não tinha desistido do relacionamento anterior. Tinha mantido uma espécie de “vida dupla” e exigia a manutenção de seu romance não mais secreto com outra mulher. Sofia não concordou com este “pequeno privilégio” a ser concedido ao companheiro. Na discussão derradeira, o marido de Sofia, que é branco, revelou-se arrependido de ter se unido com duas mulheres negras. Disse que “mulher negra só é boa pra cama” e agrediu Sofia com um soco. Sofia deu queixa na delegacia local. Trouxe os documentos para a constituição de um processo por discriminação racial e depois desistiu.

## 2. A separação de Thereza: abandono e decepção

Thereza é cabeleireira, tem pouco mais de 40 anos, é divorciada, de “cor parda” – tal como registrado na ocorrência policial que ela perpetrou contra seu namorado – e trabalha em um hospital no subúrbio de Piedade. Alega ter sido discriminada por seu namorado, com quem manteve um relacionamento de mais de um ano, um médico residente, colombiano, “de cor branca”. O relacionamento teria garantido a permanência do médico no Brasil, já que a união levou Thereza a assumir uma *Escritura de Compromisso de Manutenção*, uma espécie de tutela, na qual um brasileiro assume, publicamente, a responsabilidade pela manutenção de um estrangeiro no país.

Com o problema da documentação resolvido, o médico colombiano começou a tratar Thereza com “indiferença”, segundo ela, que começou a expor sua carência afetiva ao parceiro, mas a atenção do médico colombiano não veio. Thereza acirrou sua exigência e, em setembro de 2003, após visitar seu marido no trabalho, teria sido agredida a tapas. O médico, assumindo um discurso discriminatório, chamou Thereza de “negra”, “macaca” e “analfabeta”. Disse ainda que as “mulheres, aqui no Brasil, são “vagabundas”. Thereza resolveu rescindir a documentação feita e o colombiano foi indiciado também por lesão corporal.

## 3. A separação de Marlene: preconceito de origem e o peso de um dilema

Marlene relatou à equipe do “Disque-Racismo” que havia sido casada com um homem branco e que agora se encontrava em processo de separação. Ela estava morando em um apartamento pertencente ao ex-marido, que vinha,

outrossim, contribuindo com uma pensão destinada ao sustento das filhas. O pai de Marlene tivera problemas financeiros, precisando, por esta razão, vir morar com a filha. Foi então que os problemas começaram. O ex-marido de Marlene passou a ameaçá-la de despejo e de cessar o pagamento da pensão. Isto tudo por não admitir a presença do pai de Marlene (um negro) em uma propriedade sua. Disse que não queria aproximação com pessoas de “sangue negro”.

Há de se ressaltar que Marlene se definiu como “morena clara”, sendo provavelmente filha de um relacionamento inter-racial “típico”: homem mais escuro que a mulher. As filhas de Marlene não haviam tido contato com o avô até então, e o dilema de Marlene era justamente ter de escolher entre seu conforto material, expresso no cumprimento das exigências de seu ex-marido, e a convivência com um familiar “de cor”.

O caso de Marlene encontrou dificuldades em transformar-se em processo, uma vez que não havia outras testemunhas, além dos familiares, para os atos de discriminação. A principal delas seria a própria Marlene, então dividida entre a estabilidade de seu futuro branco e a turbulência causada por sua ancestralidade *afro*.

Pode se dizer que os maridos brancos de Sofia, Thereza e Marlene são racistas? Antes de qualquer precipitação, gostaria de convidar os leitores a algumas saídas, para além da simplicidade de um “sim” ou de um “não”.

De fato, os casos utilizados como exemplo das denúncias de discriminação racial, ocorridas no espaço intrafamiliar ou conjugal, parecem remeter de forma nítida a várias questões levantadas ao longo do artigo e a diversas discussões enraizadas no campo das relações raciais brasileiras. Nós nos inclinávamos a dar razão ao antropólogo Thales Azevedo (1975), quando ele afirma que as relações do tipo homem branco/mulher negra são mais “problemáticas” que o seu contrário, dado ser esta a modalidade majoritária (83%) dos casos de discriminação racial “doméstica” remetidos ao “Disque-Racismo”.

Os casos de Sofia e Thereza parecem remontar ao romance retratado em *O Cortiço*, reproduzido por Laura Moutinho (2003), em que homens brancos podem “usar” mulheres negras, no decurso de sua ascensão social.

O caso de Marlene nos remete, de forma quase imediata, aos apontamentos de Oracy Nogueira (1985) e sua clássica discussão sobre preconceito de marca vs preconceito de origem. Talvez o marido de Marlene tenha se envolvido com ela por não vê-la como “negra”, o que se justificaria pelos seus atributos físicos de “morena clara”, como ela própria se definiu. É a chegada do pai de Marlene, com seus atributos raciais, que desperta o preconceito de origem no genro. O pai denotava a negritude de *origem*, até então abrandada por seus traços de *marca*.

Por fim, poderíamos revisitar, tendo em vista as três narrativas, a teoria do embranquecimento, principalmente a partir da crítica mais recorrente feita a ela. Retomando a contribuição de Telles (2003), expomos uma argumentação que coloca em xeque o poder explicativo desta teoria, questionando quais seriam as motivações individuais das pessoas de pele clara ao se unirem com pessoas de pele escura, integrantes de um grupo de menor *status*. Diz o autor:

[...] a falha da teoria do branqueamento está no fato de que esta funciona apenas para o parceiro de pele mais escura. Por que razão iria uma pessoa mais clara se casar com uma pessoa mais escura, especialmente no contexto da ideologia do branqueamento, em que a pele mais escura, e especialmente a preta, é estigmatizada? (Telles, 2003:154).

O autor aponta algumas saídas para a questão, utilizando-se do trabalho etnográfico realizado por J. Burdick (1998) em vários bairros cariocas. Neste trabalho, fica evidente que o interesse dos/as brancos/as por parceiros/as negros/as poderia estar também ligado a um jogo de compensações. Assim, os parceiros “escuros” unidos a pessoas “mais claras” seriam mais “dedicados” do que se envolvidos em uniões intrarraciais. Este seria o estímulo dos “mais claros” que optam por uniões com os “mais escuros”.

Ainda que se assumisse esta hipótese como uma variação da teoria do branqueamento, as narrativas das três senhoras negras parecem igualmente úteis. Temos uma mulher que durante algum tempo sustenta a casa sozinha (Sofia), outra que assina um documento em cartório, no qual se responsabiliza publicamente por seu amante estrangeiro (Thereza) e, por fim, uma última (Marlene) que se mantém afastada do próprio pai para satisfazer a vontade do marido que não suporta o contato com pessoas de “sangue escuro”. Não há como negar. Houve, no mínimo, uma grande “dedicação” (e talvez isto seja um eufemismo) das parceiras “mais escuras”, o que se depreende nestas três narrativas. Teríamos, então, nos relatos pessoais de Sofia, Thereza e Marlene ao “Disque-Racismo”, expressões empíricas de vários eixos explicativos das relações raciais brasileiras.

Gostaria, todavia, antes do encerramento, de explorar uma dimensão específica dos conflitos conjugais inter-raciais. O objetivo desta exposição não é perscrutar as motivações que levam à formação de casais inter-raciais mas, pelo contrário, se debruçar sobre as motivações intrínsecas ao seu esfacelamento, sob o jugo do racismo e da violência. A pretensão é tomar estes dramas pessoais enquanto uma manifestação do choque entre o desejo de sustentar uma relação pautada em princípios igualitários e o vício das práticas hierarquizantes, que

precisam recorrer à violência física e moral para se sustentarem.

Ao retomar as narrativas endereçadas ao "Disque-Racismo", é possível nos atermos com mais detalhes à dinâmica do ato discriminatório e à sua função no processo de negociação de interesses manifestados pelos casais "heterocrômicos". Tomando tais casos como exemplares dos demais atos discriminatórios intrafamiliares ou conjugais enviados a este núcleo de combate ao racismo, observamos que nos casais e nas famílias inter-raciais o ato discriminatório e o próprio debate racial não aparecem como questões cotidianas.

Na verdade, parece mesmo haver certo silêncio sobre o tema "raça", muitas vezes visto como tabu em situações de presença de pessoas negras. Conforme sugere Nogueira (1985), ao contrário do que ocorre nos EUA, no Brasil, a questão racial é evitada na presença de negros, dando substância ao dito popular do "em casa de enforcado não se fala em corda".

Uma leitura mais cuidadosa dos casos revela, outrossim, que o tema "raça" eclode em situações de conflito, configurando-se o ato discriminatório como uma espécie de ritual de hierarquização, tal como apontou Roberto DaMatta (1990) em "*Você sabe com quem está falando?*". Muito frequentemente chegam ao "Disque-Racismo" relatos em que os denunciantes afirmam nunca ter tido, até aquele momento, qualquer tipo de querela de caráter racial com seus respectivos agressores, ainda que conhecidos de longa data. Geralmente, fatores externos à questão racial detonam uma situação de conflito, e é a partir daí que o ato discriminatório aparece como que para colocar as coisas (ou seriam as pessoas?) "nos seus devidos lugares" (DaMatta, 1980).

O pano de fundo teórico da análise remete a Dumont (1970), em seu trabalho clássico sobre a sociedade de castas da Índia, que se configuraria como um sistema social pautado não só pela hierarquia, mas também pelos aspectos holísticos e complementares. A disposição dos integrantes do todo social não seria horizontal, mas sim vertical, sendo a integração das partes fundamental para a manutenção do arranjo total, mesmo que tal conjunção não se estabelecesse pelo princípio da igualdade entre as partes. Desta forma, os grupos que compõem este "todo" estão (e devem) permanecer juntos, sendo reconhecível, porém, um forte diferencial valorativo atribuído a cada um deles.

Em obras como *O Casal Igualitário: princípios e impasses*, de Tânia Salém (1987), encontramos um ideal de conjugalidade que passa por valores bem distintos dos mencionados acima. As noções de individualidade e igualdade seriam os principais fatores que norteariam os encontros amorosos contemporâneos. Segundo a autora, este novo posicionamento estaria diretamente ligado a uma hipervalorização do "eu" e a uma postura introspectiva. Esta introspecção não

significaria, contudo, uma ruptura com os canais de sociabilidade. Seria, sim, uma busca por formas de sociabilidade que possibilitassem a liberdade individual e que garantissem a igualdade ao longo das interações. Diz a autora:

[...] há um social, ou associações, que identificamos com relações hierarquizadas e com as de obrigatoriedade sancionadas por códigos externos, que são vistos como constrangimentos à livre manifestação do sujeito e que, justamente por isso, reputados como nocivos. Já o social, ou sociedades, informados pelo preceito da igualdade, são positivamente representados: tudo se passa como se, banidos a hierarquia, os encompassamentos e seus efeitos perversos, se ingressasse num domínio imune a constrições e no qual só imperariam as leis da liberdade, prazer, afeto e opções (Salém, 1989:26).

Ora, o que temos na narrativa destas três senhoras é uma cobrança pela simetria, típica dos espaços sociais marcados por uma orientação individualista-igualitária, e sua expressa negação, dramatizada através do racismo e da violência de gênero. Desta maneira, a discriminação racial entra no casamento de Sofia quando a simetria conjugal é desafiada pelo romance extraconjugal de seu parceiro. Sofia acha-se no direito de questionar o parceiro. Ele, por sua vez, considera possuir o direito de ter outra mulher. Usa a violência e o racismo para colocar a esposa em uma situação de inferioridade. É como se a asserção “Eu posso, pois sou homem” falhasse, e houvesse uma tentativa de reformulação do discurso assimétrico, agora pautado em “cor ou raça/etnia”: “Eu posso, pois sou branco”.

Nestes termos, a situação de Thereza não é muito diferente. O conflito se dá a partir do momento em que ela tenta “cobrar” de seu parceiro que ele corresponda a ela afetivamente. É como se estivesse em jogo um desejo de igualdade afetiva, “simetria afetiva”. Mais uma vez, um discurso autoritário, violento e racista é utilizado. A condição de parceira brasileira e negra funda no companheiro branco um sentimento de superioridade, que ele exprime ao ser colocado “contra a parede”.

Se nunca havia feito menção à cor da pele de sua parceira, resolve fazê-lo agora para deixar claro que não pretendia negociar uma nova postura afetiva. Aliás, que simplesmente não pretendia negociar. Estava diante de uma brasileira (segundo ele, “as mulheres aqui no Brasil são vagabundas”), “negra” e “analfabeta”, que provavelmente “não sabia com quem estava falando”. Relembremos: um médico, estrangeiro e branco.

Marlene também vivenciava uma situação de cobrança em relação ao pai de suas filhas: a de que ele tivesse uma participação no sustento material da prole, mesmo após a separação. A discussão orbitava em torno de um apartamento e do

pagamento de pensão, pai e mãe contribuindo de forma igualitária para o futuro das filhas. Mais uma vez, a outra parte responde colocando-se (ou desejando se colocar) numa situação de privilégio. Pontua sua ojeriza a negros e condiciona o afastamento de seu ex-sogro, “de sangue escuro”, para cumprir suas obrigações paternas. Usa o racismo para demarcar o não-cumprimento de sua participação no projeto de futuro das filhas.

Voltamos então ao ponto de partida. Seriam os parceiros masculinos, nos casos relatados, pessoas racistas? De fato, não é objetivo deste artigo responder a tal pergunta. Os leitores podem tirar suas próprias conclusões a partir das noções que tenham de direitos individuais, cidadania, democracia racial e, principalmente, de Brasil.

Como pudemos observar, é a trajetória jurídica dos casos e a iniciativa de juridificar os conflitos de caráter racial que se encarregarão não só da visibilização do racismo e dos “racistas”, como também da cisão racial brasileira entre brancos e negros, a partir do seu protagonismo como algozes e vítimas nos casos de discriminação de caráter étnico/racial.<sup>10</sup> Assim, com a expansão da legislação antidiscriminação no Brasil e dos mecanismos de acesso à justiça,<sup>11</sup> a definição de quem é “racista” e do que é “racismo” se prende, cada vez mais, às amarras do discurso jurídico.

Dentro de seus limites, o presente artigo perspectivou a substituição ou a superposição do sexismo pelo racismo em situações de conflito, acirramento de tensão e ruptura vivenciados por casais “heterocrômicos”. Mais precisamente, se procurou observar como os atos discriminatórios podem ser utilizados como dispositivos de hierarquia e assimetria em contextos conjugais de valorização e exacerbação de valores individualista-igualitários, defendidos normalmente pelas mulheres, a saber, as principais vítimas da discriminação racial intrafamiliar ou conjugal, quando observamos os números do “Disque-Racismo” nos seus quase cinco anos de existência.

A pergunta que norteou essa investigação não foi se os parceiros brancos eram racistas ou não. Na verdade, a pergunta em pauta era: como se manifesta a discriminação racial entre pessoas que tiveram um histórico de proximidade e afeto.

Assim, considero de fundamental importância a contribuição dos autores que se dedicam ao estudo das conjugalidades contemporâneas para podermos

---

<sup>10</sup> Esta ideia foi mais extensamente desenvolvida em minha dissertação de mestrado, intitulada *Retratos em branco e preto, retratos sem nenhuma cor: A experiência do “Disque-Racismo” da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*, defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Ver Bernardo Sorj em *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.



avançar nas análises sobre as relações afetivo-sexuais inter-raciais brasileiras.

Se, por um lado, os casos de discriminação “doméstica” encaminhados ao “Disque-Racismo” parecem apontar na direção de uma série de argumentações já reconhecidas como relevantes sobre as relações raciais brasileiras (teoria do embranquecimento, troca de *status*, preconceito de marca vs preconceito de origem), por outro lado, acredito que possam desvendar novas possibilidades analíticas, como a de pensarmos o ato de discriminação racial como um mecanismo de hierarquização em contextos de valorização da igualdade, como é o caso das relações conjugais e familiares contemporâneas, sobretudo nas camadas médias e mais escolarizadas.

Esta perspectiva nos levaria a entender o fenômeno da discriminação racial “doméstica” através de ferramentas conceituais que extrapolariam aquelas usualmente elencadas quando o tema é “raça”. Noções como a de construção do *self*, psicologização e indivíduo-individualizado seriam, nestes termos, recursos conceituais importantes, para não dizer indispensáveis. Indo mais adiante, acredito que o enveredar-se por este caminho possa abrir novas possibilidades no que diz respeito à compreensão dos mecanismos de funcionamento do racismo no Brasil, que é, como sabemos, reconhecido, mas nunca assumido.

### **Referências bibliográficas**

AZEVEDO, T. *Democracia Racial, Ideologia e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BERQUÓ, Elza. "Sexualidade e Demografia (comentários sobre a exposição de Michel Bozon)". In: LOYOLA, M (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

BIRMAN, Patrícia. "Impasses familiares". *Estudos Afro-Asiáticos*, n.21, p.27-49, Rio de Janeiro, 1991.

BURDICK, John. *Blessed Anastácia: Women, Race, and Popular Christianity in Brazil*. London: Routledge, 1998.

COSTA PINTO, L.A. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raça numa Sociedade em Mudança*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DAVIS, Kingsley. "Intermarriage in Caste Societies". *American Anthropologist* 43, p. 358-395, 1941.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: The Caste System and its Implications*. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1970.

FÉRES-CARNEIRO, Therezinha. "Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2 (11), p.379-94, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FREYRE, Gilberto. "O Fator Racial na Política Contemporânea". *Ciência e Trópico*. v.10, n.01, Recife, jan/jun, 1982.

HANCHARD, Michael. "Cinderela Negra? Raça e esfera pública no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, n.30, p.41-59, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KAUFFMANN, Renata F.M. *Ações Afirmativas à Brasileira: Necessidade ou Mito?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto Unesco. Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

MONTEIRO, Fabiano Dias & BAUER, Rosângela. "Gestão das Diferenças". In: *Polícia e Comunidade: Temas e Desafios na Implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança*. *Cadernos do ISP*, v.1, p.138-157, 2007.

\_\_\_\_\_. *Retratos em branco e preto, retratos sem nenhuma cor: A experiência do "Disque-Racismo" da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado em sociologia e antropologia), PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

MOUTINHO, Laura. *Razão, "cor" e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Unesp, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: Estudo de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SALÉM, Tânia. "O casal igualitário: princípios e impasses". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9 (3), p.24-37, 1989.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

SILVA, Jorge da. *Violência e Racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998.

SILVA, Néelson do Valle & HASENBALG, Carlos A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, IUPERJ, 1992.

SINGLY, François. "O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar". In: Peixoto, Clarice Ehlers; Singly, François de & Cichelli, Vincenzo (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p.13-9.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da Segurança Pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SORJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

## ENFOQUES – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ

TELLES, Edward Eric. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em condições pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Sites consultados:

[www.dialogoscontraoracismo.org.br](http://www.dialogoscontraoracismo.org.br)

[www.disqueracismo.com.br](http://www.disqueracismo.com.br)

**Nem por beleza, nem por vaidade: discursos sobre masculinidade e depilação masculina**

Ludmila Fernandes de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo**

O objetivo deste estudo foi compreender as representações sobre masculinidade e os usos do corpo entre homens que frequentam clínicas ou centros de depilação, espaços que oferecem serviços até recentemente destinados apenas às mulheres. Foram realizadas entrevistas com homens que buscam os serviços oferecidos por uma clínica de depilação localizada Rio de Janeiro. Procurei refletir sobre como são vistos e como se veem os homens que fazem depilação, assim como sobre os modelos de masculinidade que estão em jogo na classificação que as pessoas fazem de quem se depila. Este artigo permite discutir a relação entre o que podemos chamar de “técnicas corporais da depilação” e a construção ou a manutenção da masculinidade na atualidade.

Palavras-chave: gênero, desvio, masculinidade, corpo, consumo.

**Neither for Beauty, nor for Vanity: Speechs about Masculinity and Masculine Waxing**

**Abstract**

The objective of this study was to understand the representations about masculinity and the uses of the body among men that frequent clinics or waxing centers, spaces that offer services which until some time ago were destined only for women. Interviews were realized with men that pursuit the waxing services offered by a waxing clinic in Rio de Janeiro. I want to think not only about how the man who do waxing are viewed and how they view themselves, but also how are the masculinity models which are in question in the classifications that people do about those who wax themselves. This article permits to discuss about the relation between what we can call "body's waxing techniques" and the building or retention of masculinity nowadays.

Key words: gender, deviance, masculinity, body, consumption.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ

**Nem por beleza, nem por vaidade: discursos sobre masculinidade e depilação masculina [1]**

**Introdução**

O objetivo deste trabalho foi interpretar como são construídos os discursos e as representações sobre masculinidade a partir de análise de entrevistas realizadas com homens que frequentam uma clínica de depilação.

Durante minha experiência pessoal como frequentadora de uma outra clínica de depilação feminina, surgiram questões como: Por que os homens fazem depilação? Que partes do corpo e com que frequência eles costumam ir às clínicas ou aos centros de depilação? Como são vistos e como se veem os homens que realizam essa prática? Existiria um *ethos* comum – estilo de ser, portar-se, raciocinar e estar no mundo – entre esses homens que se depilam, considerando que há uma apropriação do corpo como meio de expressão ou representação do eu? (Goldenberg, 2002a).

Realizei três entrevistas com homens que fazem depilação com cera quente na clínica de depilação que chamarei “A”. Também realizei uma entrevista com a dona da clínica, que auxiliou na compreensão de como ela surgiu e quais os serviços mais requisitados pelo público masculino. Uma pesquisa na internet sobre *sites* relacionados ao tema da depilação masculina também me ajudou na reflexão sobre como são vistos e como se veem os homens que realizam essa prática, bem como que construção de modelos de masculinidade está em jogo na classificação que as pessoas fazem de quem se depila. Uma pesquisa na “internet” e mesmo conversas informais revelam uma ligação estreita entre o ato de depilar-se e os cuidados com o corpo, a higiene ou mesmo a intenção de surpreender alguém. As referências identitárias e de opção sexual atribuídas a esse novo tipo de homem têm como característica principal a vaidade, algo que remete à categoria de “metrossexual”. [2]

**O antropólogo como nativo**

A primeira vez que fui fazer depilação lembrei-me do texto que li no curso de antropologia cultural, ainda no primeiro período da graduação: “*O Ritual do Corpo entre os Sonacirema*” (Miner, 1956). Dentro daquela cabine individual e com uma mulher mascarada, vestida de branco como médica à minha frente e de pé, senti-me um tanto masoquista. Perguntei-me por várias vezes: “Por que estou

fazendo isto?"; "Por que e para que sofrer tanto para tirar esses pelos?". Fiquei o tempo todo pensando nisto, talvez para tentar me livrar ou esquecer da dor que iria sentir. O exercício do olhar exótico em torno de algo que nos parece familiar (Velho, 1978) já se tornou presente em muitas de minhas investidas sobre algumas práticas rituais que desenvolvemos em nosso cotidiano.

As cabines individuais de depilação parecem os "santuários" de que nos relata Horace Miner. Ficamos deitadas em macas e essas cerimônias implicam desconforto e tortura que, ao longo do tempo, vão deixando de ser tão presentes. Nesses lugares nada secretos, acontece um ritual privado, o que a princípio causa certo constrangimento, pois é preferível que você fique totalmente sem roupa na frente de uma pessoa que nunca viu. Comentei com uma das profissionais esse meu estranhamento e expliquei-lhe como as diferentes práticas rituais em determinada cultura podem ser pensadas de maneira relativa. A partir desta situação, refleti: não seria mais fácil andar de roupa preta e burca debaixo de um sol de 40° no Rio de Janeiro do que me submeter a esse tipo de "sacrifício corporal" ou *corpolatria* – "culto ao corpo"? (Malysse, 2002; Sabino, 2000).

Mas para ficar "nu" também é preciso estar "vestido". Estudiosos que tratam do corpo na contemporaneidade têm se debruçado sobre esta questão (Goldenberg, 2002a). O que é estar "nu" em nossa sociedade? O que é estar "vestido"? Estar "nu" e estar "vestido" possuem significados relativos. O corpo é visual e culturalmente mais presente no Rio de Janeiro do que na França. Existe no Rio de Janeiro o imperativo do corpo musculoso, bronzeado e vestido com roupas justas, o que forma uma espécie de segunda pele natural que permite a cada um identificar-se e incorporar valores estéticos coletivos (Malysse, 2002). Minha hipótese é a de que a depilação igualmente "veste" mulheres e homens que se produzem, no sentido de colocar em cena seus corpos para se exporem aos olhares dos outros. Locais como a cidade do Rio de Janeiro, mundialmente famosa pela sensualidade, a exibição dos corpos nas praias, as áreas de lazer e as temperaturas elevadas durante boa parte do ano, contribuem para esse "culto ao corpo" (Goldenberg & Ramos, 2002). Sendo assim, depilar-se também é vestir-se, e esta prática encontra-se intimamente relacionada à cultura carioca do corpo.

### **"O santuário"**

25 de setembro de 2006: este foi o dia do meu primeiro contato com a clínica de depilação "A", situada em um prédio comercial de uma das mais conhecidas avenidas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Por ela trafegam diariamente milhares de automóveis e ônibus, trazendo principalmente da zona

norte e da Baixada Fluminense os trabalhadores do comércio da rua da Alfândega, o famoso SAARA. [3] Estas clínicas ou centros em muito se assemelham às clínicas médicas: possuem portas de vidro, cadeiras de espera fixas e almofadadas, balcão com atendentes vestindo um uniforme, e um computador para fazer uma ficha ou cadastro dos novos clientes e registrar o serviço que será prestado. No site da clínica “A” a única referência à prestação de serviços também para o público masculino pode ser vista através da tabela de preços. Pude verificar nas entrevistas que o contato dos informantes com alguma dessas clínicas deu-se através de alguma pessoa do sexo feminino que já as frequentava, ou então através dos meios de propaganda, como internet e outdoors.

A dona da clínica “A” disse trabalhar com o público masculino desde o início da sua abertura, em 1999: “Sempre a gente viu que o público masculino cada dia mais cresce à procura principalmente de barba. Quase todo homem não gosta de fazer barba todo dia e eles viram que depilando é muito mais prático”. Segundo ela, “o que bate mais recorde é a barba”. Depois vem o tórax, o abdômen e as costas. O “perfil dos clientes” também é bem diversificado: “É muito misturado. Não tem um perfil certo não; [há] tanto o jovem, o pessoal de academia, o pessoal esportista, como uns de mais idade”.

A depilação é uma atividade que se dá de maneira solitária, pois as cabines são individuais, não havendo maneira de participar para se ter acesso ao objeto de estudo. Contudo, há outras maneiras de encontrar esses indivíduos. A princípio pensei em fazer observação participante na clínica, transformando este local em meu “posto de observação”, com o intuito de ocasionalmente estudar os clientes do sexo masculino e aproveitar a oportunidade para interagir com eles e coletar informações de modo mais direto e objetivo.

O percurso que realizei até ter um contato com os homens que se depilavam foi interessante. Há formas indiretas de se chegar ao objeto (Becker, 1994), nesse caso, os homens que frequentam clínicas de depilação. Através do *site* da clínica “A”, encontrei um link no qual os clientes poderiam fazer críticas ou elogios aos serviços prestados. Lá observei que, dentre os 50 recados enviados, seis deles eram de homens e continham seus endereços eletrônicos. Deparei-me com a possibilidade de enviar um e-mail a estes frequentadores e solicitar uma entrevista, dando-lhes como justificativa a realização de um trabalho de pesquisa. Desta forma obtive contato com meus informantes e resolvi o problema inicial de como seria o acesso ao meu objeto de pesquisa.

Um dado que faz parte da análise narrativa dos homens que se depilam parece estar relacionado à questão metodológica desta pesquisa que, neste caso, revelou-se através da presença de uma mulher entrevistando homens. Antes do

início da pesquisa, pensei sobre como o tema me afetaria, já que estaria na condição de uma mulher entrevistando homens que fazem depilação. Pensei também em que medida minha condição de pesquisadora mulher interferiria nas respostas dadas pelos informantes. Algumas pessoas mais próximas indagaram sobre o motivo da escolha do meu tema de pesquisa: "Por que você escolheu isso?"; "Não tinha outro tema pra você fazer, não?".

Em sua obra clássica *A representação do Eu na vida cotidiana*, Goffman (1985) mostra as estratégias utilizadas pelos atores para se apresentarem de maneira mais adequada e positiva ao público observante que, paradoxalmente, é em geral idealizado. Goffman (idem) revela a fragmentação do sujeito em sua tentativa de se mostrar adaptado aos diferentes espaços sociais que frequenta, em sintonia com as características mais valorizadas desses ambientes. Em suma, o indivíduo age como ator, sempre buscando transmitir uma imagem positiva. Acredito que isto auxilie na problematização daquilo que foi silenciado nos depoimentos dos entrevistados.

Conforme o trabalho de pesquisa foi se desenvolvendo, percebi que o meu sexo não impediu que aqueles homens falassem sobre suas experiências com depilação. Agora me pergunto: e se eu fosse homem? Eles teriam me respondido? Creio que a recepção não seria a mesma ou as respostas não seriam as mesmas. Aqui também cabe a pergunta sobre o porquê de esses homens terem respondido ao meu primeiro contato, colocando-se dispostos a serem entrevistados.

### Os discursos sobre a prática da depilação

Cada uma das perguntas utilizadas na entrevista estava relacionada aos objetivos desta pesquisa: verificar nos discursos e/ou nas ações dos atores a possibilidade de articulação entre a construção e a manutenção da masculinidade através da experiência dos entrevistados na prática da depilação. As perguntas feitas nas entrevistas foram do tipo *aberta*, ou seja, as respostas eram livres, não limitadas por alternativas apresentadas, do tipo em que o entrevistado fala abertamente sobre o tema que lhe é proposto. As perguntas foram as mais concretas e específicas possíveis e mais diretamente ligadas à experiência pessoal de quem responde. As contradições e as (in)consistências das respostas contam muito na análise dos discursos apresentados pelos entrevistados, bem como sua concepção sobre a prática da depilação masculina.

As entrevistas aconteceram no mês de outubro de 2006. Elas foram realizadas com homens de variadas idades, profissões e classes sociais. O primeiro entrevistado foi Otávio, [4] "empresário da área financeira", 44 anos, morador de



São Conrado. Faz depilação em clínicas há quatro anos – há um mês é cliente da clínica “A” - e faz o serviço “virilha cavada” [5] e, esporadicamente, as costas. O segundo, um professor de capoeira chamado Henrique. Tem 34 anos e é morador do Méier. Faz depilação no braço e já fez também no abdômen, no peito e nas costas. Realizou esses serviços gratuitamente na clínica “A” porque tem uma “parceria”, um “patrocínio” com a clínica há alguns anos. O terceiro entrevistado foi Raul, que é chefe de expedição e transporte no Mercado São Sebastião, na Penha. [6] Mora em Duque de Caxias e tem 32 anos. Frequenta esta clínica há um ano e faz depilação no corpo todo, menos na nuca e no nariz. Seu gasto mensal com este serviço é de R\$150,00.

A identidade masculina é definida por oposição (Badinter, 1995). Sendo assim, pude perceber no discurso dos entrevistados uma referência à construção e à manutenção da identidade masculina na prática da depilação em relação a três pontos principais: o que os motivou a fazer depilação (“não foi por estética”, “não foi por vaidade”); a masculinidade referida à homossexualidade; a omissão dos entrevistados em face de outros homens sobre o fato de fazerem depilação íntima, o que chamarei aqui de “o não-dito” dos entrevistados. Ser um homem e fazer depilação *é não* fazê-la por vaidade ou estética (beleza); *é não* fazê-la para fins que estejam relacionados à sexualidade; *é não* contar ou omitir para outros homens que faz depilação. Enfim, nestes três pontos aparecem representações sociais de gênero na fala dos entrevistados dirigidos por oposição tanto a homossexuais quanto a mulheres. Desenvolvo a seguir estes três pontos sobre o que é ser um homem e fazer depilação na opinião dos entrevistados.

### **“Homem de verdade” se depila?**

Inicialmente pensei que encontraria em meus entrevistados uma ênfase da prática da depilação nas partes superiores do corpo (peito, costas, abdômen, principalmente) em detrimento das partes inferiores (Sabino, 2000). Isto auxiliaria na reflexão sobre como o discurso da masculinidade poderia estar inscrito também nas partes do corpo que os homens costumam depilar. [7] Através das entrevistas, pude perceber que o discurso sobre masculinidade não estava relacionado às partes do corpo, mas principalmente à motivação que os levou a fazer a depilação, independente da área do corpo. Embora pesquisas na internet divulguem que haja uma preferência dos homens pela depilação nas costas, nos ombros, no peito e no abdômen, os discursos dos três entrevistados revelam experiências diferenciadas em relação às partes do corpo que são depiladas, mas que nem por isso deixam de apresentar narrativas relacionadas à construção/manutenção da masculinidade.

Otávio disse que passou a fazer depilação há cerca de quatro anos atrás porque sua esposa pediu:

Ela ficou no meu ouvido assim, assim, assim [fez movimentos com a mão perto do ouvido], aí eu acabei por agradecer e falei: então, vou lá. E acabei gostando. E aí fui, mas foi por conta dela.

No entanto, no decorrer da entrevista Otávio modificou a motivação, quando lhe perguntei sobre seu objetivo em relação à depilação:

Eu acho que o local fica mais sensível, é uma coisa mais higiênica e são coisas que me agradam. O objetivo é esse hoje em dia. Aumenta a sensibilidade, é muito mais higiênico. Pelo é uma coisa, acho, que é sujo, né? Esquenta, você sua, e depois que você acostuma com aquilo limpo, vamos dizer assim, não consegue que seja diferente. A mulher, a mesma coisa. O homem é que nunca tinha pensado em fazer esse negócio. Mas quando o cara experimenta, é a mesma sensação da mulher, você se sente mais limpo, a ideia é essa.

Desta maneira, Otávio postula certa “igualdade” de gêneros no tocante às vantagens da depilação, expressa pela ideia de higiene, limpeza. No entanto, o entrevistado atribuiu diferentes objetivos intrínsecos à depilação pertinentes a ambos os sexos e, ao questionar-me sobre o motivo pelo qual eu faço depilação, disse:

Mas por que você começou a fazer? Pra ficar mais bonito, não é verdade? Pra se sentir mais bonita, pra que o homem ache ela [a mulher] mais bonita. É isso. Eu não faço pra me sentir mais bonito, eu faço pra me sentir bem, porque, primeiro, eu acho higiênico e, segundo, essa região, fica muito mais sensível ao toque e é muito mais gostosa uma relação quando você sente mais um toque. Então é a combinação dessas duas coisas pra mim.

Em relação ao professor de capoeira, foi interessante perceber como ele era insistente na motivação que o levou a fazer depilação: o trabalho. Desde o meu primeiro contato com o entrevistado através de e-mail, ele já afirmava ter feito não “por estética”, mas “por trabalho”. No contato por telefone, também. E na entrevista essa afirmação repetiu-se por no mínimo seis vezes. Mas disse que tem amigos que fazem por “estética” e ainda, segundo ele, muitos capoeiristas hoje em dia fazem por esse mesmo motivo. O professor foi insistente em comparar sua motivação para fazer depilação – “por trabalho” – com a de outras pessoas, que a fazem por motivos “estéticos”. Este informante foi o único que conferiu relevância ao elemento dor presente no momento da depilação, e comparou-a ao fator “aguentá-la” como algo inerente às mulheres: “[...] fui fazer a depilação, que foi muuuuito mais dolorosa. Eu não sei como é que mulher aguenta isso não”.

A primeira vez que o professor fez depilação foi em um salão de cabeleireiro por indicação de uma amiga que era sua aluna: “[...] Acabei fazendo, entendeu?

Pra experimentar, porque eu acho que se mulher aguentava, a gente podia aguentar. Mas não é verdade. Não aguento não.”

Também comparou as pessoas que “aguentam” fazer depilação, porque apesar da dor “a vaidade é maior”.

Já Raul e Otávio, quando perguntados se sentiram dor ao fazer a depilação, disseram que “faz parte”, “é suportável”. O professor de capoeira disse que fez depilação porque participou de algumas apresentações para emissoras de televisão e o corpo dos capoeiristas era pintado com uma tinta branca que, ao ser retirada do corpo, fazia com que os pelos fossem “arrancados juntos”. Mas, para ele, o coreógrafo decidia também pela retirada do pelo do corpo dos capoeiristas porque

[...] geralmente coreógrafo é homossexual, então, ele entende o seguinte: no corpo sem pelo você vê a definição maior do corpo, você vê o desenho do peito, você vê o desenho do abdômen, então, ele pedia pra gente tirar.

Mas se para o professor de capoeira o fato de fazer depilação esporadicamente está relacionado ao seu “trabalho”, para os outros dois entrevistados ela surge como algo que faz parte da aparência física, cuja responsabilidade é de cada indivíduo. Para Raul e Otávio, ela é vista como um investimento pessoal, um estilo de vida, porque segundo eles não importa o que os outros pensem sobre fazer depilação, “o importante é estar bem”. Está relacionada a este discurso a imagem que os nativos fazem sobre ter pelos. A presença desses pelos é tida por eles como falta de higiene ou cuidado com o próprio corpo. Assim, como propus no início, esse “culto higiênico” realizado através de uma das diversas dimensões de “técnicas corporais” existentes em nossa sociedade, como a depilação, faz com que sem pelos o indivíduo esteja decentemente vestido e cuidado.

A fala dos entrevistados visa à reprodução do corpo biológico, enfatizando-se a higiene corporal e também a preservação de qualidades socialmente valorizadas, como saúde, beleza, apresentação e boa forma através da depilação. Desta maneira, a visão do corpo do outro influencia a percepção que cada um faz do seu próprio corpo. Esta ideia pôde ser registrada na fala de Raul:

o tratamento (da depilação) traz um benefício muito grande, porque meu rosto era envelhecido e hoje é totalmente renovado. Não só pelo rosto, mas pelo corpo também. Sua pele fica mais limpa, seu corpo fica mais limpo. Você tem a necessidade de ser higiênico. Quando eu saio da depilação, eu saio renovado.

Apesar de neste trabalho não me deter nos discursos médicos apresentados por estas clínicas ou centros de depilação, a dona da clínica “A” referiu-se durante a

entrevista ao treinamento das “depiladoras”, que acontece durante “12 semanas, quatro horas por dia, cinco dias na semana”. Ensina-se “a depilar”, “noções de higiene”, “noções de dermatologia” e “comportamento”. Ana explicou melhor dizendo que

As noções de higiene, por exemplo, é para ela saber que tem que descartar todo o material que é usado. A cliente recebe um kit na entrada, ela tem que usar aquele kit, descartar, descartar em lixo, saber que ela tem que estar com o corpo dela sempre limpinho, as unhas limpinhas, o cabelo arrumado, a cabine dela. Todos os dias ela tem que passar um álcool em gel em todas as paredes. São paredes de mdf, que é um material que a gente pode limpar. Ela tem que esterilizar sempre com álcool [...] ela tem que estar com aquela parte totalmente limpa: o ambiente de trabalho e ela, o corpo dela. E noções de dermatologia: ela tem que olhar uma pele que possa depilar ou não, saber que ela não pode depilar em cima de ferida, detectar quando a cliente está com algum problema na pele que não possa se depilar [...] essa é a noção que a gente dá [sobre o] que é dermatologia; a noção do que é foliculite, o que não é, como é um pelo encravado ou não, então, tudo isso ela aprende, além de aprender a depilar.

Os discursos de Raul, Otávio e Ana, dona da clínica, enfatizam que a depilação se justifica por uma questão de higiene. Para Douglas (1976), nossas ideias sobre impureza estão dominadas pelo nosso conhecimento dos organismos patogênicos, conforme demonstrado na fala de Ana. Mas uma interpretação dos atos rituais de higiene tendo apenas como base a sua função prática/médica é empobrecedora, pois as nossas ideias de impureza também são a expressão de sistemas simbólicos (Douglas, 1976). As antinomias pureza/impureza, limpeza/sujeira, contágio/purificação, ordem/desordem são as constantes de uma temática que abrange desde alimentação e higiene até religião e tabus sexuais.

A impureza é uma ideia relativa e nunca um fenômeno isolado. Na depilação, ela aparece através de um discurso no qual a higiene é o produto de uma classificação que pressupõe repelir os elementos não-apropriados. A esterilização da cabine, as noções de higiene pessoal e dermatológica das depiladoras são vistas como imprescindíveis.

### **Depilação masculina e homossexualidade**

A atividade profissional de depilador é normalmente associada a mulheres e de fato as duas maiores e mais famosas clínicas de depilação do Rio de Janeiro – a clínica “A” e a clínica “B” – têm em seu quadro de funcionários depiladores do sexo feminino. Esta foi a questão que mais pareceu incomodar os entrevistados, principalmente o primeiro e segundo, quando os interroguei sobre a possibilidade de fazerem depilação com um depilador homem. Também este discurso apareceu na fala da dona da clínica, que afirmou ter sido procurada diversas vezes por homens que queriam trabalhar como depiladores:

Olha, eu tenho certa preocupação, sabe? Porque aí, quando você admite o sexo masculino, você vai esbarrar naquele depilador afeminado, que talvez possa confundir o lado profissional com o lado pessoal dentro duma cabine com um homem, entendeu? Então, é esse tipo de preocupação: ele querer fazer gracinha com o homem dentro da cabine [...] Eu tenho um pouco de dúvida em relação a isso. A mulher, não. Você trabalha muito em cima do lado profissional dela. Então, é a minha dúvida. Eu acho que não daria certo não. Às vezes eu paro pra pensar aí vem essa dúvida.

Durante a entrevista, o professor de capoeira Henrique disse ter outros amigos que fazem depilação por “estética”: um fez a barba, outro é modelo e “faz por questão de tirar foto”; e há também outros amigos que são homossexuais. Sem saber se esses outros homens me auxiliariam na pesquisa, ele ponderou:

Eu tenho outros amigos que são homossexuais, agora eu não sei se você quer um homem dito homem ou um cara que... o Cláudio faz porque ele é homossexual, é uma outra opção, uma outra coisa. Não sei se pra você é válido.

Ainda durante a conversa afirmou que a depilação que este seu amigo homossexual faz “é diferente”. Perguntei o porquê de ser diferente e ele respondeu:

Não, o dele é diferente, porque assim ele faz como uma questão dele, pessoal, então ele se depila quase todo. Uma outra coisa, entendeu? Eu não estou falando diferente porque ele é homossexual, não, porque pra mim isso não faz diferença, não. Eu falei diferente assim porque você falou que queria fazer com homem. Ele é um homem, só que é homossexual. A questão minha é profissional. A do André é tirar a barba; a dele, não. É pra ter uma coisa mais parecida com mulher, um pouco mais liso, pápápá. Eu não sei, assim, mas eu acho que ele faz o corpo todo, entendeu? Os caras que eu conheço, ditos homens, eles fazem no máximo o peito e o braço, entendeu? Isso a gente pode botar *in off*, ou seja, mesmo gravando, alguns devem fazer glúteos também. A rapaziada vai, faz, porque aparece na televisão, bundinha lisinha, então, os caras vão também na mesma onda, entendeu? Mas isso ninguém fala. Eu também não posso afirmar. Só sei que é peito, braço e perna, ou alguma coisa assim nas costas.

Já o empresário Otávio, apesar de várias vezes insistir no fato de que não tem preconceito contra quem faz depilação em outras partes do corpo, acha que “bicha é quem faz tudo”, e também não faria depilação com um depilador do sexo masculino, porque sua educação é latina:

Eu não faria com um homem. De jeito nenhum! De jeito nenhum! Eu não gostaria. Eu me sinto mais à vontade com uma mulher do que com um homem. Eu sou latino, né? Sou homem. Recebi uma educação de brasileiro, não gosto nem de homem encostando em mim. Não é preconceito não. Eu fui criado dessa forma. Isso já tá dentro, não tem jeito. [...] Eu trabalho com um negócio extremamente estressante, que é o mercado financeiro internacional. Então, resolvi fazer massagem, mas também já faço há anos. Eu não conseguiria fazer massagem com um homem, ficar me pegando, entendeu? Não conseguiria. O que é que é? Não sei. Também não tô nem

preocupado em saber. Eu sei que com a mulher fico relaxado, durmo pra caramba. Mas acho que é isso. Latino não gosta de muita intimidade com homem.

Somente Raul disse que faria depilação com um depilador homem:

Homem [depilador] se existe, não sei. Se existisse, acho que não tem nada a ver. A pessoa está lá pra fazer o serviço profissional. Acho que é demais essa coisa da cabeça das pessoas. As pessoas ficam imaginando. É um profissional que está ali pra fazer o trabalho dele e acabou. Sou muito de não ficar imaginando, sou muito liberal. [...] As vezes as pessoas ficam imaginando, porque o homem que faz depilação é gay. Nada disso. E se for, também acho que não tem nada a ver. Cada um sabe da sua vida. Eu sei da minha. Faço depilação e pra mim não muda nada. Faria depilação com um homem.

Otávio e Raul, que fazem depilação nas partes íntimas do corpo ou em partes que não são frequentemente depiladas em outros homens, justificaram suas respostas sobre a pergunta “O que outras pessoas disseram depois que você fez depilação?”:

Eu não sou muito de conversa. No trabalho eu não posso falar muito da minha vida pras pessoas. Pelo cargo que eu exerço, acredito que ninguém vai se atrever a me perguntar alguma coisa. [...] Não jogo muito bola, nada disso. Não tenho essa dificuldade das pessoas de às vezes entenderem as coisas. Se jogar futebol com a perna toda lisa, o cara vai falar: “esse cara não sei não...”. Vai muito da cabeça da pessoa” (depoimento de Raul).

Já Otávio respondeu: “Não. Não, porque onde eu faço depilação ninguém vê. Então, eu não vou ficar anunciando que faço depilação, não tem sentido”.

Vejo estas respostas como um “não-dito” dos entrevistados que precisa ser analisado e compreendido no que se refere a uma preocupação em não contarem a outros homens os pontos onde fazem depilação, principalmente se essa parte do corpo estiver for uma parte íntima, talvez por temerem ser alvos de piadas ou manifestações que possam questionar sua masculinidade.

Sufrimento e vaidade são tidos como atributos do gênero feminino, atributos estes que se ligados aos homens podem impingir-lhes uma espécie de estigma, que penso boa parte deles não deseja sofrer, afinal, estas características não fazem parte da construção e da manutenção da masculinidade. Ser homem significa: “*não ser* feminino; *não ser* homossexual; *não ser* dócil, dependente ou submisso; *não ser* efeminado na aparência física ou nos gestos; *não ter* relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; *não ser* impotente com as mulheres” (Badinter, 1993). A brincadeira do “Tem pente aí?” (DaMatta, 1997), que consistia em desabusada e grosseiramente apalpar o traseiro do amigo, questionando em tom jocoso “Tem pente aí?!”, exemplifica no plano cultural a construção de uma identidade constantemente ameaçada, posta à prova a todo o momento. Isto fazia

com que certas brincadeiras como esta exigissem um controle constante do corpo, das emoções e dos gestos de quem sofria a agressão. Sendo assim, o poder de vigilância não era exercido somente sobre si mesmo, mas também pelo outro, o que por vezes acarretava categorias de xingamento quando uma das partes não se “comportava verdadeiramente como um homem” ao reagir à brincadeira.

### Considerações Finais

A prática da depilação está inserida nas diversas formas contemporâneas através das quais os indivíduos constroem e fabricam seus corpos. Ela está carregada, portanto, de signos que posicionam os indivíduos na sociedade. Sendo assim, não é exagero falar em nova “moralidade” (Goldenberg, 2002b) também na depilação masculina, pois os modelos de masculinidade são reforçados principalmente em função da finalidade com a qual os entrevistados se depilam.

Pretendi refletir sobre como o ato de fazer depilação masculina relaciona-se à construção e à manutenção da masculinidade através da análise de entrevistas realizadas com três homens que frequentam a clínica de depilação “A”. Ainda que considere que há diferentes técnicas corporais e representações do corpo específicas dessa atitude corporal, por meio das quais o indivíduo faz do seu corpo um produto das suas técnicas e representações (Mauss, 1974), que poderíamos chamar de “as técnicas corporais da depilação”, meu objetivo neste trabalho limitou-se a verificar nos discursos dos nativos como se manifesta a cultura da depilação masculina através de modelos de construção/manutenção da masculinidade.

No decorrer da análise, sugeri que os pesquisados associassem diferentes objetivos à depilação, articulando por meio destes discursos a manutenção e a construção de sua masculinidade em oposição aos objetivos de mulheres e homossexuais quanto a esta prática.

Pude observar nos discursos desses nativos que há a ocorrência de diferentes modelos de masculinidade em função da depilação, e também estigmatização da homossexualidade, hierarquização das partes do corpo que são depiladas e estereótipos associados às identidades de gênero de quem se depila e do profissional que depila, seja ele do sexo feminino ou do masculino. Retomo a relevância da minha condição de mulher ao pesquisar um assunto que diz respeito aos homens e a seus corpos. Ao investigar os significados da masculinidade e da sua manutenção ou não através das práticas corporais, observei que a depilação aparece como prática corporal “gendrificada”. Desta maneira, para os entrevistados, os objetivos intrínsecos à depilação relacionam-se às representações

sociais de gênero e, particularmente, à contestação de determinado modelo de masculinidade.

### **Referências bibliográficas**

BADINTER, E. *XY: Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BECKER, H. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

DAMATTA, Roberto. "Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina". In: \_\_\_\_\_. *Homens*. São Paulo: SENAC, 1997.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLDENBERG, M. & RAMOS, Marcelo. "O corpo carioca (des)coberto". In: Castilho, Kátia & Galvão, Diana. *A moda do corpo, o corpo da moda*. São Paulo: Editora Esfera, 2002.

GOLDENBERG, M. *Nu & Vestido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. "O macho em crise". In: \_\_\_\_\_. *Os novos desejos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MALYSSE, S. "Em busca dos (H)alteres-ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca" In: Goldenberg, M. *Nu & Vestido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MAUSS, Marcel. "Técnicas corporais" In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

MINNER, Horace. "O ritual do corpo entre os Sonacirema" ["Body ritual among the Sonacirema"]. *American Anthropologist*, vol.58:503-7, 1956. Tradução de Eduardo Viveiros de Castro.

SABINO, C. *Os marombeiros*. Construção de corpo e gênero em academias de musculação. Dissertação de mestrado, PPGSA-IFCS-UFRJ, 2000a.

VELHO, G. "Observando o familiar". In: E. O. Nunes (org.). *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

### **Notas**

**[1]** Este artigo é o resultado de um trabalho final de curso da disciplina Antropologia Urbana, ministrada pela professora Mirian Goldenberg no segundo semestre de 2006. Agradeço as críticas e as sugestões feitas por Gilberto Velho e Mirian Goldenberg. Marcelo Silva Ramos auxiliou no roteiro de entrevista.



**[2]** "Metrossexual" é um termo originado nos finais dos anos 1990 proveniente da junção das palavras metropolitano e heterossexual, buscando designar um homem heterossexual urbano excessivamente preocupado com a aparência, que gasta grande parte do seu tempo e dinheiro em cosméticos, acessórios e roupas de marca. O aparecimento recente deste termo está ligado à alteração de comportamento do sexo masculino no final do século XX.

**[3]** A Sociedade dos Amigos e das Adjacências da Rua da Alfândega, SAARA, é uma área de comércio popular a céu aberto, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Composta por 1.200 estabelecimentos comerciais, distribuídos em suas 11 ruas, abrange inúmeros ramos de atividade: confecções, cama, mesa e banho, brinquedos, ferragens, jóias, bijuterias etc.

**[4]** Todos os nomes são fictícios.

**[5]** Segundo a dona da clínica, "virilha cavada" "abrange as laterais, abaixo do saco escrotal e ânus". Já Rômulo disse que "essa parte de cima aqui eu deixo bem batidinha. Todo o restante é que eu tiro. Eu deixo curtinho em cima, só o que fica em volta é que eu tiro".

**[6]** O "mercado de São Sebastião" fica localizado na Avenida Brasil, no bairro da Penha, Rio de Janeiro. Trata-se de um local que congrega várias empresas de distribuição de gêneros alimentícios.

**[7]** Sabino (2000) sugeriu na sua pesquisa sobre construção do corpo e do gênero em academias de musculação que há uma divisão sexual do trabalho muscular entre homens e mulheres.

**Nas asas da memória:  
a Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller**

Alejandra Saladino<sup>1</sup>

**Resumo**

As ações e relações estabelecidas por guardiães da memória contribuem para o desenvolvimento dos processos de reconstrução de memórias e afirmação de identidades. A coleção de livros, documentos e objetos, criada a partir do entusiasmo de dois irmãos adolescentes pela aviação, está sob os cuidados do mais velho, que publica artigos e promove encontros entre ex-aviadores e colecionadores. Assim, este lugar de memória, situado na cidade do Rio de Janeiro, é *locus* de sociabilidade para entusiastas e pesquisadores, afirmando sua condição de patrimônio e sua agência no processo de construção de memória do setor.

Palavras-chave: coleção, guardião da memória e do patrimônio, lugar de memória.

**In the wings of memory:  
the Collection-Library Bernsmüller Brothers**

**Abstract**

The actions and relations established for guards of the memory contribute for the development of the processes of reconstruction of memories and affirmation of identities. The collection of books, documents and objects, created from the enthusiasm of two adolescent brothers for aviation is under the cares of oldest, that publishes articles and promotes meeting between former-aviators and collectors. Thus, this place of memory, situated in the city of Rio de Janeiro, is one locus of sociability for enthusiastic and searching, affirming its condition of patrimony and its agency in the process of construction of memory of the sector.

Key words: collection, memory and heritage's guardian, place of memory.

---

<sup>1</sup> Alejandra Saladino, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, técnica em museologia do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-DEMU/IPHAN.

## Introdução

O passado é de interesse cultural apenas quando ele está ainda presente e pode tornar-se o futuro.  
Edward Sapir

A aviação é um assunto que fascina o ser humano, mesmo que em muitos provoque o pânico mais irracional. Ganhar as alturas foi, desde tempos imemoriais, uma ambição humana, uma mal disfarçada vontade de liberdade e transcendência, inclusive no plano espiritual.<sup>2</sup> Quando finalmente a tecnologia desenvolvida pelo homem foi capaz de produzir um objeto mais pesado que o ar, apto a percorrer grandes distâncias e efetivamente conquistar um novo espaço, muitas noções essenciais tiveram de ser revistas, como o tempo e o próprio espaço. Encurtavam-se distâncias em períodos cada vez mais reduzidos; o sonho de acordar no Rio de Janeiro e dormir em Lisboa era já uma realidade do cotidiano. Mas até hoje intriga, emociona e entusiasma alguns indivíduos, que passam a se envolver em atividades de reconstrução da memória da aviação.

A conquista do espaço aéreo pelo homem foi possível graças aos avanços tecnológicos na área de criação e aperfeiçoamento de ligas de metal, além do *desenvolvimento de novos potenciais energéticos*.<sup>3</sup> Estas e muitas outras descobertas científicas foram produtos da Revolução Científico-Tecnológica, a partir de meados do século XIX. Os novos equipamentos gerados nesse momento invadiram o cotidiano das metrópoles num ritmo acelerado, o que aumentou o fascínio e a perturbação dos indivíduos diante daquelas novidades, símbolos de um porvir dinâmico. De fato, desde a Revolução Industrial, um século antes, estabeleceu-se na sociedade "um processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos"..<sup>4</sup>

O Brasil, uma República então recém proclamada, gravou seu nome como partícipe desse processo desenvolvido pela sociedade ocidental por intermédio de Alberto Santos Dumont, um de seus grandes personagens. Concretizou o sonho acalentado desde tempos imemoriais, que só não foi realizado por Leonardo da Vinci porque a tecnologia e o instrumental da época não lhe permitiram. Santos Dumont conseguiu percorrer distâncias numa máquina mais pesada que o ar sem a

---

<sup>2</sup> JUNG, Carl (org.). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

<sup>3</sup> SEVCENKO, Nicolau. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: \_\_\_\_\_ (org.). *História da vida privada do Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 7-48.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p 7-8.

ajuda de nenhum propulsor. No dia 23 de outubro de 1906, depois de outras experiências, realizou uma corrida no Campo de Bagatelle, na França, despreendeu do solo e voou em linha reta, pousando logo em seguida, sem qualquer avaria. Uma multidão foi testemunhar a façanha realizada com a máquina chamada 14-Bis. Quantas sensações não teriam sido provocadas pelo acontecimento! Todas tangenciam o imaginário da liberdade e também o desejo de preponderância humana sobre a natureza, sobre as limitações impostas *a priori*.

O século XX assistiu igualmente a conquista do ar e a popularização de um novo meio de transporte, que também serviu como máquina de guerra, a glamorização e a decadência do setor. Assim, a aviação, seja militar ou civil, permeou as memórias coletivas das nações.

Distintas são as práticas as quais viabilizam a reconstrução da memória da aviação no Brasil. Ela pode ser fruto de um projeto pessoal de um indivíduo, que procura satisfazer sua curiosidade mergulhando no campo da pesquisa, da documentação e do colecionamento como também partir de indivíduos que partilham de um mesmo projeto, organizados na forma de grupos. Diversos são os grupos que comemoram, no sentido mais amplo da palavra<sup>5</sup> anual, mensal ou semanalmente, as memórias de um tempo considerado por eles glorioso, fundamental para suas vidas. A reunião de pessoas que viveram a conquista do ar, em grupos, dos mais variados perfis, suscita a evocação de lembranças de um contexto e promove a consolidação de traços identitários entre atores, além da constituição do próprio eu.

Neste artigo proponho analisar as ações de reconstrução da memória da aviação brasileira que partem de um achado da minha pesquisa de mestrado<sup>6</sup> defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)<sup>7</sup>, e parto do pressuposto que tal achado, a Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller, é um objeto de estudo que permite refletir sobre questões referentes ao processo de colecionamento, como a constituição e a afirmação de uma identidade, individual e

---

<sup>5</sup> Comemorar é festejar uma lembrança. As comemorações são ritualizações da memória, ou seja, uma conversa rememorativa entre amigos é uma comemoração tanto quanto um evento cívico. As comemorações sobrevivem aos tempos – enquanto forem relevantes para a reconstrução das suas identidades (Fentress & Wickham, 1992:126).

<sup>6</sup> Dissertação intitulada *Lugares e práticas de reconstrução da memória da aviação no Brasil: grupos, acervos e celebrações*.

<sup>7</sup> O gosto pela aviação suscitou a criação de diversos grupos de entusiastas do assunto, tendo como *leit motiv* um movimento de volta ao passado, em busca de lembranças que são reconstruídas coletivamente sobre atividades aviatórias, além da sociabilidade entre atores com um passado e um interesse comum. Este foi o tema de minha dissertação, orientada por Icléia Thiesen, que teve por objetivos caracterizar práticas e grupos, enquanto lugares de memória, bem como a identidade dos atores. O estudo foi desenvolvido segundo a metodologia da História Oral, graças a qual foi possível identificar uma rede de amantes da aviação, cujas trajetórias explicitam a existência de outros grupos, bem como de coleções sobre o tema estudado, além de levantar uma série de práticas, grupos e lugares de memória que constituem os processos de reconstrução da memória da Aviação brasileira.

social baseadas em práticas de reconstrução da memória do setor, bem como na instituição de um lugar de memória.

O tema foi desenvolvido a partir da análise das narrativas, resultantes de quatro entrevistas temáticas, realizadas entre novembro de 2003 e abril de 2004, que obedeceu aos critérios da observação participante e da metodologia da História Oral, o que possibilitou conhecer melhor o tema proposto, mapear o campo e colher ideias e informações.<sup>8</sup> Tal método possibilitou-me a utilização das fontes orais, contemplando com acuidade a maior riqueza que este tipo de fonte traz para as pesquisas em ciências sociais: a subjetividade. É potencialmente responsável “no esclarecimento de pontos e lacunas nas fontes escritas, e na percepção das representações dos atores sociais sobre a própria história”..<sup>9</sup>

Antes de apresentar e analisar o objeto de estudo, teço uma breve reflexão acerca da prática do colecionamento e sua relação com outras categorias classificatórias: os museus e os patrimônios culturais. A seguir, uma breve exposição do panorama no qual foi construída a Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller introduz as reflexões sobre ela e seu guardião.

### **Construindo memórias e identidades: a coleção e sua relação com outras práticas classificatórias**

A prática do colecionamento é ancestral em distintas culturas. Compreende tudo aquilo que entendemos como nosso e, por isso, é uma ação pela qual nos constituímos a nós mesmos, o que explica em parte a afeição ao seu resultado. Mudam apenas os significados e os valores dessa prática atribuídos no bojo dos distintos sistemas culturais, ainda que se configure a partir de perspectivas acumulativas e preservacionistas. Segundo Kristof Pominan,<sup>10</sup> uma coleção é

qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num lugar fechado preparado para este fim, e expostos ao olhar do público.

Assim, a reunião de objetos que configura uma coleção justifica-se pela apreciação visual, conjunto de significantes cujos significados decorrentes de esquemas cognitivos relativos a sistemas culturais específicos se alteram.

---

<sup>8</sup> THOMPSON, Paul. "História Oral e contemporaneidade". *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n 5, v.5, p.9-28, p.254, São Paulo, 2002.

<sup>9</sup> SANTANA, Marco Aurélio. "Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária". *História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.3, p.35-47, jun. 2000.

<sup>10</sup> POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. *Memória e História*. Lisboa: Edição Portuguesa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997. p.51-86, p.53.

Coleção, então, refere-se ao afetivo, tecida na trama entre a materialidade do objeto e a subjetividade da memória. Como discurso, coleção também é poder, pois que produzida em uma arena onde distintos atores disputam e negociam a aquisição dos objetos selecionados, apropriados e excluídos.<sup>11</sup> Produto de relações sociais, renova-se e reinventa-se na dinâmica da história. Resultado de escolhas a partir de um *juízo crítico*<sup>12</sup>, a coleção, no entanto, é um conjunto de bens valorados por meio de diferentes formas de percepção e recepção em contextos específicos.<sup>13</sup>

A dinâmica diacrônica da coleção relaciona-a com outras categorias classificatórias que operam sob a lógica da memória. A prática do colecionamento viabiliza a constituição do patrimônio. Ligado à noção de propriedade herdada, o patrimônio compreende tudo aquilo que recebemos dos nossos e, por isso, da mesma forma que a coleção, nos constitui. Presente tanto nos dons da *kula* dos tobianeses<sup>14</sup> quanto na Roma renascentista,<sup>15</sup> a diferença está nos usos – redistribuição ou destruição no primeiro exemplo e acumulação no segundo<sup>16</sup> – e também nos significados e nos valores a ele atribuídos.

Entre o grupo estudado por Malinowski, está clara a relação entre os bens e a noção de *cotidiano*, pois dele fazem parte. No Ocidente a noção conforma-se ligada ao conceito de *monumentalidade*, pois que gestada na categoria *monumento histórico* na Roma do século XV.<sup>17</sup> A excepcionalidade dos bens como reflexão do tempo e do espaço, decorrente do desenvolvimento do pensamento humanista, fundindo as filosofias antiga e cristã, e da valorização da matriz cultural greco-romana termina por desenvolver o discurso preservacionista e seu aparato teórico-metodológico.

Assim, consolidou-se no Ocidente a relação entre a categoria patrimônio cultural e as noções mencionadas, bem como outras, como o *exotismo* e a *singularidade*. Vale dizer que tanto os conceitos relacionados à ideia do monumental quanto do cotidiano e do prosaico também foram atrelados aos resultados das práticas do colecionamento.

---

<sup>11</sup> VELOSO, Marisa. "O fetiche do patrimônio". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza & SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

<sup>12</sup> REIS E CUNHA, Cláudia. Resenha de RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments. Son essence et as gènesse. Paris: Seuil, 1984.*

<sup>13</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>14</sup> MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico ocidental*. Rio de Janeiro: Abril, 1976.

<sup>15</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

<sup>16</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n.23, p.15-36, Porto Alegre, jan./jun. 2005.

<sup>17</sup> CHOAY, *idem, ibidem.*

Compreendida como ação de *reprodução da criação*,<sup>18</sup> a prática do colecionamento no Ocidente ganhou impulso no século XIX com as expedições científicas decorrentes do imperialismo. Por sua vez, possibilitou a construção dos acervos dos principais museus europeus. Fragmentos, vestígios de outros, ancestrais sistemas culturais e amostras do exótico, do bizarro e do inusitado da vida procuravam compor um discurso de si mesmo, sem pretensão à lógica linear, que talvez pudesse responder às suas questões essenciais, como a origem e a maravilha do ser. Ou, então, a coleção se ocupava de assuntos mais prosaicos, como o deleite, a distinção entre seus pares e o desejo de filiar-se à tradição cultural greco-romana com a intenção de sobrepor-se diante dos demais – isto já no século XV - configurando-se como um fenômeno ideológico. Enfim, em outras palavras, as coleções foram – e são – resultado da busca pelo conhecimento histórico ou científico ou pelo prazer estético, segundo Kristof Pomian.<sup>19</sup>

Assim, é possível identificar outras funções das coleções: a propaganda e a informação. E os generais da Roma Antiga souberam aproveitar esse instrumento, constituído de espólios de guerra, saques, etc., estabelecendo uma hierarquia entre eles; as maiores e mais ricas coleções, expostas em locais públicos ou guardadas nas suas residências, representavam os chefes militares mais poderosos.

Durante a Idade Média, novo ator destacou-se ao formar coleções riquíssimas, com doações da plebe e da realeza; não houve nesse período coleção comparável à da Igreja.

Na Renascença, o fascínio pela tradição cultural helenística e a busca por vestígios de suas origens favoreceram o desenvolvimento tanto do colecionismo – com a criação dos gabinetes de curiosidades, ancestrais dos museus de história natural – quanto da arqueologia.

Assim, nova categoria ordenadora e classificadora foi constituída a partir da prática do colecionamento. E o museu, conjunto de coleções, com a consolidação dos Estados-nações decorrente do Iluminismo e da Revolução Francesa, foi oficializado, além de instituição de memória, como receptáculo do patrimônio cultural onde o povo potencialmente se ilustrava, instrumento político e ideológico com vistas à formação e à valorização das identidades nacionais.

Vale dizer que um olhar mais apurado sobre o museu pode estimular reflexões sobre nossa sociedade, cada vez mais desarticulada e fragmentada pela

---

<sup>18</sup> JENKINS *apud* PAIVA, Andréa Lúcia da Silva. "Museu dos Escravos, Museu da Abolição: o Museu do Negro e a arte de colecionar para patrimoniar". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza & SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p.203-228..

<sup>19</sup> É possível destacar como exemplos de coleções da Antiguidade a coleção de Assurbanipal, composta de troféus de guerra com dois obeliscos e 32 esculturas retirados do Egito, expostos à entrada de Assur, e a de Atalo I, com esculturas e pinturas expostas na Acrópole de Pérgamo.

descontinuidade espaço-temporal,<sup>20</sup> isto porque, segundo Nora, a criação desses lugares de memória representa a perda da faculdade de vivenciar a memória, que fica então restrita aos espaços institucionalizados, aos quais nos remetemos devido ao sentimento de identificação e coesão que eles nos suscitam.

Considerando a memória como elemento fundamental para a coesão social, é possível perceber a importância de vivê-la, mesmo que de forma não natural. Daí a proliferação dos lugares de memória em um contexto onde ela não é mais socialmente vivida, as práticas mnemônicas se perderam pela preponderância da escrita,<sup>21</sup> o espaço é transformado constantemente e os marcos aos quais ela se apega foram transformados em ruína e arrastados para o limbo. Vale destacar que essas celebrações, na forma de arquivos, museus, bibliotecas etc, tendem à ritualização e permanecem graças à criação de uma aura simbólica com a qual são investidas. Essas manifestações, originadas pela vontade de memória, pretendem parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte e materializar o imaterial, a fim de guardar o máximo de sentido num mínimo de sinais.<sup>22</sup> Sendo assim, o lugar de memória tornou-se por excelência instrumento de comemoração.<sup>23</sup>

Todavia, Joël Candau recomenda falar em termos de transformação dos meios de memória em lugar de desaparecimento da memória. A produção dos lugares de memória torna-se “mais comum, dispersada, fragmentada e por vezes inesperada, frequentemente menos visível e menos particular”,<sup>24</sup> uma vez que hoje qualquer indivíduo pode se autoproclamar um guardião de memória e ser reconhecido como legítimo portador pela sociedade. A memória não estaria mais exclusivamente nas mãos dos anciãos. Neste quadro é possível identificar com maior facilidade o caráter mutável, móvel e eletivo da memória.<sup>25</sup> Assim, em tempos de transformação, de comemoração compulsiva do patrimônio, é possível perceber o estabelecimento de uma nova aliança entre memória e presente, este caracterizado como uma “cultura de memória”.<sup>26</sup>

Paul Ricoeur,<sup>27</sup> que compreende os lugares de memória como “inscrições, no sentido amplo, das nossas mediações sobre a escrita e sobre o espaço”, também indica a vontade de memória como o seu princípio. Todavia, o autor levanta a questão do compromisso do lugar de memória como dessacralizador da história, um plenário de discussão e correção, em lugar de confirmar a história

<sup>20</sup> GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

<sup>21</sup> YATES, Francis. *El arte de la memoria*. Madrid: Taurus Ediciones, 1974.

<sup>22</sup> NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*, n.10. São Paulo: PUC, dez/1993. p.7-28.

<sup>23</sup> WOOD, Nancy. *Vectors of memory: legacies of trauma in postwar Europe*. Oxford: Berg, 1999. p.28.

<sup>24</sup> CANDAU, Joel. *Antropologie de la mémoire*. Paris: PUF, 1996. p.117-118.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>26</sup> Wood, *ibidem*, p.32.

<sup>27</sup> RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000. p.532.



oficial.<sup>28</sup> Portanto, o lugar de memória, em tese, pode ser construído para confrontar memórias, oficiais e subterrâneas, visando à ampla compreensão da sociedade.

Lugares de memória são espaços consagrados “à manutenção de uma experiência intransmissível e que desaparece com aqueles que a viveram”,<sup>29</sup> onde as memórias são encarnadas.<sup>30</sup> Enfim, são a materialização e a institucionalização da memória e da identidade. Por isso, as coleções podem ser compreendidas enquanto tais espaços.

As ações que reconstróem a memória podem não ter necessariamente esta intenção. Coletar informações, arquivar e colecionar costumam ser práticas executadas por agentes motivados por um interesse e uma curiosidade particulares, ou por aqueles que têm o intuito de construir um acervo orientado por questões claras sobre o tema e que pretendem transmitir e produzir conhecimento. Em ambos os casos, permeia a vontade de memória a “impaciência absoluta de um desejo de memória”.<sup>31</sup> Detenho-me neste artigo na análise das noções de coleção, arquivo e acervo, focando nas particularidades capazes de trazer luzes para a compreensão dos acervos e das práticas aqui estudados.

Tanto em acervos essencialmente biográficos, quanto naqueles que têm como proposta a conservação de informações sobre o desenvolvimento da aviação no país, aquilo que motiva o ato de guardar é o medo de não deixar marcas, o medo da morte, o medo do esquecimento. Exteriorizando lembranças e experiências na forma de objetos, as chances de uma pretensa imortalização poderiam estar garantidas.<sup>32</sup>

Caracterizei os acervos encontrados em campo, dentre os quais a Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller, e as coleções de documentos os mais variados também como arquivos, também construções pessoais, a partir de leituras e impressões sobre a aviação. Flexibilizando esta noção, posso aproveitar a etimologia da palavra arquivo que, acredito, traz luzes para a reflexão acerca da formação e da intenção dos acervos em questão. Arquivo provém do grego *arkhê*, que significa simultaneamente o *começo* e o *comando*.<sup>33</sup> Mesmo aqueles de ordem pessoal, os acervos unem, identificam, classificam e reúnem signos referentes à categoria de indivíduos que têm a aviação em suas vidas.<sup>34</sup>

---

<sup>28</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>29</sup> Nora, *op. cit.*, p.26.

<sup>30</sup> Candau, *op. cit.*, p.116.

<sup>31</sup> DERRIDA, Jacques. “Mal de Arquivo: uma impressão freudiana”. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 p.9.

<sup>32</sup> Todavia, assim como os indivíduos e a sociedade – *síntese singular de pessoas* – são mortais, suas experiências, tanto as institucionais quanto as pessoais, passam (Vianna; Lissovsky & Sá, 1986: 63-74-75).

<sup>33</sup> Derrida, *op. cit.*, p.11.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p.13-14.

Sendo assim, considero as coleções como discursos que expressam ideias, textos capazes de instituir uma “verdade”, a do próprio narrador, e que, mesmo assim, permitem distintas leituras, ressemantizações e reapropriações por parte dos sujeitos. A reconstrução da memória dos próprios processos de memória da coleção possibilita melhor compreender a sua lógica. Por isso, é necessário ir além do acervo e tentar entender o seu criador, o colecionador, na sua humanidade e no seu contexto, enfim, analisar o responsável pelo texto. Importante também, segundo Derrida, é contextualizar a coleção, contemplando os processos econômicos e políticos que contribuíram para a sua atual configuração.<sup>35</sup>

Assim como Pierre Nora aponta a nossa era como a dos lugares de memória, uma vez que não há mais memória, Derrida assinala que “o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória”.<sup>36</sup> No arquivo não há a experiência viva e interior da memória. Ele, portanto, de acordo com Derrida, seria guiado por uma pulsão de morte, de destruição e de perda, pois a repetição, a compulsão pela repetição, que justamente asseguram a existência do arquivo, são inerentes à pulsão de morte<sup>37</sup> que também pode ser identificada, neste caso, como “mal de arquivo”. Derrida vai além ao afirmar que não haveria mal de arquivo se não houvesse a pulsão de conservação – que é uma pulsão de repetição e, assim, de morte, ou seja, uma pulsão de arquivo.<sup>38</sup>

Poderia se refletir desta maneira acerca dos acervos de maneira geral? Sobre sua existência posso conferir a necessidade de um lugar de consignação, além de uma técnica de repetição e de certa exterioridade.<sup>39</sup> No entanto, acredito no potencial criativo de suas características. Os acervos que, como os arquivos, também têm intenções a nortearem sua formação e divulgação são a imagem construída dos indivíduos, aquilo com que se quer identificar e aquilo que se quer preservar e, muitas vezes, partilhar. Estas formas narrativas de memória são representações da passagem dos indivíduos e dos grupos,<sup>40</sup> são suas referências, as quais encontram a unidade na figura daqueles que as produziram e acumularam.<sup>41</sup> Não há dúvida acerca da repetição. Acredito, isto sim, no potencial criativo desta repetição. As lembranças não vêm da mesma forma, tampouco são

---

<sup>35</sup> Gonçalves, *op. cit.*

<sup>36</sup> Derrida, *op. cit.* p.22.

<sup>37</sup> Pulsão, energia impessoal e atemporal, gerada internamente porém de origem indeterminada, é própria do ser vivo (Hanns *apud* Derrida, 2001). Sua ação constante provoca movimento, uma vez que este estímulo *atinge o nível da consciência* (idem). A pulsão de morte, através de uma compulsão pela repetição, pretende aplacar as inquietações da vida – impulsos sexuais – levando ao estado de estabilidade inorgânica, um estado anterior à vida (Roudinesco; Plon *apud* Derrida, 2001). Nas análises freudianas, identificamos esta pulsão objetivar o Nirvana através da agressão e da destruição, rejeição às pulsões da libido, ou seja, da vida.

<sup>38</sup> Derrida, *op. cit.* p.32.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p.22.

<sup>40</sup> VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. “A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados”. *Arq. & Adm.*, 10-14, p. 62-76, Rio de Janeiro, 1986.

<sup>41</sup> *Idem ibidem*, p.65.

evocadas pelas mesmas situações e pessoas, e estas podem buscar, descobrir e divulgar um sem-fim de dados e variadas versões sobre um mesmo assunto, dependendo da questão norteadora e da metodologia, por exemplo.

Sempre colecionamos a nós mesmos. O colecionamento é um processo de construção identitária, um culto do eu através da coleção, do papel de guardião da memória. E nossa memória, historicizante e historicizada, precisa de lugares e práticas onde se apoiar. A coleção se constitui e se transforma através de um conjunto de práticas sociais e culturais,<sup>42</sup> como a reunião, a troca de informações, a historicização da vida, a aquisição e a manutenção de objetos, a constituição e a afirmação de uma identidade. Nela, é possível perceber uma relação incompleta entre o discurso do colecionador e sua experiência.<sup>43</sup>

Uma vez que a coleção nos faz refletir sobre uma série de questões referentes à memória e ao patrimônio, sobre a maneira como uma sociedade classifica, é importante, para estudos nesta área, tomá-la como um texto (narrativa e visual) construído para passar uma ideia e refletir sobre as categorias deste discurso. Para compreender todo o processo, é também necessário pensar nas relações sociais estabelecidas através da coleção, por que se coleciona determinada categoria de objetos, bem como nas ausências da coleção, no que não está exposto.

Para não reificar certas categorias e processos, é relevante relativizar, problematizar a coleção para evitar o discurso do culto, uma vez que os objetos, que remetem a imagens visuais, podem ter outras vidas além de representarem ideias. É necessário pensá-los de outra maneira, a partir deles e não só da cultura, para compreender melhor os processos de patrimonialização, construção de memórias coletivas e constituição de identidades.

Na coleção é possível identificar objetos de valor - valores distintos que significam raridade / excepcionalidade ou noções mais afetivas, ligadas àqueles que evocam histórias pessoais, por exemplo. Mas, o que se transforma em um valor? A ação de valorizar um objeto e não outro diz muito do sujeito, do colecionador, embora não baste a sua vontade para a consagração do objeto. O aceite de seus pares, a confirmação do campo são necessários também, e estas ações igualmente dirão muito sobre o grupo, sobre a sociedade em geral. Sendo assim, "todas as coleções incluem hierarquias de valor, exclusões e territórios governados por regras do eu".<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> Gonçalves, *op. cit.*, p.26.

<sup>43</sup> ABREU, Regina. *A fabricação do imortal. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco / Lapa, 1996.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, p.71.

A coleção, reunião de objetos cuja funcionalidade lhes é extraída, tem um valor de troca e é constituída através de atividades individuais e coletivas associadas à acumulação e à preservação.<sup>45</sup> Tais atividades são referentes a sistemas que classificam, que ordenam. Sendo assim, pelas próprias práticas que compõem o processo de colecionamento, a coleção está ligada a sistemas de classificação, no caso a memória e o patrimônio.

A coleção, movida pelo desejo do ter, o é também por anseio pela eternidade, numa luta contra o esquecimento. Igualmente é uma instituição que funda o espaço de um eu - individual e coletivo - almejando uma permanência. Com o enfraquecimento de instituições como o Estado e a Igreja, a “acentuada fragmentação da vida coletiva e a crescente valorização do indivíduo”,<sup>46</sup> nos vimos impulsionados a fixar nossa memória em marcos que a preservassem, e que identificassem e legitimassem o grupo ao qual pertencemos, uma vez que os grupos já não tinham mais condições de gerir suas próprias memórias coletivas. São estes marcos a que Pierre Nora se referiu como lugares de memória, grupos, celebrações, arquivos, museus e outros que expressam a utopia da sociedade, “a busca de uma memória coletiva enquanto lócus da tradição, o resgate dos laços de continuidade”.<sup>47</sup>

O estudo das coleções ora tangencia, e muitas vezes perpassa, as questões sobre a constituição dos museus e dos patrimônios culturais. Categorias que se referem às práticas de ordenamento do mundo a partir de um olhar classificatório e pela composição de discursos através da cultura material nos impõem o enfrentamento de um dilema, pois que gestado na ambiguidade da prática mnemônica - a relação entre *Mnemosine* e *Lette* - entre o lembrar e o esquecer; o incluir e o excluir; a pulsão de vida e a de morte; a ação pelo esquecimento e a reação pela lembrança.

Assim, o estudo das categorias supracitadas exige flexibilidade e amplitude de análise, pois perpassa distintos campos entre os quais devem ser construídas pontes. O colecionismo nos impõe um olhar econômico da cultura e uma análise cultural da economia; a filosofia da jurisdição e a jurisdição filosófica; perceber os processos sociopsicológicos de construção de identidades e a semiótica dos bens culturais. Enfim, é necessário um olhar transversal, transdisciplinar, pois que se trata de uma categoria complexa tanto no âmbito conceitual quanto no funcional.

### **Criador e criatura: uma constituição dialética**

Bem aventurado o colecionador!  
Bem aventurado o homem privado!

---

<sup>45</sup> Gonçalves, *op. cit.*, p.25.

<sup>46</sup> Abreu, *op. cit.*, p.202.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*, p.203.

A família Bernsmüller, de imigrantes alemães, em busca de ares mais amenos e pacíficos do que aqueles da Europa entre guerras, fixou residência em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Assim como outras famílias gaúchas nas décadas de 1940 e 1950, contava o tempo pela passagem dos aviões da VARIG em direção às instalações da empresa na Ilha Grande dos Marinheiros, a poucos quilômetros do centro da capital gaúcha.<sup>48</sup> A presença cotidiana deste meio de transporte exerceu nos irmãos Bernsmüller, brasileiros natos, grande fascínio.

A Viação Aérea Rio Grandense - VARIG foi fundada em 7 de maio de 1927 pelo ex-oficial alemão Otto Ernst Meyer, em assembleia geral realizada na Casa Bromberg, sede da Associação Comercial do Rio Grande do Sul, com a participação de 550 acionistas. A companhia operou até a Segunda Guerra Mundial na região Sul “com uma demanda de tráfego bastante modesta como consequência dos eventos políticos e econômicos que marcaram profundamente o Brasil na primeira metade da década de 1930”.<sup>49</sup>

O afastamento de Meyer da presidência da VARIG, substituído por Ruben Berta, a aquisição dos excedentes da Segunda Guerra Mundial - equipamentos vendidos ao setor privado com muitas facilidades, levando à fundação de diversas companhias aéreas nacionais, a maioria delas ativas durante curtos espaços de tempo, sendo depois absorvidas pelas maiores, como a Viação Aérea Real – e a compra dessas pequenas empresas pela companhia aérea gaúcha foram elementos decisivos para o seu desenvolvimento. Outro aspecto que favoreceu a aviação brasileira de maneira geral refere-se à oferta de pessoal qualificado para operar nas companhias aéreas, os pilotos civis que colaboraram na patrulha da costa brasileira e no Correio Aéreo Nacional.

Germano, o filho mais velho, passou a escrever às companhias aéreas solicitando cartões postais dos aviões e outros brindes, como lápis e prospectos. Deu-se assim o início de uma coleção que constituiu memórias e identidades familiares.

A paixão pela aviação ganhou consistência quando da primeira viagem de avião da família, com destino a Hamburgo. As trinta e nove horas da viagem rapidamente passaram, tamanho era o entusiasmo dos Bernsmüller em rever a

---

<sup>48</sup> FLORES JUNIOR, Jackson. *VARIG: uma estrela brasileira*. Rio de Janeiro: Action Editora, 1997. p.110.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, p.27.

família e desafiar as limitações do homem que o aferram a terra. A mãe, que anotou os horários de chegada e partida das escalas da ida, inspirou o filho mais velho a anotar os horários da viagem de volta.

O passatempo infantil ganhou consideráveis proporções ao passo que a aviação comercial desenvolvia-se. O irmão mais velho começou então a anotar os prefixos dos aviões que sobrevoavam sua casa e, em 1950, foi ao morro do Chapéu, nas cercanias de Porto Alegre onde a família Bernsmüller vivia, para ver de perto o local de um acidente ocorrido com uma aeronave da Panair do Brasil.<sup>50</sup> Voltou para casa com um pedaço dos destroços do aparelho, *souvenir* que guarda até hoje.<sup>51</sup>

A curiosidade e a paixão pelo tema - em especial pelas companhias aéreas brasileiras - cresceram, pois que partilhados com os irmãos mais novos, Martin e Dankwart, que já desenvolviam o gosto pelo ato de colecionar, mantendo, com Germano, uma coleção de selos raros. Sobre a época, diz o colecionador: “Na década de 1950, eu escrevia para as empresas aéreas para pedir fotografias ou qualquer coisa, mas não era uma coisa tão sistemática”..<sup>52</sup>

Os jovens cresceram e não perderam o apreço pela aviação. Dankwart, o mais novo dos irmãos, seguiu a carreira acadêmica, servindo-se dos seus conhecimentos em línguas estrangeiras para ajudar os outros a levarem adiante o *hobby*. Martin tornou-se comandante da VARIG e atualmente mora em Porto Alegre. Germano, depois de se dedicar a outras atividades, fixou residência no Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, e tornou-se aeroviário, responsável pelo planejamento de voo de diversas companhias, como Cruzeiro do Sul, Aerolineas Argentinas, Pan American Airways e Lufthansa. Como irmão mais velho, tornou-se tutor da coleção, reunida em sua casa, e desde que se aposentou, em 1997, dedica-se exclusivamente a ela.

---

<sup>50</sup> A Panair do Brasil, subsidiária da Panamerican Airways, fundada em 1929, teve suas operações encerradas mediante um despacho do presidente Humberto Castelo Branco, em 10 de fevereiro de 1965; suas linhas internacionais passaram a ser operadas pela VARIG, de Rubem Berta. É interessante destacar que a *Família Panair* - ex-funcionários reunidos por Rodolfo da Rocha Miranda, diretor do Grupo Rocha Miranda - celebra anualmente um encontro para evocar lembranças dos tempos em que a companhia operava nas Américas, na Europa e no Oriente Médio.

<sup>51</sup> O acidente ocorrido em 28 de julho vitimou quarenta e três passageiros e seis tripulantes, dentre os quais o comandante Eduardo Henrique Martins de Oliveira, o Edu, um dos chefes do Clube dos Cafajestes, turma de jovens da zona sul do Rio de Janeiro que marcou época nas décadas de 1940 e 1950. Os remanescentes deste grupo ainda se encontram periodicamente nas areias do posto seis de Copacabana.

<sup>52</sup> Germano Bernsmüller, entrevistado em 9/11/2003.

Depois do seu ingresso na aviação comercial, em 1964, a coleção, que tinha um perfil de coleção de criança,<sup>53</sup> evoluiu, seguindo um rumo que origina a coleção *governada por regras*,<sup>54</sup> uma vez que o colecionador, ciente de que não pode ter tudo, passa a “selecionar, ordenar, classificar em hierarquias, para fazer 'boas' coleções”.<sup>55</sup> Além do mais, ficou mais fácil para Germano adquirir manuais das companhias aéreas, livros e objetos sendo um profissional do setor e partilhando de espaços de sociabilidade com outros entusiastas da aviação, como o próprio local de trabalho.

Germano Bernsmüller é responsável pelo acervo, composto de livros, revistas, modelos e maquetes, fotos e objetos, como cinzeiros, menus, manuais, livros técnicos, xícaras e todo o tipo de objeto referente à aviação comercial.<sup>56</sup> Pela variedade de objetos, denominou sua coleção de *Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller*. Ela está concentrada nas salas e no quarto transformado em biblioteca da casa onde vive desde 1973. Há ainda objetos do acervo guardados em seu quarto e no do filho mais velho.

A coleção é dedicada à aviação comercial brasileira, com ênfase nas décadas de 1940 e 1950. Sobre os motivos que levaram à escolha do tema, Germano comenta:

O critério que nós,, os três irmãos, adotamos - as companhias aéreas - é porque a aviação militar, por exemplo, está resguardada. O Brasil pode ter certo orgulho, porque nós temos de 90% a 95% da aviação militar resguardada, especialmente no MUSAL, no Campo dos Afonsos..<sup>57</sup> Existem outras unidades que têm preciosidades. Nós temos um bom nome no mundo. Agora, a aviação civil está abandonada, de certa maneira.<sup>58</sup>

As visitas à coleção são marcadas com Germano em grupos de no máximo quatro pessoas. A maioria dos visitantes é de entusiastas da aviação, pares dos irmãos Bernsmüller. No entanto, Germano atende também a professores e a alguns alunos do bairro, confirmando o potencial da coleção como um sistema de trocas sociais e simbólicas entre distintas categorias sociais.<sup>59</sup>

---

<sup>53</sup> Nas coleções das crianças observamos as ranhuras da obsessão, o indivíduo se exercitando no sentido de se apropriar do mundo, de reunir as coisas em torno de si com gosto e adequadamente (Clifford, 1994: 70), quer dizer, identificando-se e inserindo-se nos grupos.

<sup>54</sup> CLIFFORD, James. “Colecionando arte e cultura”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.23, p. 69-89, IPHAN, Rio de Janeiro, 1994.

<sup>55</sup> *Idem ibidem*.

<sup>56</sup> Entrevista concedida em 26/8/2004.

<sup>57</sup> Campo dos Afonsos: situado na região Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é considerado o berço da aviação brasileira, pois em 1911 foi ali instalado o Aeroclub Brasileiro e, em 1941, com a criação da Força Aérea Brasileira, a Base Aérea dos Afonsos.

<sup>58</sup> Entrevista concedida em 09/11/2003.

<sup>59</sup> Gonçalves, *op. cit.*, p.24.

Além do esforço de orientar o perfil do acervo para a edificação e a instrução do colecionador e dos espectadores motivados pelo tema, é possível identificar também o “mundo invisível do qual falam mitos, narrativas” e histórias.<sup>60</sup> O ato de colecionar, guardar, transmitir e divulgar parece pretender construir uma história da aviação comercial no Brasil, fixando períodos *a partir de* “marcos políticos relativos ao estabelecimento da aviação comercial (...) não no sentido de estabelecer a verdade, mas de afirmação de valores”.<sup>61</sup> Assim, comprometido com a luta contra o esquecimento e a morte, fundamentada no desejo de posse e de compartilhar, sua coleção, “teatro de memória, dramatização de passados coletivos ou individuais”, segundo Philipp Blom, parece projetar uma paixão.<sup>62</sup>

Um traço marcante em alguns colecionadores, especialmente em Germano, é a necessidade e o desejo de se reunir com seus pares, amantes da aviação, formando desta maneira redes com participantes de todos os continentes, nas quais as informações são recebidas, verificadas, certificadas e repassadas. O colecionador passou então a integrar diversos grupos – presenciais e virtuais - com o objetivo de trocar dados e objetos, construindo assim memórias da aviação comercial e aumentando o número de objetos da sua coleção. Aqui fica evidente o movimento das relações estabelecidas entre o colecionador e seus pares: dádivas trocadas e necessidade de retribuí-las:<sup>63</sup> para além da posse, há o desejo de compartilhar a coleção, o conhecimento e as memórias.

Germano participa assiduamente dos eventos promovidos pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - INCAER, lugar de memória da aviação brasileira, situado no Rio de Janeiro, onde se situava o hangar dos hidroaviões do Aeroporto Santos-Dumont, e promove encontros entre entusiastas da aviação em outros grupos e em sua casa.

Germano Bnersmüller enquadra-se numa categoria de agentes na qual observei, em minha pesquisa de campo, uma preponderância do projeto individual sobre o coletivo. O que mobiliza esses indivíduos a se relacionarem e a trocarem informações, experiências e objetos são o desejo e a disputa por um capital simbólico, um *status* perante seus pares, um desejo de eternidade, de ligar-se a algo que consideram importante. Há também uma diferenciação entre

---

<sup>60</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>61</sup> Abreu, *op. cit.*, p.181.

<sup>62</sup> *Jornal do Brasil*, 2/8/2003, Caderno Ideias, p.3.

<sup>63</sup> MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Pedagógica Univ., 1973.



colecionadores comprometidos com a divulgação da memória da Aviação brasileira – caso de Germano – e colecionadores *strictu sensu*, mobilizados quase que exclusivamente para o desenvolvimento da sua pesquisa e que parecem privilegiar o caráter simbólico e pecuniário do seu acervo.

Sobre a composição de grupos de entusiastas pela aviação – compreendidos enquanto espaços de relações<sup>64</sup> - vale destacar a capacidade que possuem de imprimir sua marca nos indivíduos. Nesses espaços são travadas disputas, negociações e ali é estabelecida uma hierarquia, pautada na representatividade, na detenção do capital simbólico. A hierarquia é negociada e instituída no grupo contanto que assegure a defesa dos interesses da maior parte dos membros, como a legitimidade enquanto grupo de especialistas da memória da aviação.

Vale ressaltar que Germano e Martin, principalmente, desenvolveram o gosto pela pesquisa juntamente com a coleção, o que a enriqueceu sobremaneira com dados colhidos de forma mais sistemática e segundo certa lógica, pautada em questões que mobilizavam ambos. Assim, os Bernsmüller destacavam-se não apenas pelo conjunto de objetos e informações recolhidas, mas constituíam-se enquanto referências sobre o tema, publicando artigos sobre aviação em revistas temáticas, prestando, graciosamente, serviços de consultoria a pesquisadores, jornalistas e para as próprias companhias aéreas, e colaborando com estudos acadêmicos. Sobre este aspecto, é importante destacar que na Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller, ainda que palco, cenário do destino<sup>65</sup> especialmente de seu guardião, estão preservados os valores funcional e utilitário das publicações.

Suas ações nesse sentido giram em torno da pesquisa sobre as companhias aéreas brasileiras, da retomada de um índice - iniciado na década de 1970 - da identificação e da catalogação de fotos e da compilação de uma cronologia das empresas aéreas brasileiras. Preocupado não apenas com o futuro da sua coleção, mas com as de seus pares, tenta mobilizar, como anteriormente mencionado, entusiastas mais jovens que possam se dedicar à aquisição e à pesquisa daquilo que ele não pode dar conta.

Embora mantendo uma postura reflexiva quanto à sua coleção e preocupado com seu discurso (já que lhe interessa a preservação e a transmissão das informações), o colecionador favorece ainda mais o desenvolvimento do quadro acima esboçado ao guardar em envelopes tudo o que lhe cai nas mãos referente a outros assuntos da aviação, para repassar àqueles que tenham maior interesse por eles. Assim, embora mantenha a lógica temática da sua coleção e preserve seu

---

<sup>64</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.137.

<sup>65</sup> BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

sistema classificatório, compromete-se com a preservação da memória da aviação e com a manutenção e a consolidação das redes de entusiastas e demais colecionadores.

Germano Bernsmüller, disseminador de informações e elo entre amantes da aviação, comprometido com o efeito multiplicador para que a memória da aviação comercial tenha garantida a sua permanência através de jovens entusiastas, tem atualmente sonhos e inquietações. Deseja publicar um livro de fotografias dos aviões comerciais das companhias aéreas brasileiras e garantir a manutenção da sua coleção, promovendo inclusive oficinas de maquetes de aviões e alguns cursos temáticos. Embora estabeleça contatos com as mais distintas instâncias, ainda não conseguiu sistematizar o projeto do livro, nem acordar com alguma instituição cultural um apoio para a catalogação e a conservação do seu acervo.

Para tentar custear certas despesas, como a aquisição de novos objetos e a manutenção do ar condicionado, certa vez procurou confeccionar e comercializar cartões postais com fotos de aviões raros, mas desistiu quando estes começaram a ser copiados. Além disso, preocupa-se com a pouca troca entre os entusiastas: “poderíamos ser mais articulados e repassar mais informações, evitando que dois corresse atrás dos mesmos dados”.<sup>66</sup> Assim, observando todas as suas práticas, é possível perceber que, ao colecionar, o agente não está só, uma vez que há o estabelecimento de uma série de relações, a construção de alteridade e subjetividade num processo dialético.

### Considerações finais

O ambiente dos objetos privados e a posse destes – dos quais as coleções constituem uma manifestação extrema – é uma dimensão da nossa vida que é tão essencial quanto imaginária.  
Tão essencial quanto os sonhos.  
Baudrillard

A Coleção Biblioteca Irmãos Bernsmüller se constitui e se transforma através de um conjunto de práticas sociais e culturais,<sup>67</sup> como a reunião, a troca de informações em nível familiar, profissional e privado, a historicização da vida, a aquisição e a manutenção de objetos, a constituição e a afirmação de identidades individual e coletiva, considerando que o ato de colecionar tem sido há muito “uma

---

<sup>66</sup> Entrevista concedida em 26/08/2004.

<sup>67</sup> Gonçalves, *op. cit.*, p.26.

estratégia para a distribuição de um eu, uma cultura e uma autenticidade possessivos”,<sup>68</sup> enfim, para a constituição de uma identidade individual e coletiva. É sobre isto que se fundamenta o investimento do colecionador.

Considerada enquanto lugar de memória, é necessário, todavia, ressaltar suas especificidades, uma vez que tal espaço é constituído por vivências e memórias partilhadas em família, nas quais o público e o privado se fundem e confundem. Assim, a partir de tal perspectiva, a história familiar e a história da aviação comercial brasileira se entrelaçam.

Na Coleção Biblioteca Irmãos-Bernsmüller é possível perceber uma relação incompleta entre o discurso do colecionador e sua experiência,<sup>69</sup> uma vez que coleção e colecionador constituem um jogo de concentração e dispersão de fragmentos num processo inacabado e inacabável. Tendo em vista as práticas e as intenções do colecionador, bem como o perfil do acervo aqui analisado, é possível identificá-lo como um patrimônio histórico, considerando-o produto do colecionamento, das ações de classificar, selecionar e ordenar - ressaltando o seu potencial para tornar-se um acervo público, absorvido no futuro por uma instituição cultural, um outro lugar de memória, este sim, provavelmente, “não-natural”, no sentido da primazia da história e na total perda da experiência.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco / Lapa, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.137.

CANDAU, Joel. *Antropologie de la mémoire*. Paris: PUF, 1996.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n 23, p. 69-89, IPHAN Rio de Janeiro, 1994.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.9.

FLORES JUNIOR, Jackson. *VARIG: uma estrela brasileira*. Rio de Janeiro: Action Editora, 1997. p.110.

---

<sup>68</sup> Clifford, *op. cit.* p.71.

<sup>69</sup> Abreu, *op. cit.*

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n.23, p.15-36, Porto Alegre, jan./jun. 2005

------. "Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade". *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 8, p. 21-34, Rio de Janeiro, 1999.

JUNG, Carl (org.). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Pedagógica Univ., 1973.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, p. 7-28, PUC São Paulo, dez/1993.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva. "Museu dos Escravos, Museu da Abolição: o Museu do Negro e a arte de colecionar para patrimoniar". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza & SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p.203-228.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. *Memória e História*. Lisboa: Edição Portuguesa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997. p.51-86.

REIS E CUNHA, Cláudia. Resenha de RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments. Son essence et as gênese*. Paris: Seuil, 1984.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000. p.532.

SANTANA, Marco Aurélio. "Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária". *História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.3, p.35-47, jun. 2000.

SEVCENKO, Nicolau. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: \_\_\_\_\_ (org.). *História da vida privada do Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.7-48.

THOMPSON, Paul. "História Oral e contemporaneidade". *História Oral: revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.5, v.5, p.9-28, São Paulo, jun. 2002.

VELOSO, Marisa. "O fetiche do patrimônio". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza & SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. "A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados". *Arq. & Adm.*, 10-14, p.62-76. Rio de Janeiro, 1986.

WOOD, Nancy. *Vectors of memory: legacies of trauma in postwar Europe*. Oxford: Berg, 1999.

YATES, Francis. *El arte de la memoria*. Madrid: Taurus Ediciones, 1974.

**Outras fontes**

*Jornal do Brasil*, 2/8/2003, Caderno Ideias, p.3.

Resenha

***O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da gripe aviária<sup>1</sup> - Mike Davis***

Por Messias Basques Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social -Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCar)

***Sobre vírus, aves e homens: as personagens de uma epidemia***

A essência da ameaça da gripe aviária é a de que uma gripe mutante e de virulência horripilante – evoluída e agora entrincheirada em nichos ecológicos recentemente criados pelo agrocapitalismo global – está em busca de um novo gene, ou dois, que permitirão que viaje a velocidade pandêmica por uma humanidade densamente urbanizada e majoritariamente pobre (Davis, 2006: 15).

Ninguém se lamenta à beira do túmulo de uma abstração [...].

Ora, quantos de nós seríamos capazes de recordar quando ocorreu o último surto de gripe aviária? Quantas foram as vítimas e quais foram as providências tomadas? Quais as personagens desses tristes episódios? E, por acaso, nossa atenção quis reter algo mais dos noticiários do que suas imagens (tão distantes e sensacionais)? Limitamo-nos a ler as manchetes sobre epidemias ocorridas alhures com a pressa de quem busca, nas matérias dos jornais, alguma informação que nos diga se seremos, ou não, as próximas vítimas. Dentre essa miríade de espectadores, quantos teriam se lembrado de questionar as condições de possibilidade de tais ocorrências e seus responsáveis? Como assinalou Albert Camus, “um morto não tem substância, a não ser a de quem realmente o viu morto; cem milhões de cadáveres espalhados pela história não passam de uma nuvem de fumaça na imaginação” (*A Peste*, 1980:38).

Mike Davis, autor bastante conhecido entre urbanistas e aqueles que costumam tomar as cidades, seus fenômenos e problemas como objetos de estudo, atualmente é professor de “Escrita Criativa” na Universidade da Califórnia, campus Riverside. E tal atribuição docente – tão presente sobretudo como virtude em seus diversos livros, cujos temas denotam seu pendor à interdisciplinaridade – pode ser

---

<sup>1</sup> Edição original: DAVIS, Mike. 2006. *The monster at our door*. San Diego: New Press, 192pp

vislumbrada neste seu livro, no qual o autor procura desvendar as questões acima referidas à luz de um impressionante trabalho de investigação e descrição dos discursos científicos, sociológicos e historiográficos a respeito de uma personagem que há muito se nos tornou familiar, ao menos pelo nome: *o vírus H5N1*; mais conhecido como o vírus da gripe aviária.

O autor dá início à narrativa acerca da aparição desta ameaça relembrando-nos das misteriosas mortes que acometeram os criadouros de galinhas na pequena aldeia chinesa de Ban Srisomboon. No final de agosto de 2004, a gripe aviária se conflagrou como nunca dantes, ainda que estivesse se esgueirando insidiosamente pela Tailândia desde novembro de 2003. Sua identidade genética, uma placa denominada “H5N1”, fora reconhecida pela primeira vez em Hong Kong, no ano de 1997. Mas o surto que incidiu sobre a aldeia de Ban Srisomboon culminou num extermínio sem precedentes de aves que, em sua maioria, pertenciam a pequenos agricultores ou criadores terceirizados, os quais foram, num instante, destituídos de seus meios de subsistência. Em face deste cenário, as zonas rurais do sudeste da Ásia viram-se envoltas numa aura de apreensão e amargura.

Naqueles dias, com a disseminação da gripe aviária entre crianças e adultos, equipes de homens usando máscaras de gás e trajes de biossegurança circulavam nervosos em Ban Srisomboon, tida como uma *zona vermelha*, para abater, ensacar e enterrar todas as aves que restassem. E o pânico que tal cenário suscitava era assim disseminado entre os aldeões, os quais passaram a se evitar mutuamente e, ao primeiro sinal de tosses e espirros, dividiam-se entre os hospitais e os monges locais, a fim de extirpar de seus corpos o vírus, ou *espíritos malignos*, que os acometia.

Conforme ilustra a epígrafe que dá início à presente resenha, diferentemente dos recintos laboratoriais e suas condições de isolamento ideal de vírus e outros viventes do mundo microscópico, temos produzido nichos mais que perfeitos a uma acelerada evolução e transformação da já extraordinária mutabilidade darwiniana da gripe, convertida assim numa das forças biológicas mais perigosas de nosso planeta sitiado (Davis, 2006:15). Para Mike Davis, este é um cenário que há tempos vem sendo (silenciosamente) erigido pelos estilos de vida contemporâneos, fundados em choques ambientais por nós induzidos, que se estendem do turismo além-mar, da revolução na criação de animais em cativeiro por mega-corporações, à urbanização do Terceiro Mundo e ao crescimento exponencial de habitações precárias, como as favelas.

Pete Davies, em seu *The Devil's Flu* (2000), definiu a agência da gripe aviária nos seguintes termos: “Essencialmente, é uma forma destrutiva de invasão molecular; a gripe entra no prédio, burla a segurança, pega o que quer; e destrói o

lugar ao sair” (Davies, 2000:75). Em resumo, poderíamos definir o ciclo viral como uma replicação inicial e vigorosa que se dá no trato intestinal de aves jovens, sendo em seguida excretado abundantemente na água. Daí resulta uma sopa viral que poderá vir a ser ingerida por outras aves, até que um terço dos patos e dos gansos jovens que partilham deste *habitat* esteja produzindo a gripe. E a ameaça pandêmica surge especialmente desta capacidade ultrarrápida de adaptação evolutiva (Davis, 2006:18). São três os tipos de gripe que daí decorrem: aqueles reconhecidos como B e C foram domesticados pela prolongada circulação em populações humanas, mas o tipo A ainda nos é altamente perigoso e, embora seu reservatório principal continue a ser os patos e as aves aquáticas, ele se encontra em seus primeiros estágios de cruzamento para seres humanos, além de outras espécies de aves e mamíferos.

Um livro como este nos dá mostras daquilo que alguns antropólogos das ciências (cf. Bruno Latour & Steve Woolgar, *A vida de laboratório*, 1997) têm reconhecido como *agências não-humanas*, ou seja, capacidade de ação e intencionalidade de outras formas de vida – o que não configura um preciosismo do vocabulário antropológico, nem tampouco mero rendimento retórico, mas antes a concretude de toda uma *sociedade* que nos passa despercebida justamente por ser da ordem do *infinitesimal*, do microscópico. Com efeito, o relato traçado por Mike Davis demonstra que a gripe A se reinventa como uma nova doença contra a qual não temos memória imunológica de proteção, ou para dizer conforme o jargão epidemiológico, em contraste com vírus mais estáveis, como o da varíola, ela é uma doença constantemente emergente (Davis, 2006:19).

Não bastasse a singularidade letal deste vírus, a história epidemiológica que o circunda atesta que as epidemias de gripe e as pandemias em geral surgem no sul da China, onde um número imenso de porcos, patos domésticos e aves aquáticas selvagens vivem em tradicional intimidade ecológica (*ibidem*:27). O que agrava este quadro é o fato de que os únicos medicamentos eficazes na prevenção ou na moderação do início agudo da gripe aviária se encontram sob a chancela das patentes detidas por poucos (e poderosos) conglomerados farmacêuticos, o que torna o acesso restrito, limitando sua distribuição.

A história das epidemias é sempre uma história envolta num silêncio que as relega às vagas lembranças dos números totais de vítimas, mas que por isso mesmo parece velar também o fato de que, tal como na gripe espanhola de 1918-1919, as pandemias globais são uma constelação de epidemias individuais, cada qual formada pelas condições socioeconômicas e de saúde públicas locais. Para muitos, a gripe espanhola foi “o primeiro grande choque entre a natureza e a ciência moderna” (Barry, John. *The Great Influenza*, 2004:5). E a proclamada



vitória da ciência sobre a gripe espanhola teria cumprido a tarefa de laurear pneumologistas e epidemiologistas, mas também de minar os recursos que assegurariam a continuidade das pesquisas, direcionando-os ao inquérito de doenças mais lucrativas, posto que sejam menos letais e demandem consumo regular de medicação por parte dos pacientes.

Coincidentemente, no mesmo ano em que o H5N1 foi reconhecido, Hong Kong emitiu um conjunto de selos postais homenageando as aves migratórias que afluíam a cada inverno para a *Deep Bay* da cidade e ao pântano de *Mai Po* (Davis, 2006:61). Numa descrição pouco comum aos textos acadêmicos, o autor nos oferece uma crônica acerca do orgulho dos habitantes de Hong Kong por estas aves, de sua presença nos mercados, praças e casas. De heróis e símbolos da cidade, essas personagens passariam a incorporar, literalmente, um hóspede que as transformou em indesejáveis vetores de uma epidemia. Segundo Pete Davies, “o vírus se dissemina pela corrente sanguínea e infecta todos os tecidos e órgãos; o cérebro, o estômago, os pulmões e os olhos vazam sangue numa hemorragia em todo o corpo até que, da ponta das cristas às garras dos pés, as aves literalmente se desintegram” (Davies, 2006:2).

Nesse ínterim, Hong Kong tornava-se uma cidade sitiada, pois uma ligeira mutação havia permitido que o vírus da ave abrisse a fechadura para as células humanas e infectasse crianças e turistas. Não obstante, os paralelos com a gripe espanhola estavam tornando-se óbvios. Como seu ancestral, o H5N1 agora concentrava sua virulência em adultos saudáveis:

O raio de esperança (e paradoxo científico) era que o sucesso do vírus em se replicar com tanta eficiência nos seres humanos ainda não tinha correspondência na capacidade de transmissão. Ainda existia a centelha pandêmica, mas não havia nenhuma conflagração. Todavia, as autoridades de Hong Kong, frenéticas, compraram, por precaução, grande parte do estoque mundial disponível do antiviral rimantadina (Davis, 2006: 70).

E o leitor pode estar se perguntando: Onde está a alegada influência do *agrocapitalismo* na trama de relações que conflagrou a epidemia em tela? Como bem nos mostra o autor, tais regiões da China têm passado por um aumento drástico e exponencial do consumo de aves. Somente a cidade de Guangdong teria uma população de aves estimada em 700 milhões. Uma concentração extraordinária e sem precedentes em quaisquer ecossistemas de nosso planeta, nos quais coexistem uma densidade humana altíssima, um grande número de porcos e as aves selvagens onipresentes. Nas palavras do virologista americano Richard Webby, trata-se de um verdadeiro “balde de evolução em andamento” (Webby apud Davis, 2006: 89).

Mas é claro que se tais personagens entram em cena, os culpados deixam de ser os humanos para logo serem identificados às *personas non gratas* de bactérias e vírus. Eximindo-se de qualquer responsabilidade perante a população, “as autoridades da província e da União fizeram relatos conflitantes do provável patógeno: Guangdong culpou a bactéria *Mycoplasma pneumoniae*, enquanto Pequim insistia que na verdade era *Chlamydia*” (Davis, 2006:90). A propósito de controvérsias similares, a filósofa Isabelle Stengers defende que o argumento “em nome da ciência” se encontra assim por toda parte, mas não para de mudar de sentido (Isabelle Stengers, *A Invenção das Ciências Modernas*, 2002:35), sobretudo nesses litígios pela definição de novos regimes de verdade.

Dentre este emaranhado de personagens e discursos conflitantes havia uma certeza: se o vírus chegou até Hong Kong, portal do sul da China para o mundo, também poderia escapar no primeiro avião disponível. E foi o que de fato aconteceu quando um turista infectado entrou em contato com a tripulação do avião em que embarcou, semeando, num relance, um espasmo de um surto prometido. Pois num fluxograma que acompanhava sua saída do hotel em que havia se hospedado até seu percurso ao aeroporto, um total estimado de 300 pessoas teria apresentado algum sintoma. Em contrapartida, o governo chinês liberou o equivalente a 1 bilhão de dólares em regime de urgência para a atualização de hospitais e dos serviços de saúde pública, porquanto temesse as implicações de uma pandemia em sua balança comercial e na própria produtividade interna do país.

Em sua investigação, Mike Davis deparou-se com a inquietante confluência de cenários muito próximos àqueles por ele vistos nas cidades de Guangdong e Hong Kong, as quais estariam em situação de equivalência simétrica com o estado das coisas observável em países tais como os Estados Unidos e o Brasil. Em território norte-americano, somente a empresa Tyson Foods™ é responsável pelo abate anual de 2,2 bilhões de frangos, além de também estar presente, na figura de suas filiais e segmentos terceirizados, em países como a China e o Vietnã. Até mesmo a Holanda nos revelaria esta íntima justaposição de aves aquáticas, aves selvagens, frangos e alta densidade urbana, além de seu papel central no comércio e nos serviços portuários da União Europeia.

Mike Davis infere desta conjuntura que, se no passado a medicina veterinária e a humana foram ciências paralelas que só se cruzavam durante os raros eventos de doenças interespécies, agora, os dois universos virais, o animal e o humano, parecem estar reunidos num abraço evolutivo frenético, que torna obsoleto o velho dualismo (Davis, 2006:112). Daí resulta que a principal lição legada pelas sucessivas epidemias de gripe em frangos na Holanda, na Califórnia e

na Colúmbia Britânica seja a de que, com a gripe aviária, o local é sempre global (*ibidem*: 119).

Há quem tenha se aproveitado da crise para auferir lucros, há quem veja aí uma causa (retórica) mais que legítima para investimentos massivos em biossegurança e na alimentação da insaciável indústria bélica (como no projeto *BioEscudo* concebido na gestão do presidente George W. Bush). Malgrado essa correlação moderna entre saúde/política/segurança, “os produtos que realmente curam ou previnem doenças, como vacinas e antibióticos, são menos lucrativos, então as doenças infecciosas têm se tornado um mercado órfão” (*ibidem*: 170). Pronunciando-se a respeito, os cientistas Donald Barlett e James Steele resumiram a aporia que tal trama nos coloca nos seguintes termos: “Evitar uma epidemia de gripe que pode matar milhares de pessoas não é tão lucrativo quanto produzir comprimidos para algo como disfunção erétil” (*apud* Davis, 2006: 171).

Curioso notar que quando se trata de epidemias e pandemias, são os arautos das ciências, e não os representantes das ditas *soft sciences*, como a sociologia e a antropologia, que prontamente advertem que a globalização neoliberal representa e implica a reconfiguração das relações entre seres humanos e micróbios, vírus e bactérias. Nas palavras de Mike Davis:

As duas mudanças globais que mais favoreceram a acelerada evolução interespecies dos novos subtipos de gripe e sua transmissão global foram a revolução na criação de animais nas décadas de 1980-1990 (parte da conquista mundial maior da agricultura pelo agroc capitalismo de larga escala) e a revolução industrial no sul da China (o cadinho histórico de gripes humanas), que aumentaram exponencialmente as relações comerciais e humanas da região com o resto do mundo. O surgimento de “supercidades” no Terceiro Mundo e suas favelas, então, constituiria uma terceira condição global equivalente ao *front* Ocidental de Ewald como meio humano para a potencial disseminação pandêmica – a evolução da virulência (Davis, 2006: 190).

Tal poderia ser o pesadelo ilustrado por Goya no célebre *El Sueño de La Razón Produce Monstruos* (1797-1798). E eu gostaria de concluir esta breve resenha com esta imagem. Seu título denota uma ambiguidade que talvez só seja possível na língua espanhola, já que a palavra “sueño” significa, indiferentemente, “sono” ou “sonho”. Em francês e em inglês, a tradução é frequentemente “O sono da razão produz monstros”, e compreende-se: “Quando a razão está dormindo, ou seja, colocada entre parênteses, a imaginação produz monstros”. Mas outro sentido não é menos possível: “Os sonhos da razão engendram monstros”. É a própria razão, e não sua ausência, que tem essa capacidade de fazer advir, por seus sonhos, coisas monstruosas (Jean-Pierre Dupuy, *Os sonhos da razão técnica*, 2007). E por que esta imagem? Ainda que Mike Davis já nos ofereça toda sorte de

cenas e testemunhos das epidemias de gripe aviária planeta afora, penso que são justamente os *sueños* da razão moderna, nas suas vertentes neoliberais majoritárias e hegemônicas, os vetores do estado de coisas por ele descrito.

Talvez o leitor ainda se recorde da frase que dá início à presente resenha.

E ao cabo deste livro, vale a pena tê-la em mente. Pois se ninguém lamenta a beira do túmulo de uma abstração, após acompanhar esse emaranhado de relações e seus personagens tão bem descritos por Mike Davis, que nos revelam o estreito e indissociável elo que nos liga das aves aos vírus, quase podemos escutá-los à porta. Partilhamos algo que se faz presente em tons bastante reais, e tão insuspeitos quanto quaisquer outros efeitos imprevistos de nossos *sueños* científicos. E Mike Davis por fim nos pergunta: será que despertaremos a tempo? (Davis, 2006:217).